

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E  
AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

FABIA MARIA SEPEDA BRABO

A PERIFERIA E O JORNALISMO POLICIAL PARAENSE: As construções e  
percepções de moradores do bairro do Guamá

BELÉM/PA  
2020

**FABIA MARIA SEPEDA BRABO**

A PERIFERIA E O JORNALISMO POLICIAL PARAENSE: As construções e  
percepções de moradores do bairro do Guamá

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal  
do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de  
Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação.

Linha de Pesquisa: Processos Comunicacionais e  
Midiatização na Amazônia

Orientador: Professor Dr. Walter Teixeira Lima Junior.

Belém/PA  
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S479p Sepeda Brabo, Fabia Maria  
A periferia e o jornalismo policial paraense: As construções e  
percepções de moradores do bairro do Guamá / Fabia Maria Sepeda  
Brabo. — 2020.  
147 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Walter Teixeira Lima Junior  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação  
em  
Comunicação, Instituto de Letras e Comunicação,  
Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Jornalismo Policial. 2. Sujeitos da Periferia. 3. Violência.  
4. Periferia. 5. Guamá. I. Título.

CDD 070.172

---

Fábia Maria Sepeda Brabo

A PERIFERIA E O JORNALISMO POLICIAL PARAENSE: As construções e  
percepções de moradores do bairro do Guamá

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal  
do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de  
Mestre em Ciências da Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Walter Teixeira Lima Junior.

RESULTADO: ( ) APROVADO ( ) REPROVADO

Data: 24/03/2020

---

Prof. Dr. Walter Teixeira Lima Junior – Orientador (PPGCom/UFPA)

---

Profª. Dra. Alda Cristina Silva da Costa – Examinadora interna (PPGCom/UFPA)

---

Prof. Dr. Leandro Rodrigues Lage – Examinador interno (PPGCom/UFPA)

---

Profª. Dra. Cicilia Maria Krohling Peruzzo – Examinadora externa (PPGCOM/UAM)

BELÉM - PARÁ  
2020

*A João Batista Viana Sepêda, in memoriam*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus e Nossa Senhora de Nazaré, por todas as intercessões. Foram dois anos de muitas incertezas e desafios a serem superados. A fé me ajudou a seguir adiante.

Aos meus pais, Jarlene Sepêda e Raimundo Brabo, que desde a minha infância, me ensinaram que a educação vem em primeiro lugar. Sempre fizeram privações pessoais e se esforçaram para que eu tivesse uma boa educação escolar. Sem isso, eu não estaria aqui, com toda a certeza. Obrigada!

Ao meu namorado, Igor Yonezawa. Muitas pessoas disseram que sem mim, ele não teria terminado o TCC. Mal sabem que sem ele, eu não teria terminado meu TCC e nem o meu mestrado! Nesses dois importantes momentos foi como um estagiário, ajudando da forma que podia: me auxiliando no trabalho braçal da pesquisa ou olhando autor por autor para garantir que todos estavam na bibliografia. Meu amor, muito obrigada! Obrigada pelas caronas até o Guamá, por carregar as comidas no dia que apliquei a pesquisa, por segurar papéis, por dizer que tudo ia dar certo, mesmo eu tendendo ao negativismo. Obrigada pelos últimos dois anos me incentivando a terminar o mestrado, especialmente quando o incentivo envolvia recompensas com comida! Também quero te ver mestre e, no futuro, doutor. Mais uma vez, obrigada. Te amo.

Ao meu orientador, Prof. Dr.º Walter Teixeira. Sempre me incentivou de maneira muito positiva, me deu direcionamentos fundamentais para que chegasse até aqui, defendeu a pesquisa que desenvolvi em momentos muito importantes dessa caminhada. Muito obrigada por essa parceria, professor.

Obrigada ainda às professoras Alda Costa e professora Cicilia Peruzzo por aceitarem fazer parte da banca de avaliação dessa pesquisa desde a pré-qualificação.

Aos meus amigos, por serem responsáveis pelas risadas e conselhos. Por serem amigos de verdade, estado ao meu lado nos dias mais difíceis, nunca soltando a minha mão. Obrigada em especial para os amigos dos tempos de Colégio do Carmo e Colégio Ideal, com quem mantenho amizade por mais de uma década.

Aos meus colegas de trabalho, que estiveram comigo nesse período de pesquisa e tornaram o ambiente estressante da redação em dias mais fáceis. Ao André França, chefe de Redação da Record TV e amigo. À Lua Araújo, na época estagiária da Record TV e agora uma grande amiga. Aos colegas da editoria do jornal Bom dia Pará, da TV Liberal.

A todos acima, obrigada! Vocês foram fundamentais.

## RESUMO

Do jornal impresso às mídias sociais, a presença do discurso da violência está intrínseca no cotidiano da população. Diariamente, as mazelas sociais, refletidas nas lutas e dores de parte da população, são expostas por veículos de comunicação, sendo que parte deles seguem sustentando um modelo de negócio a partir de notícias popularescas e sensacionalistas. Por isso, esta dissertação tem como objetivo compreender quais as percepções e construções desenvolvidas por moradores da periferia de Belém quanto ao jornalismo policial, considerando que são eles quem ocupam com notável frequência o protagonismo nas notícias policiais, tanto como vítimas quanto como geradores dessa violência. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi escolhido o bairro do Guamá como representativo dessa periferia, levando-se em consideração sua densidade demográfica, índices de crimes e os recentes casos de violência explorados nacional e internacionalmente pelos veículos de comunicação, a exemplo da “chacina do Guamá”. Considera-se a pesquisa relevante e inédita ao apresentar o outro lado do jornalismo policial impresso distribuído na Região Metropolitana de Belém. Em outras palavras, dispõe-se a dar verdadeira voz aos moradores da periferia quanto às suas opiniões em relação às notícias veiculadas nos cadernos policiais, bem como suas percepções da periferia e de seus indivíduos. O trabalho possui como referência de veículo com noticiário de cunho policial, a construção das narrativas de dois dos principais jornais policiais da RMB: Diário do Pará e Amazônia. Na construção teórica, foi realizada uma revisão histórica do jornalismo policial e da violência, bem como uma reflexão quanto as relações existentes dentro do espaço urbano no que remete à periferia. Sendo assim, três importantes momentos são demarcados na escritura dos procedimentos metodológicos da pesquisa, em que métodos qualitativos são aplicados nas análises, ou seja: primeiro uma reflexão em torno do ambiente periférico; em seguida, a análise da pesquisa bibliográfica já existente sobre o jornalismo policial de periódicos paraenses, buscando aprofundar o entendimento quanto à este fazer jornalístico; por fim, a exposição do resultado da pesquisa de campo desenvolvida com um grupo de moradores do bairro do Guamá – constituído por jovens moradores e lideranças comunitárias –, por meio do método chamado "grupo focal", a fim de entender a percepção dessa parcela da população quanto às narrativas policiais presentes nos jornais. Desse modo, dissertar sobre a periferia e sua complexa relação com o jornalismo impresso dos cadernos de polícia se mostra necessário, a partir do olhar crítico da periferia sobre estigmas, espetacularização da violência, exposição inconsequente de seus moradores e no modo no qual a linha editorial policial interfere nas suas vivências dentro da periferia e fora dela.

**Palavras-chaves:** Jornalismo Policial. Sujeitos da Periferia. Violência. Periferia. Guamá.

## ABSTRACT

From the newspaper to the social media, the presence of the violence's speech is inherent to the population's routine. Daily, the social ills, reflected in the struggles and pains from a part of population, are exposed by communication companies, being that part of them keep supporting a business model from popular a sensationalists news. Because of it, this dissertation has as goals to understand which is the perceptions and constructions developed by Belém's periphery dweller about the police journalism, considering that they are the ones who occupy with remarkable frequency the protagonism in the police news, both as victim and as violence existence. To the development of this search, the Guamá neighborhood was chosen as the periphery representative, taking into consideration it's demographic density, crime rate and the recent violence cases shown by national and international communication companies, as the "chacina do Guamá". The research is considered relevant and unprecedented when introduce the other side of police newspaper distributed in the Belém's Metropolitan Region. In other words, disposes to give true voice to the periphery habitants opinions' in relation to the news noticed in the police newspaper, as well as his perception of the periphery and individuals. The work has as communication companies of police nature reference's, the narratives constructions of the two main police newspaper of RMB: Diário do Pará e Amazônia. In the theoretical construction, a historic review of police journalism and violence was fulfilled, as well as a reflection of the existing relations inside the urban space in what refers to the periphery. Thus, three important moments are demarcated in the writing of search's methodological procedures, in what qualitative methods are applied in the analysis, that is: at first a reflection about the peripheral ambient; then, the analysis of the bibliographic search already known about police journalism in paraense's newspapers, seeking to deepen knowledge about this journalistic doing; lastly, the exposure of the field research's result developed with a group of Guamá neighborhood's dweller – constituted by young dwellers and community leaderships –, through the method named "focus group", in order to understand the perception of this population's portion as for the policies narratives' present in the newspaper. Thereby, discourse about the periphery and its complex relation with the newspaper's police books shows necessary, from the critical view to the periphery stigmas, violence spectacularization, inconsequential exposure of its habitants and in the way in which the police editorial line interfere in his experiences inside the periphery and out of it.

**Keywords:** Police journalism. Periphery person. Violence. Periphery. Guamá.

**LISTA DE FIGURAS**

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1</b> - Aglomerados subnormais no Município de Belém - 2010 .....           | 42  |
| <b>Figura 2</b> - Localização espacial do bairro do Guamá na cidade de Belém .....    | 44  |
| <b>Figura 3</b> - Corpo do DJ Léo no jornal Diário do Pará, 20 maio 2019 .....        | 103 |
| <b>Figura 4</b> – Reportagem em sobre jovem executado em Castanhal, 19 jan. 2019..... | 112 |

**LISTA DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| <b>Gráfico 1</b> - Perfil dos moradores por sexo e idade.....                          | 86 |
| <b>Gráfico 2</b> - Perfil dos moradores por escolaridade e renda familiar mensal ..... | 86 |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO: A PERIFERIA EM FOCO</b> .....                              | 12  |
| <b>1.1 Problema da pesquisa</b> .....                                       | 14  |
| <b>1.2 A periferia como foco de estudo</b> .....                            | 16  |
| <b>1.3 Hipótese</b> .....   | 20  |
| <b>1.4 A periferia e a audiência</b> .....                                  | 21  |
| <b>1.5 O porquê do método</b> .....   | 23  |
| <b>1.5.1 Aplicando o grupo focal piloto</b> .....                           | 27  |
| <b>2 A VIOLÊNCIA URBANA E A EXCLUSÃO DO OUTRO</b> .....                     | 33  |
| <b>2.1 Segregação espacial</b> .....  | 34  |
| <b>2.1.1 Formação sócio-espacial de Belém</b> .....                         | 36  |
| <b>2.2 A segregação social pelo medo</b> .....                              | 45  |
| <b>2.2.1 Violência</b> .....  | 47  |
| <b>2.2.2 Medo da violência física</b> .....                                 | 58  |
| <b>3 JORNALISMO POLICIAL</b> .....  | 63  |
| <b>3.1 Contextualizando</b> .....   | 63  |
| <b>3.2 A mercadoria violência</b> .....                                     | 67  |
| <b>3.2.1 Sensacionalismo</b> .....  | 78  |
| <b>3.3 O receptor não-passivo</b> .....                                     | 79  |
| <b>4 A PERCEPÇÃO DA PERIFERIA SOBRE O JORNALISMO POLICIAL</b> .....         | 84  |
| <b>4.1 Perfil do grupo focal e aplicação do método</b> .....                | 84  |
| <b>4.2 Estigmatização e preconceitos</b> .....                              | 87  |
| <b>4.2.1 O morador sob o ponto de vista dele mesmo</b> .....                | 99  |
| <b>4.3 Chacinas e mortes violentas</b> .....                                | 101 |
| <b>4.4 Credibilidade</b> .....  | 107 |
| <b>4.5 A violência como espetáculo</b> .....                                | 110 |
| <b>4.6 O Estado e a Periferia</b> .....                                     | 116 |
| <b>5 CONCLUSÃO</b> .....  | 121 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....                                     | 127 |
| <b>APÊNDICES</b> .....  | 132 |
| <b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b> ..... | 132 |
| <b>APÊNDICE B – FORMULÁRIO</b> .....  | 134 |
| <b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS DO GRUPO FOCAL</b> .....               | 135 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>ANEXOS – JORNAIS DISTRIBUÍDOS PARA O GRUPO FOCAL.....</b>                                    | <b>136</b> |
| <b>ANEXO A – CADERNO DE POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 19 JAN. 2019</b><br>.....                    | <b>136</b> |
| <b>ANEXO B – CADERNO DE POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 20 MAIO 2019</b><br>.....                    | <b>138</b> |
| <b>ANEXO C – CADERNO DE POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 01 NOV. 2019</b><br>.....                    | <b>140</b> |
| <b>ANEXO D – REPORTAGEM DO CADERNO POLÍCIA DO DIÁRIO DO</b><br><b>PARÁ, 27 DEZ. 2019</b> .....  | <b>143</b> |
| <b>ANEXO E – REPORTAGEM DO CADERNO POLÍCIA NO JORNAL</b><br><b>AMAZÔNIA, 18 OUT. 2019</b> ..... | <b>144</b> |
| <b>ANEXO F – REPORTAGEM DO CADERNO POLÍCIA NO JORNAL</b><br><b>AMAZÔNIA, 29 OUT. 2019</b> ..... | <b>145</b> |
| <b>ANEXO G – REPORTAGEM DO CADERNO POLÍCIA NO JORNAL</b><br><b>AMAZÔNIA, 25 ABR. 2019</b> ..... | <b>147</b> |

## 1 INTRODUÇÃO: A PERIFERIA EM FOCO

As narrativas da violência são uma das que marcam presença diária no cotidiano de grandes centros urbanos. Elas estão já no telejornal da manhã; no noticiário que ouvimos no rádio; no tradicional jornal impresso de domingo; e, mais recentemente, nas mídias digitais, proliferando-se pelos portais de notícia e reverberando nas redes sociais. Normalmente, referem-se a crimes isolados, como roubos, furtos ou mortes violentas. É desta maneira que, diariamente, as lutas e dores de parte da sociedade são expostas nas narrativas da mídia, pautadas no raciocínio comercial da indústria cultural. O conteúdo abrange matérias que visam ao lucro, com base nas mazelas sociais, para serem populares e lucrativas (LEITE, 2004).

O jornalismo policial não é fenômeno da contemporaneidade. Na França do século XVIII, as coleções populares francesas faziam sucesso entre seus leitores, com conteúdo sobre crimes e julgamentos famosos (LEMOS, 2001). Já nos Estados Unidos do século XIX, surge a imprensa amarela, da disputa entre os jornais “New York Wolrd” e “Morning Journal”. Os veículos eram caracterizados por “reportagens em tom sensacional, cruzadas com apelo popular, amplas ilustrações e manchetes de igual tom sensacional” (ANGRIMANI, 1995, p. 20). No Brasil, em 1917, o jornalismo policial já começava a aparecer em jornais como o *Commercio* e *Jornal do Brasil* - ambos distribuídos no Rio de Janeiro. Mas a popularização dessa vertente do jornalismo, se consolida no país pelo rádio, durante o século XX. Pacheco (2005) explana a estruturação das notícias nesse período, onde os repórteres anunciavam notícias em tom agressivo, se aproximando do sensacionalismo. Já as emissoras mais populares "destacavam-se pela forma de transmitir a notícia juntando um estilo de rádio-teatro e jornalismo" (PACHECO, 2005, p. 13).

No Pará, o jornalismo policial toma forma no final da década de 70, com a introdução do estilo no impresso “O Liberal”. Em 1980, o concorrente jornal “Diário do Pará” criou o “Folha da Manhã”, que circulava apenas às segundas-feiras, com notícias de Esporte, Polícia e Política (MELÉM, 2011, p. 31). Em 2003, a empresa criou "o caderno Diário Polícia (mais tarde, apenas Polícia), como meio de aumentar as vendas, sobretudo entre a parcela da população das regiões periféricas" (FERREIRA JÚNIOR; MENEZES, 2014, p. 56). Desde a sua criação, o caderno tem como característica imagens que chocam, com cadáveres e sangue, e de uma linguagem que oscila entre a gíria e o chulo, com sentido depreciativo.

Há não muito tempo, ambos os jornais mantinham o estilo policial em páginas destinadas somente às notícias desta categoria. Atualmente, porém, após um processo de reestruturação no grupo “O Liberal” no final de 2018, as notícias policiais passaram a perder espaço nas recentes edições. Quando publicadas, carregam uma linguagem de formato jornalístico padrão, em consonância com a linha editorial do jornal, que diferente do “Amazônia”, é destinada a um público mais elitista.

Dentro do universo paraense das notícias policiais, há ainda o caderno de polícia do jornal “Amazônia”, pertencente ao mesmo grupo de comunicação do “O Liberal” – as organizações Romulo Maiorana –, mas com linguagem popular equiparada com a adotada pelo caderno policial do “Diário do Pará”. Com a reconfiguração em “O Liberal”, as notícias policiais passaram a ficarem concentradas na sessão policial do jornal “Amazônia”, que seguiu adotando linguagem equiparada com a do jornal concorrente. A finalidade da existência do “Amazônia” é justamente a de acirrar a competição pela audiência entre os dois grupos comunicacionais. O jornal, inclusive, adota a estratégia de ampliar as vendas com o uso de segunda capa, localizada na última página da edição, onde exhibe, exclusivamente, as principais fotos e manchetes das páginas policiais. Com a reformulação do “O Liberal”, o “Amazônia” e o “Diário do Pará” se tornaram, entre os jornais impressos, as principais referências da editoria policial no estado do Pará.

A princípio, ainda no percurso de elaboração do projeto de dissertação, havia o objetivo de tomar como referência de jornalismo policial paraense os três principais jornais da região descritos acima. Entretanto, ainda quando o “O Liberal” divulgava com destaque as notícias policiais, estas se davam em escrita aproximada ao jornalismo padrão. Com a mudança, perdeu-se completamente o sentido de incluir na elaboração do trabalho os estudos quanto ao formato jornalístico adotado por esse jornal, passando a considerarmos apenas o “Amazônia” e “Diário do Pará” como parâmetro.

Na região norte do país, a cultura de vender a violência, pura e escrachada, se mantém e resiste ao longo de décadas. Mesmo diante da presença de críticos, as atividades dentro dessa linha editorial jornalística permanecem ativas. Na atualidade, a editoria de polícia, cada vez mais, torna-se meios ratificadores da ambientação da violência em grandes cidades. Em pesquisa anterior<sup>1</sup> desenvolvida por esta pesquisadora, durante

---

<sup>1</sup> SEPEDA BRABO, Fábila Maria. **Construções e percepções do Jornalismo Policial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Faculdade de Comunicação (FACOM), Belém, 2016.

análise de dois jornais distribuídos na região metropolitana de Belém<sup>2</sup>, foi constatada a presença de citações à bairros de periferia em todas as edições dentro do recorte estabelecido. Ou seja, diariamente, a periferia ambienta os acontecimentos noticiados por estes jornais. Áreas urbanas estas, vendidas como espaço de constante violência social, uma terra sem leis, onde o Estado já não tem mais controle e a comunidade é constituída por pessoas com deficiente noção de convívio social. Um estigma já popularizado, mas também reforçado no dia-a-dia nos noticiários locais.

É a partir desta perspectiva, que se detecta a necessidade em traçar a relação entre regiões e pessoas de periferia, as suas relações com a violência – ambos encarados em variados momentos como intrínsecos – e o jornalismo policial<sup>3</sup>.

### **1.1 Problema da pesquisa**

Algumas experiências vivenciadas por esta pesquisadora foram motivacionais na elaboração desta pesquisa ao provocarem perguntas e inquietações. No meio destas motivações está, primeiramente, uma vivência, que vai desde a infância até aos dias atuais, em um bairro da periferia de Belém, o que tem possibilitado profundas reflexões quanto ao identificar-me como morador periférico. Já na academia, as fundamentações teóricas obtidas auxiliaram na elaboração de um leque de problemáticas, principalmente no que permeia a relação mídia-violência-periferia, de modo a incitar novas provocações em relação ao tema.

A partir de tais inquietações, fundamentadas em vivências pessoais e acadêmicas, desenvolvi a seguinte questão: Como se dão as percepções entre os moradores da periferia de Belém em relação ao jornalismo policial? A pergunta busca pôr em evidência de que maneira os moradores da periferia de Belém percebem o jornalismo policial, considerando o contexto no qual estes sujeitos estão inseridos e a sua representação nos

---

<sup>2</sup> Foram analisadas um mês de edição dos jornais “Amazônia” e “Diário do Pará”.

<sup>3</sup> Por certo, a violência é um segmento lucrativo dentro da sociedade, capaz de beneficiar diversos setores comerciais. Além do jornalismo - que vende esse conteúdo por meio dos cadernos de polícia no impresso ou programas específicos no rádio e na TV - há a indústria das armas, que só na exportação de armas leves, lucrou 591 milhões no ano de 2014 (ALESSI; MARTÍN, 2016), em acompanhamento com dados quanto ao crescimento da violência. Fora outros setores, como a indústria farmacêutica, que em 2016, cresceram somente no Brasil 13,1%, somando R\$ 85,35 bilhões. Destrichando-se os dados por categoria de remédios, lideram por faturamento os analgésicos e antipiréticos, com R\$ 3,82 bilhões e os antidepressivos e estabilizantes de humor, com R\$ 3,45 bilhões (VENDAS..., 2017, on-line); as agências de advocacia, dentre outros. A violência incorporada como produto, tem demonstrado ser um grande negócio e com isso, é posta em foco para um intenso debate acadêmico, que objetiva compreender seus efeitos no cotidiano da população.

cadernos policiais. Portanto, esta pesquisa busca aprofundar a compreensão sobre como moradores de periferia enxergam tais narrativas e como eles se enxergam dentro delas, além de explorar teoricamente as narrativas policiais dentro de jornais de circulação diária em Belém.

Para se falar de mídia e violência, se faz necessário uma compreensão da relação violência-periferia, considerando que este último, historicamente, é o mais impactado na ordem das mazelas sociais. Por isso, é cada vez mais necessário o desenvolvimento de pesquisas capazes de compreenderem os aspectos socioculturais construídos dentro de espaços urbanos. Em mapeamento desenvolvido por Lima (2011), é possível entender de que forma espaços ditos como “periféricos” surgem na capital do Pará, o que auxilia em indícios capazes de contribuir em pesquisas que propõem a compreensão das relações ocorridas no âmbito da periferia e sua relação com outros atores. Segundo o autor, o início da periferia de Belém ocorre com a sua expansão a partir da década de 50, por meio de diferentes tipos de ocupação. Já na década de 70, áreas chamadas de “cinturão institucional”, de posse do Exército, da Marinha e de instituições de pesquisa, foram ocupadas por invasões de terra da população de baixa renda.

As consequências dessa ocupação informal são consideradas pela mídia e pelo governo como o “maior problema” da cidade [...]. Essas são as alternativas encontradas pela população de menor poder aquisitivo para conseguir abrigo em localizações próximas ao trabalho e obter as facilidades de dentro da cidade (LIMA, 2011, p. 153).

A onda de ocupação irregular no século passado, tornou propícia a expansão urbana de Belém em direção às suas baixadas, colaborando na “formação de bairros populares que enfrentam graves problemas socioeconômicos” (COUTO, p. 03, 2014). Para além dos problemas gerados a partir da ocupação sem planejamento urbano – como a falta de saneamento, educação, desemprego -, “as condições socioeconômicas de muitos jovens na periferia de Belém, [...] são fatores determinantes para que o narcotráfico envolva os jovens de famílias humildes [...] nas redes sociais do tráfico de drogas e da criminalidade” (COUTO, p. 01, 2014).

É nesse fator, associado ao amplo debate raso da violência na periferia pelos meios de comunicação, onde habita uma relação capaz de influenciar diretamente na formulação de um imaginário coletivo (RONDELLI, 2000) do índice de criminalidade, do estigma social (GOFFMAN, 1988), da violência e do “outro” (DIAS, 2003). “A periferia passa a ser associada ao medo e à criminalidade, a ‘imagem do diabo’” (COUTO, p.8, 2014).

O que também cabe a esta discussão é que,

por outro lado, as áreas nobres de Belém são áreas que se fecham com medo dos pobres da periferia, sobre o “cerco da violência”, mas mesmo os ricos tendo mais o que oferecer, são os pobres da periferia que estão mais expostos ao risco (COUTO, 2014, p. 08).

Indo além, é possível afirmar que, quando os meios de comunicação - que adotam uma linha editorial de polícia - abordam a narrativa da violência, restringe-o meramente a uma linguagem chula, apropriando-se de uma mazela social como notícia, enquanto que paradoxalmente ironizam suas vítimas.

## **1.2 A periferia como foco de estudo**

Diante das possibilidades de discussão dentre o que foi explanado anteriormente, o objetivo da pesquisa é compreender as construções e percepções do jornalismo policial para os moradores da periferia de Belém. Os específicos são sistematizar os dados existentes sobre jornalismo policial, especialmente no que tange o impresso paraense; analisar como os moradores se veem em relação a abordagem sobre violência nos jornais; e compreender as narrativas policiais como parte necessária para o desenvolvimento deste estudo.

O interesse em pesquisar sobre o tema surge em dois momentos: O primeiro, partir da participação desta pesquisadora no projeto de pesquisa Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense, no ano de 2012, elaborado em parceria com a Universidade Federal do Pará (região Norte do Brasil), sob a coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Alda Cristina Costa. Em um segundo momento, pela ânsia em dar prosseguimento ao Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em 2016 pela Faculdade de Comunicação Social (FACOM/UFPA), sob orientação da Professora Dra. Alda Cristina Costa. Esta dissertação é o passo além para o aprofundamento do material coletado a partir do TCC, que expôs o estudo de um mês de análise dos cadernos de polícia “Diário do Pará” e “Amazônia”, além de resultados obtidos com a entrevista de 20 moradores do bairro do Jurunas e 20 moradores da Pedreira.

Os dados coletados durante a pesquisa em questão revelaram informações importantes nos estudos da mídia na Amazônia, justificando a importância em continuar aprofundando o tema. Dentre os resultados, quanto aos jornais estudados, a pesquisa

mostrou a grande preferência dos veículos em noticiar homicídios, com manchetes e linguagem sensacionalista, fontes policiais como fonte única ou fonte principal e a exposição inconsequente – principalmente de homens, jovens e negros ou pardos –, no papel de vítimas ou agressores. Já na pesquisa de campo junto aos moradores da periferia – com o objetivo de compreender o consumo desses leitores quanto aos jornais policiais –, dentro os dados coletados, destaca-se que a maioria dos entrevistados afirmam não confiar ou confiar parcialmente no que é noticiado pelos cadernos policiais, enquanto que se assumem como leitores assíduos dos jornais.

Os resultados obtidos na pesquisa demonstraram uma gama extensa de discussões dentro de um mesmo *corpus* de análise. Muito além das expectativas pré-concebidas, o mapeamento dos cadernos e as respostas obtidas a partir de entrevistas com moradores dos bairros periféricos possibilitaram um amplo material de estudo e percepções inesperadas quanto à relação entre periferia e jornalismo policial. Já a atual pesquisa desenvolvida para esta dissertação, dá um passo adiante, por meio da adoção de outros métodos de pesquisa, o que amplia as possibilidades de estudo aprofundado do tema.

É diante desse cenário de notícias policiaiscas, associadas as técnicas sensacionalistas, que uma gama de possibilidades de pesquisa comunicacional se instaura. No Brasil e, mais precisamente, na região norte do país, surge um intenso debate crítico em instituições de ensino quanto a este modelo de jornalismo. Debates aprofundados principalmente nos modelos das narrativas jornalísticas e suas especificidades. Hall (2018) ressalta a importância em seguir as pistas que emergem das análises do conteúdo. Para ele, sem pretender restringir a pesquisa a apenas este modelo, deve-se

reconhecer que a forma discursiva da mensagem tem uma posição privilegiada na troca comunicativa (do ponto de vista da circulação) e que os momentos de ‘codificação’ e ‘decodificação’, embora apenas ‘relativamente autônomos’ em relação ao processo comunicativo como um todo, são momentos determinantes (HALL, 2018, p. 388).

Para esta pesquisa, propõe-se seguir um caminho além, ainda que inserido dentro do cenário da mídia e da violência, tão importante quanto a análise de conteúdo. O objetivo é avançar em aspectos qualitativos das percepções dos moradores de periferia quanto ao jornalismo policial diário, expondo de forma mais clara as complexidades que tangem essa relação. Ao longo do texto, será explorada a necessidade de aprofundar o que já é proposto por Martín-Barbero, que de acordo com Boaventura e Martino (2010), entende que

a pesquisa deveria superar a centralidade dada aos meios de comunicação, considerada uma visão redutora do processo. Em um contexto em que a comunicação se converte em um “espaço estratégico” para pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam as sociedades, defende que o debate deve se deslocar dos meios para as mediações. [...] propõe o estudo dos meios desde a investigação das matrizes culturais, dos espaços sociais e das operações comunicacionais dos diferentes atores do processo (BOAVENTURA; MARTINO, p.7, 2010).

Ou seja, ainda que compreender os processos de produção que englobam a criação das narrativas da violência em cadernos de polícia seja fundamental, o entendimento amplo do tema deve levar ainda em consideração a necessidade de pesquisas das quais partem da análise dos receptores e o meio no qual estão inseridos socioculturalmente.

De modo similar, Berger e Luckmann (2004), em seus estudos quanto a construção social da realidade, defendem em suas ideias a importância do estabelecimento de relações face a face como estratégia de compreensão do outro dentro na interação social. “Na situação face a face o outro é apreendido por mim num vívido presente partilhado por nós dois. [...] Todas as outras formas de relacionamento com o outro são, em graus variáveis, ‘remotas’” (BERGER, LUCKMANN, p. 47, 2004). É partindo desse pensamento, de modo a incorporá-lo nas estratégias de desenvolvimento desta pesquisa, que se tem o entendimento quanto a capacidade de se compreender a importância de estar presencialmente junto ao morador da periferia, de modo a sair do campo das ideias e entendê-lo como real; permitindo uma maior partilha de suas vivências e pensamentos, para um melhor desenvolvimento da pesquisa.

Por outro lado, os cadernos de polícia mantêm um afastamento desse outro periférico, facilitando a instalação de uma relação pautada em preconceitos e de caráter imaginário, ao tomar posse de suas mortes e dores como estratégia de venda. As fotos e manchetes são dispostas com recursos criativos, tendendo ao sensacionalismo ao expor o corpo de uma vítima assassinada ou o rosto de suspeitos de crimes. Os textos assumem a função de “informar desinformando”, jogando ao leitor informações vagas, de fontes não identificadas e versões policiais. As páginas policiais que circulam pela Região Metropolitana de Belém demonstram exercer o contrário do dever jornalístico diante de tais circunstâncias.

Com isso, para este trabalho, foi escolhido compreender as narrativas policiais como parte necessária ao desenvolvimento deste estudo, restringindo o recorte de análise

para os jornais “Amazônia” e “Diário do Pará”, considerados os principais atualmente nesse segmento. Tomando por base a gama já existente de bibliografias que exploram o assunto, especialmente as que analisam os periódicos de circulação na região de Belém, essa pesquisa será feita a partir do referencial teórico já existente. Conseqüentemente, é possível explorar com mais profundidade as percepções da periferia quanto aos cadernos policiais, sob o ponto de vista de diferentes pesquisadores.

Entendendo que o objetivo principal da pesquisa proposta é compreender as percepções de moradores da periferia quanto ao destacamento da violência nos cadernos policiais, esta autora adotou como recorte concentrar a pesquisa a um único bairro. Dessa maneira, o bairro escolhido foi o Guamá, considerado o mais populoso de Belém, com 94.610 mil habitantes<sup>4</sup>, e um dos mais violentos também<sup>5</sup>.

Destaca-se que a escolha do bairro para esta pesquisa não foi aleatória, mas leva em consideração a evidência deste espaço dentro da mídia, tomando como base os seus índices de crimes referentes a mortes violentas e crimes comuns, como roubos e furtos.

A periferia será foco central de estudo nesta pesquisa, considerando a representatividade que ela adquire dentro dos cadernos polícia da região metropolitana de Belém. Para Sergio Adorno (2002, p. 14), em periferia de grandes regiões metropolitanas, conflitos que culminam em homicídios ou roubos nesses locais tendem a ocorrer, segundo ele, "em contextos de profundas rupturas nas hierarquias sociais tradicionais, impulsionadas pelo crescimento do crime violento e seu impacto sobre as formas de socialidade e sociabilidade". Mas, apesar dos dados oficiais, aos olhos dos jornais, essa realidade ganha proporções ainda maiores. As periferias dos cadernos de polícia são apresentadas como terras sem lei, onde o crime acontece a cada minuto e em todos os lugares; local em que as pessoas tendem a matar umas às outras diariamente e apreciar a morte com uma curiosidade espetacular em torno do morto. Uma barbárie sem fim. Os cadernos são um alerta diário para quem vive do lado de fora, alertando que periferia é como o inferno; o habitat natural da violência.

Em mapeamento desenvolvido por Couto (2018), que aponta a influência de milícias e do tráfico de drogas em 18 bairros de Belém no período de 2011 a 2016, o Guamá é o que mais sofre influência dentro deste ambiente de violência.

---

<sup>4</sup> SEGEP. Anuário estatístico do município de Belém 2012. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2012.

<sup>5</sup> De acordo com a Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, no ano de 2009, o bairro do Guamá ocupava a 1ª colocação dentre os bairros com maiores índices de criminalidade de Belém, seguido da Pedreira e Jurunas.

Consequentemente, é o bairro periférico com maiores índices de crimes dentro da capital do estado, com registro de 85 casos de assassinatos por execução dentro do período da pesquisa. Do mesmo modo, os números não somente mapeiam a violência, como também servem de indicativo quanto aos locais que, com mais frequência, aparecem dentro dos cadernos de polícia.

Apesar do foco no mapeamento da ação de grupos criminosos, Couto não deixa de destacar o papel da mídia dentro desse cenário. Tal fator é indissociável quando se trata de violência na região de Belém, considerando o enraizamento dos cadernos de polícia na cidade e a popularidade das páginas policiais entre a população. A notícia policiaesca, porém, ganha aspecto desrespeitoso – e algumas vezes jocoso –, dando característica sensacionalista às notícias de episódios graves de violência ocorridas dentro do âmbito periférico.

Com efeito, a mídia torna mais matável aqueles que de alguma forma já sofrem os efeitos perversos da precarização a da “barbárie”. Desse modo, os jornais contribuem para um processo de naturalização dos conflitos sociais na periferia. Vende-se, então, um imaginário consumido pela própria massa que está diante do conflito e compra os jornais para saber notícias que tratam de seus vizinhos, conhecidos, etc. [...] Empenha-se todo esforço para transformar este discurso monótono sobre o crime, procurando ao mesmo tempo isolá-lo como uma monstruosidade e fazendo cair todo o seu escândalo sobre a classe mais pobre (COUTO, 2018, P. 263).

Portanto, a escolha do bairro do Guamá se deve a este ser o ambiente ideal para se aplicar a pesquisa dentre os moradores, na medida em que se torna ambientação recorrente de episódios de violência urbana - ao possuir o maior índice de homicídios de Belém - e que são destaques dentro dos cadernos de polícia.

### **1.3 Hipótese**

A pesquisa desenvolvida para esta dissertação de mestrado permeia a hipótese de que os moradores da periferia de Belém, ao mesmo tempo que consomem as notícias policiais, não se veem como parte da representação da realidade apresentada pelos cadernos de polícia. A razão para isto estaria encontrada em diversos fatores, incluindo a falta de apuração, a vaga presença dos moradores nas reportagens policiais e o sensacionalismo. Além disso, está no fato, também, de que tais moradores não possuam

voz dentro dos cadernos de polícia, ao mesmo tempo em que há uma falsa impressão de que possuem destaque, quando na verdade, só se tornam visíveis diante da tragédia.

Nesse sentido, o que é apresentado pelo jornal como um retrato fiel do índice de violência da capital paraense, para essa parcela da população, não representa o cotidiano de bairros periféricos. Considera-se que este morador não é um receptor passivo, mas capaz de refletir sobre as técnicas de venda adotadas por jornais impressos a partir de processos estigmatizantes.

#### **1.4 A periferia e a audiência**

A partir da definição do problema - que gira em torno de como se dá a relação entre moradores da periferia de Belém, mais especificamente do bairro do Guamá, e o jornalismo policial -, neste estudo, além de explorar teoricamente a construção da narrativa policial, será buscado mais intensamente direcionar o olhar aos receptores da notícia, entendendo que as reportagens policiais afetam a realidade dos moradores da periferia e também dos "de fora", que se veem inseridos no mesmo ambiente de insegurança. A constante propagação negativa da imagem de um morador de bairros "perigosos", que pode estar envolvido com o crime, desperta, dentre outros sentimentos, a sensação do medo com o outro e impulsiona uma exclusão oriunda de uma não-reflexão crítica (ADORNO, 2002; BUORO et.al., 1999).

Vale evidenciar que o noticiário policial é direcionado principalmente ao morador de classe baixa, residente da periferia (AZEVEDO, 2011). Esse morador, por muitas vezes, vive sem o aparato de segurança do Estado, em um ambiente de violência crescente. É esse morador que pode ser o indivíduo receptor da notícia, mas também protagonista dos jornais, que poderá ter a sua foto estampada sem qualquer tipo de consentimento; que pode ser vítima dos veículos no papel de "agressor" ou ao ter a imagem do seu corpo exibida sem qualquer ética, acompanhado de um texto que justifique sua morte - tornando-a menos chocante e de caráter mais justiceiro -, pelos vícios ou crimes que cometeu em vida.

Este panorama tratado a grosso modo serve para exemplificar que o caderno polícia, dentro desse ambiente, ressalta somente a violência física e a apropriação de bens privados percebida na periferia. As narrativas desconsideram a violência social, ou os processos específicos dos quais essa violência é resultado (BUORO et.al., 1999), ignorando o debate dentro do agendamento de notícias e com a sociedade.

Dias (2003) e Costa *et. al.* (2013; 2011) destacam diversas perspectivas de construção da narrativa policial ou de violência, entre elas: uma linguagem que foge do padrão jornalístico e se aproxima de jargões utilizados na periferia (até mesmo pelos próprios criminosos), fotos ou ilustrações que banalizam assassinatos; punições aos envolvidos em delitos a partir das manchetes construídas; juízos de valor no julgamento dos indivíduos; o corpo morto como narrativa principal; desrespeito aos direitos humanos e à ética. Sendo assim, é necessário compreender os cadernos de polícia e as percepções da periferia em relação aos jornais, considerando que quase todos os fatos narrados falam do/e para os moradores da periferia.

Em todos os casos, a corrida pela audiência estimula o surgimento de noticiários que adotam "as notícias sobre crimes como uma das bases da sua fórmula" (LEMOS, 2001, p. 03). Reforço o entendimento aqui por receptores dessa categoria jornalística, o público morador de regiões periféricas, levando em consideração que são eles quem mais corriqueiramente aparecem como protagonistas das notícias de cadernos policiais – o que não quer dizer que não existam consumidores de fora da periferia. Por outro lado, não somente identificar o perfil desse público-alvo importa, mas também entender como essa parcela de audiência interpreta as notícias veiculadas e se percebe nela e percebe o ambiente onde vivem.

Os aspectos do jornalismo policial apontados pelos pesquisadores já citados neste trabalho, reforçam o entendimento de um jornalismo com pouca preocupação com as percepções dos leitores. Se analisarmos o cenário do ponto de vista de Martín-Barbero (1997), veremos onde a intencionalidade do discurso jornalístico se mantém. Para o autor, diferente do que é estabelecido pelo senso comum, o receptor não pode ser entendido simplesmente como um decodificador da mensagem. Na verdade, ele também é produtor de sentido, ou seja, não é um consumidor passivo das notícias, desprovido de senso crítico. Canclini (1997) vai além. O autor ressalta a ineficiência de se estabelecer uma comunicação quando não se inclui relações de troca e colaborações entre emissor e receptor. Ou seja, “a comunicação não é eficaz se não inclui também interações de colaboração e transação entre uns e outros” (CANCLINI, 1997, p.60).

Essa capacidade de percepção da audiência é frequentemente relativizada em veículos que adotam a notícia policial. Em um cenário ideal, a narrativa da violência ganharia formatos mais críticos e jornalísticos. Para além das estratégias desse mercado, Canclini (1997) defende que não se pode reduzir a relação do receptor a uma relação de subordinação, o que também não significa que tal aspecto não exista.

Apesar de críticas quanto às estratégias de venda adotadas pelos jornais impressos locais, é inegável dizer que não é significativo o interesse da população quanto às notícias policiais. Em artigo publicado, Costa, Dias e Samuel (2013) realizaram entrevista com editores do jornal “O Liberal” – mesma redação onde é produzido o “Amazônia” – e observaram que o caderno Policial é priorizado porque tem público para leitura. Quando questionado o porquê dos veículos impressos no Pará serem os únicos a incorporar nas suas edições esse tipo de jornalismo, com formato de jornais populares e sensacionalistas, o editor de “O Liberal”, Lázaro Cardoso, contra argumentou afirmando: “O caderno só existe porque ele é o mais lido. Você vai extinguir o que é mais lido? Do ponto de vista administrativo, não”, sentenciou. Continuou, “o caderno existe porque o público quer que exista” (COSTA et al., 2013, p. 08).

### **1.5 O porquê do método**

Para se chegar à resposta para a pergunta desta pesquisa, algumas estratégias metodológicas foram empregadas.

Quanto aos jornais “Amazônia” e “O Diário do Pará”, e de modo breve o jornal “O Liberal”, recorri à análise da narrativa do caderno polícia, com a finalidade de compreender as construções da narrativa sobre a violência. Essa etapa desenvolveu-se a partir de pesquisa documental já existente sobre o objeto em específico, coletando informações levantadas por pesquisadores e em publicações anteriores quanto a construção das páginas policiais, para em seguida desenvolver uma análise descritiva e crítica quanto às narrativas.

Para traçar um panorama sobre a editoria de polícia, traduzida nos cadernos polícia, friso que esta tem como objetivo, em um primeiro momento, instigar a curiosidade do leitor, especialmente do morador da periferia, de baixa renda, imerso no ambiente de violência retratado nos jornais. Esses, entre muitos outros artifícios de atração, são características fortes do sensacionalismo. E isso não se restringe somente aos impressos. Há uma extensa presença de veículos do rádio, da TV e da Internet seguindo essa mesma linha editorial. “O que se percebe é que a violência se tornou fato comum, notícia corriqueira, com o interesse de comover, mexer com os sentimentos, não importando de que forma está sendo apresentada a informação” (COSTA, 2011, p.180).

É dessa maneira que os meios de comunicação elaboram suas publicações e as destinam aos leitores. A intenção não é a de levar esse indivíduo a refletir ou se informar

sobre a violência exposta pelas páginas, mas estimular o consumo da informação como um passatempo ou entretenimento, de modo a consumir cada vez mais e mais. Nesse sentido, destacaremos, a partir da análise das narrativas, pontos julgados importantes para a compreensão da construção de uma notícia sensacional – voltada à sedução do público e a venda do exemplar –, como o desenvolvimento das narrativas dessa periferia e o modo com o qual ela é retratada nos jornais. Há ainda a pretensão de discorrer sobre o olhar do jornalismo sobre a periferia, quando, em uma visão geral do jornal, ela tende a aparecer discrepantemente nas páginas policiais em relação aos outros cadernos, como cidade, economia e, principalmente, poder. Desse modo, a pesquisa bibliográfica é importante para compreender esses artifícios utilizados pelos jornais na construção das narrativas de violência, além de reunir as pesquisas já desenvolvidas em torno deste objeto.

Em um segundo momento, e o principal para se chegar às respostas da pergunta que permeia esta pesquisa, dar-se-á início a uma pesquisa de campo desenvolvida no bairro do Guamá. O objetivo é coletar informações de moradores sobre suas percepções quanto ao jornalismo policial, por meio da aplicação do método de pesquisa conhecido como grupo focal, uma vez que “a técnica é muito utilizada nos trabalhos de abordagem qualitativa em pesquisa social” (LOPES, 2014, p. 482).

Para este grupo, adotou-se a aplicação da modalidade de grupo focal para a obtenção de um mapa cognitivo acerca de um tema, a partir da troca de ideias e discussões de experiências (BORGES; SANTOS, 2005).

O método escolhido tem como objetivo

[...] entender, a partir das trocas nas discussões no grupo, conceitos, sentimentos como também atitudes, reações etc.; de um modo específico que não seria possível captar através de outras técnicas como: a entrevista, questionário ou a observação (LOPES, 2014, p. 484).

Tomou-se ainda como critério a ideia de que o método permite uma flexibilidade que, segundo Lopes (2014), possibilita a compreensão do modo no qual as realidades vivenciadas por determinado grupo social se dão. Para além, é possível tomar conhecimento de práticas cotidianas, atitudes e comportamento de um grupo com interesses em comum e que são relevantes na investigação do problema proposto pela pesquisa. Ou seja, é um método ideal ao se levar em consideração os objetivos deste estudo, sendo o principal compreender as complexas relações que os moradores da periferia de Belém constroem nas suas vivências com a violência exposta em cadernos

policiais. É a partir do grupo focal que também se “pode contribuir para dar vez e voz a grupos que tradicionalmente não são ouvidos (quando não silenciados), ou quando o são, sua escuta é feita sob a ótica do outro que não compartilha de suas questões e questionamentos” (BORGES; SANTOS, 2005, p. 79), a exemplo os cadernos de polícia.

Do critério de escolha dos participantes do grupo focal, abrimos o convite a dois grupos de moradores do Guamá: Jovens de até 30 anos e lideranças comunitárias. Quanto ao grupo de jovens e jovens adultos, sendo a maioria no grupo constituída por negros, entendemos que são estes os indivíduos normalmente expostos nos jornais. A união dos elementos “jovens”, “negros e pardos”, “pobres” e “moradores da periferia”, são produtos e alimentos necessários para as narrativas policiais com características sensacionalistas e banalizadoras em relação à vida das pessoas que ocupam as áreas periféricas. Já o grupo de líderes, possibilitaria visões amplificadas e diversificadas do olhar dos moradores da periferia e de vivências do bairro. Nesse sentido, é necessário aprofundar os estudos seguindo por esta linha de pensamento, a fim de apresentar informações mais concretas e seguras quanto a realidade do atual jornalismo policial da região e as percepções que geram em um grupo representativo da população periférica de Belém.

A proposta foi realizar um dia de encontro dentro do bairro selecionado, com questões que explorem a relação dos participantes quanto as suas percepções sobre as notícias policiais, características percebidas dentro dos cadernos e seu conteúdo de violência, a percepção da violência dentro do bairro e outras questões que naturalmente emergiram no decorrer da aplicação metodológica.

Quanto à escolha do local, foram necessários alguns meses de pesquisa e contatos por telefone. Somente após algumas negativas de centros culturais quanto à disponibilidade de auxílio na pesquisa, cheguei até o Espaço Cultural Nossa Biblioteca. Em fevereiro de 2019, entrei em contato por telefone e fui atendida pela Valdecira, uma das coordenadoras do espaço, que de pronto, se interessou pelo tema da pesquisa e agendou uma reunião para que eu visitasse a biblioteca com o intuito de explicar melhor de que forma eles poderiam dar auxílio. Na mesma semana, visitei o local, onde pude deparar-me com dezenas de crianças lendo livros em pleno dia de semana a tarde, além de pais e outros jovens desenvolvendo atividades paralelas. Já no local, fui recebida pela professora Joana e pela Sabrina. Em uma breve conversa, recebi garantias de que teria à disposição um espaço para desenvolver a pesquisa com o grupo focal, o que de fato ocorreu.

Ainda em abril desse mesmo ano, as coordenadoras do espaço nos permitiram aproveitar a realização de um curso, para que aplicássemos um grupo focal piloto com os moradores, fundamental para a formulação das perguntas final direcionadas ao grupo focal definitivo.

Em janeiro de 2020 – após ter a pesquisa submetida à avaliação em uma pré-qualificação e uma qualificação, também considerando questões logísticas dos moradores e do espaço cultural –, realizamos a aplicação definitiva do grupo focal.

Mas antes do início do grupo, entretanto, optou-se por distribuir entre os participantes algumas edições e reportagens veiculadas nos jornais “Diário do Pará” e “Amazônia”. A estratégia de pesquisa foi adotada a partir de discussões entre pesquisadora e orientador e a partir da consideração de professores da banca de qualificação. O objetivo foi aumentar as possibilidades de discussão sobre os jornais, inclusive para aqueles participantes com menor contato com o jornalismo policial impresso.

Ao longo de 15 minutos, o grupo de moradores teve a possibilidade de ter contato com edições dos jornais policiais analisados na pesquisa, para então responderem às perguntas formuladas. Os resultados obtidos foram trabalhados de maneira qualitativa.

As perguntas formuladas no roteiro do grupo tiveram como objetivo extrair como e com que finalidade os moradores do bairro leem os cadernos e também como se enxergam nos noticiários, além de evidenciar a maneira com a qual percebem a construção do bairro em que moram a partir das narrativas utilizadas pelo jornal. Nesse sentido, quanto a pesquisa qualitativa, Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), explanam que o método deve ser utilizado para "explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito". Para isso, é necessário se desprender de análises quantitativas, para um melhor aprofundamento analítico social. No caso desta pesquisa, serão levados em consideração as interpretações imparciais obtidas por meio da compreensão de opiniões e ideias de um grupo de pessoas.

Em relação ao quantitativo de pessoas a participarem do encontro, foi imposto um número mínimo de seis pessoas para que se inicie a pesquisa com o grupo focal. A escolha deste número levou em consideração que este trabalho não pretender determinar se a periferia consome ou não os cadernos policiais, mas explorar como a relação entre esse morador e os veículos se dá. Sendo assim, foi considerado um número razoável e suficiente para se trabalhar com a obtenção de dados. Considerando-se que o objetivo

principal do método é revelar percepções dos participantes, adotou-se a concepção de Westphal, Bógus e Faria (1996), ao entender que

Os grupos são constituídos por cerca de 6 a 15 pessoas, escolhidas por apresentarem pelo menos um traço comum, importante para o estudo proposto. Os critérios para a seleção dos participantes de uma sessão do grupo focal (por exemplo, idade, sexo, nível de escolaridade, local de residência, ocupação) são determinados pelo objetivo do estudo (amostra intencional) (WESTPHAL *et al.*, 1996, p. 473).

Para se chegar a esse grupo, foi necessário contato com lideranças comunitárias e outros moradores para indicação de potenciais participantes.

### **1.5.1 Aplicando o grupo focal piloto**

Antes de aplicar o método em definitivo, o ponto de partida da pesquisa de campo deu-se a partir da aplicação de um grupo focal piloto, de modo a testar o roteiro de perguntas e a condução das conversas. Para se chegar ao grupo, houve intermédio de lideranças comunitárias do Espaço Cultural Nossa Biblioteca, localizado no Guamá. A dinâmica foi feita em uma das salas do espaço, aproveitando a presença de moradores que participavam de um curso de artesanato no local. A aplicação do método se iniciou com a entrega de um formulário contendo perguntas de cunho pessoal, como nome, idade, escolaridade, renda social. Em seguida, deu-se início aos debates referentes ao método. Seguindo um roteiro, a discussão foi dividida em cinco perguntas principais, sendo que diversas intervenções da pesquisadora ocorreram no momento da aplicação do grupo focal como estratégia para estimular o debate e aprofundar as informações repassadas. Quanto ao roteiro de perguntas do grupo focal, consideramos que este

contém em suas questões os temas-chave a serem investigados. A sequência dos temas é normalmente ordenada, primeiramente, por questões gerais e, em seguida, por questões específicas. Tal ordenação permite que os elementos essenciais apareçam de forma mais natural. A preparação desse roteiro exige a análise cuidadosa dos objetivos da investigação (BORGES; SANTOS, 2005, p. 76).

Considerando que o método foi aplicado com um grupo menor, formado por seis pessoas, e que este primeiro passo se tratava de um piloto, a discussão durou entre 30 a 45 minutos.

De modo breve, exporemos alguns resultados do grupo piloto a seguir:

A primeira pergunta feita foi: “O que te atrai nos cadernos de polícia/o que te levar a ler?”. Algumas afirmações foram levantadas, como a de que o consumo com a finalidade de ficar bem informado. Mas a resposta mais interessante dada pelos integrantes do grupo focal, foi quanto ao interesse na leitura despertada a partir da curiosidade. Nas páginas policiais, sua curiosidade é atizada principalmente pelos recursos visuais utilizados pelo jornal. Todos os veículos de comunicação, que possuem em seu agendamento a violência como notícia, usufruem de estratégias visuais para atrair receptores. Na resposta do morador, fica em evidência a eficiência dessa técnica utilizada pelos veículos. Costa (2011) ressalta “o apelo popular, a superexposição de imagens de violência, a ironia, os palavrões, as gírias e os estereótipos” como “elementos demarcadores dos modelos midiáticos de espetáculo” (COSTA, 2011, p. 196). Tais estratégias de atração do público adotam a antiga fórmula de exagero, usada nos jornais “New York Wolrd” e “Morning Journal”, enquadrados como “imprensa amarela”. Como anteriormente explanado neste trabalho, os jornais tinham como característica o uso de manchetes e fotos apelativas. Para os veículos adeptos dessa linha editorial, as técnicas que os caracterizavam era:

1) manchetes escandalosas em corpo tipográfico excessivamente largo, “garrafais”, impressas em preto ou vermelho, espalhando excitação, frequentemente sobre notícias sem importância, com distorções e falsidade sobre os fatos; 2) o uso abusivo de ilustrações, muitas delas inadequadas ou inventadas; 3) impostura e fraudes de vários tipos, com falsas entrevistas e histórias, títulos enganosos, pseudociência; 4) quadrinhos coloridos e artigos superficiais; 5) campanhas contra os abusos sofridos pelas “pessoas comuns”, tornando o repórter um cruzado a serviço do consumidor (ANGRIMANI, 1995, p. 22).

O fim dos debates em relação à primeira pergunta conduziram para a próxima: “Qual a importância dos cadernos de polícia para você?”. O questionamento gerou uma falta de compreensão entre os participantes, o que levou à uma sucessão de respostas contrárias à linha editorial. A situação gerou um indício de necessidade de reformulação deste questionamento para a aplicação no grupo focal definitivo.

Dentre as respostas obtidas, levantaram afirmações quanto aos artifícios de marginalização do pobre e morador de periferia dentro dos cadernos policiais. Em resumo, afirmam a diferenciação de tratamento entre uma notícia envolvendo o morador periférico e notícias envolvendo moradores de áreas nobres.

As afirmações dos moradores colocam em evidência os critérios de noticiabilidade adotados pelos jornais impressos da Região Metropolitana de Belém. Para além da violência na periferia estatisticamente evidente, crimes ocorridos fora dessa zona e por moradores reconhecidos como de classes mais altas, ganham tons mais amenos quando ocupam as páginas policiais. Esse entendimento por parte dos moradores do bairro do Guamá, demonstram o que já afirmava Canclini (1997), em que o receptor não é passivo, mas dispõe de capacidade perceptiva.

Na pergunta seguinte, propus o questionamento: “Como você vê as notícias publicadas nos cadernos policiais? São exageradas ou condizem com a realidade?”. Neste momento, o entrosamento do grupo já era evidente e as respostas foram imediatas. Em unanimidade, todos afirmaram se depararem com notícias exageradas ou diferentes dos fatos ocorridos. Alguns participantes aproveitaram ainda para narrar casos vivenciados no bairro ou com conhecidos, que foram noticiados pelos jornais, mas de forma equivocada. Um desses casos é referente ao cunhado de uma moradora e a companheira dele, vítimas de um assalto com refém. Segundo o relato, durante a intervenção policial no caso, os criminosos foram mortos apesar de não terem reagido. Na tentativa de não sofrerem represálias, os policiais envolvidos na ocorrência coagiram o casal a não relatarem o corrido e informaram à imprensa a existência de uma troca de tiros com os responsáveis pelo assalto, o que não teria existido.

O relato dessa moradora em específico, expõe um aspecto importante do jornalismo policial: o uso de fontes policiais como fonte principal ou única na apuração das informações. Essa prática abre margem para situações como a exposta acima, na qual os fatos ocorridos não condizem com as informações das notícias publicadas. Ainda, o relato não problematiza somente a escolha das fontes, mas também a ação de policiais no cotidiano da cidade.

A implicação no uso preferível da polícia como fonte está mais gravemente relacionada à quantidade de denúncias oficiais e não oficiais (relatos em meios de comunicação e redes sociais, por exemplo) contra esses responsáveis pela segurança, proteção e preservação da ordem pública (RAMOS; PAIVA, 2007). A partir disso, a periferia vê os órgãos de segurança ora como auxiliar do povo, ora como inimigo, ao cometer abusos de poder contra os quais não possui recursos suficientes para se proteger (BEZERRA, 2011).

Diante disso, é necessário não atribuir à uma única fonte maior importância no jornalismo. É indispensável ouvir todos os lados de um acontecimento, evitando a

parcialidade dos fatos. Ir contra isso, por parte dos veículos, prejudica a apuração da notícia e o entendimento do leitor quanto aos acontecimentos mal investigados.

A cobertura da violência, da segurança pública e da criminalidade realizada pela imprensa brasileira sofre de dependência em alto grau das informações policiais. A polícia é a fonte principal – se não a única – na maioria esmagadora das reportagens. Esta predominância das forças de segurança no noticiário foi comprovada pelas pesquisas realizadas pelo CEsSeC em 2004 e 2006. Em 2004, uma análise de 2.514 textos publicados em nove jornais de três estados demonstrou que a polícia era a principal fonte ouvida em 32,5% dos casos. Quando eram desconsiderados os textos que não indicavam fontes – notas e colunões, rápidos registros de encontros de cadáveres, roubo e outras ocorrências, que compunham 24,8% da amostra – o percentual subia para 43,2%. E outro levantamento, realizado pelo CEsSeC em 2006 sobre oito jornais do Rio, 26,9% dos 2.65 textos baseavam-se em informações policiais. Além destes, um grande número dos colunões notas, que compunham 34,6% da amostra, tinha como fontes os boletins de ocorrência (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 37).

Os equívocos na divulgação das informações coletadas podem ser provenientes de dois motivos aparentes: o número muito restrito de fontes ouvidas, quase sempre só policiais, e o distanciamento dos jornalistas dos fatos. Nem sempre as informações são apuradas no momento do acontecimento, mas, muitas vezes, são coletadas dos Boletins de Ocorrências, conforme escrevem Ramos e Paiva (2007):

Qualificar o noticiário sobre segurança pública, violência e criminalidade exige esforços em duas mãos. Repórteres e editores podem fazer, individualmente, ações no sentido de aumentar a diversidade de vozes nas páginas, manter a independência e criar padrões de apuração que assegurem a qualidade da informação (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 45-46).

A ausência de fontes diversificadas, conseqüentemente, restringe a quantidade de detalhes repassados.

A imprensa precisa colocar como prioridade o estabelecimento sistemático de relações com pesquisadores, ONGs e lideranças comunitárias. Uma aproximação institucional deve ser feita com estes segmentos, visando ampliar e apoiar o esforço já realizado pelos repórteres no cotidiano. Encontros periódicos, seminários e parcerias com representantes destes segmentos seriam um caminho neste sentido (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 46).

A diversificação das fontes evitaria os diversos relatos de erros nas edições dos cadernos policiais da RMB. Ouvir todos os envolvidos, possibilitaria, inclusive, clichês

como a frase “aqui impera a lei do silêncio”, comumente usada para justificar a ausência das versões de testemunhas ou moradores nas reportagens. Mas a má apuração das notícias, associada ao sensacional, provoca situações como as descritas acima. Uma reportagem desenvolvida de maneira equivocada e repercutida excessivamente na mídia (mesmo que sem repercussão, já provoca consequências), possui o poder de marcar pessoas ou comunidades inteiras, especialmente se carregar um teor negativo.

O índice de confiabilidade foi o assunto seguinte a ser abordado na discussão. Aos participantes do grupo, foi questionado: “Você confia nas informações noticiadas pelos cadernos de polícia?”. Em unanimidade, todos responderam “não”. Novamente, alguns relatos sobre informações destoantes do ocorrido, tomaram espaço no grupo.

Um dos moradores levantou o debate sobre o desconhecimento dos jornalistas em relação à realidade da periferia. Para esse morador, a falta de conhecimento é o principal fator para os erros nos jornais, o que contribui para a formação de um estigma social em torno deles. Segundo Goffman (1988), a construção de um estigma levanta percepções superficiais, e muitas vezes errôneas quanto à uma pessoa.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser, (...) num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída (GOFFMAN, 1988, p. 06).

Mesmo já sendo suficientemente prejudicial o pouco interesse de jornalistas em dar espaço aos moradores da periferia, há ainda a contribuição - por meio da publicação das reportagens - da difusão dessa estigmatização para o restante da sociedade.

A discussão anterior leva à última pergunta, seguindo o roteiro construído para este grupo focal, onde se abordou a visão da representação dos moradores dentro das notícias policiais. Foi questionado: “Você se vê bem representado pelos cadernos de polícia como morador da periferia?”. Assim como na pergunta anterior, todos foram unânimes em responder que não. A pergunta, de imediato, despertou uma vontade em responder o questionamento em todos os participantes, transformando a discussão dessa pergunta na mais prolongada dentre as anteriores. Todos tocaram na questão do preconceito, destacando o ponto de vista dos “de fora” em relação ao bairro.

Com a conversa fluindo, opto por adicionar uma pergunta em meio a discussão, com a finalidade de manter o foco no questionamento inicial. O grupo é questionado se

eles acreditam que o jornal influencia na visão das outras pessoas em relação ao bairro do Guamá. Eles afirmam que sim.

Ao analisar as respostas obtidas, como um todo, a partir da pergunta principal, é perceptível que os moradores compartilham de uma mesma experiência. Todos afirmam serem vítimas de uma visão deturpada da cidade, capaz de incapacitar a percepção positiva dos “de fora” em relação a quem de fato habita o Guamá.

Como levantado na discussão, o jornalismo violento surge para intensificar ainda mais aspectos históricos. Em um espaço tão populoso, supõe-se ser evidente a heterogeneidade da população do bairro do Guamá. Mas não é desse modo a interpretação dos jornais e, conseqüentemente, há uma influência dessa percepção para com outros moradores da cidade. Em apenas alguns minutos de discussão, em um grupo focal piloto, é evidente a insatisfação de guamaenses quanto às estratégias jornalísticas adotadas pelos cadernos policiais da região metropolitana, que cada vez mais ocupam um papel de expor a dor e estigmatizar. Do mesmo modo, é viável afirmar que outros bairros periféricos passam pela mesma experiência, considerando os pré-conceitos formados em torno dos bairros de periferia.

A partir das experiências com o piloto, na aplicação definitiva do grupo focal, as perguntas ganharam reestruturação, de modo a possibilitar mais liberdade ao morador em responder aos questionamentos levantados (ver capítulo 4). O leque de discussões em torno do assunto é amplo, por isso, a seguir, aprofundo alguns debates urgentes e evidente ao se falar de violência, periferia e jornalismo policial.

## 2 A VIOLÊNCIA URBANA E A EXCLUSÃO DO OUTRO

A violência é uma característica indissociável da história humana. Exerceu papéis fundamentais nas atividades cotidianas, mas raramente foi destacada nos estudos da história da humanidade, por ser vista por muitos autores como uma “continuação política”, “aceleradora do desenvolvimento econômico”, um ato sempre apoiado por Deus na guerra, e uma “continuidade de um processo que permanece determinado por aquilo que procedeu o ato de violência” (ARENDRT, 1996, p. 07/08). Por isso, neste capítulo, a violência será analisada a partir do ponto de vista da sua influência na formação socioespacial de cidades como Belém do Pará, entendendo o fenômeno como determinante na formação atual da sociedade. Serão exploradas questões referentes ao estigma social, exclusão social, formação das periferias e outros assuntos consequentes, dos quais giram em torno do tema violência.

A definição de violência é algo complexo. É difícil sua definição, uma vez que ela é multifacetada, ao apresentar várias nuances e conceituações. Ela é percebida de acordo com cada sociedade e seus aspectos sociais, e em detrimento disso, essas mesmas sociedades distintas impõem limites e desenvolvem soluções diferentes para lidar com a violência (BUORO *et. al.*, 1999; DIAS, 2003). “Assim, a noção de violência também varia de cultura para cultura, e o que é violento para uma sociedade pode ser absolutamente normal para outra” (BUORO *et al.* 1999, p. 36). Mas normalmente, algumas definições de violência se assemelham na sociedade moderna, como a de que violência são “todas as formas pelas quais os homens perdem seus direitos e têm sua integridade moral e física ameaçada, seja por outros homens, seja pela sociedade” (BUORO *et al.* 1999, p. 36).

A violência, nesse contexto, está atrelada não somente à agressão e ao crime, mas permeia nos campos morais e sociais. E observa-se que, nos jornais paraenses, essa violência é associada à pobreza e à periferia (COSTA *et. al.*, 2013). A periferia surge nesse ambiente localizada como espaço de conflitos, dominada pelo crime e composta pela parcela pobre da população (ADORNO, 2002; ZALUAR, 2002).

Desta maneira, entende-se aqui por violência como um fenômeno complexo, que inflige de diferentes maneiras as regiões de cada país. O assunto é corriqueiramente tratado pela mídia de uma maneira superficial, sem a preocupação de ouvir as diversas vozes da sociedade, com objetivo de explicar o fenômeno no âmbito social e cultural.

A violência não pode ser discutida a partir de uma única representação social, pois é um problema que tem variáveis diferentes e que atinge a sociedade de diferentes formas; com efeito, não se pode conferir ao conceito de violência uma definição uniforme e homogênea, portadora de um único sentido. É equivocado falar-se em violência como se essa fosse uma ‘coisa’, um mero ‘referente’, uma ‘realidade extralinguística’ (COSTA, 2011, p. 09).

Os impactos provocados pelo avanço desse fenômeno em áreas urbanas, reverbera ao longo de gerações populacionais. Especialmente em cidades onde o inchaço urbano ganhou proporções aceleradas e data de períodos ainda recentes, o futuro de uma população onde a segregação social já fez raízes, torna-se incerto. Para o pobre, a cidade que hoje é representatividade de lutas por reconhecimento, historicamente, ultrapassa a segregação do social para o espaço físico, obrigando uma parcela da população a se aglomerar em bairros menos estruturados.

## **2.1 Segregação espacial**

Assim como em diversas cidades, a formação dos bairros de Belém segue um padrão separatista. Ao longo da história, a cidade foi sendo dividida em áreas onde a habitação de moradores era predominantemente de classes altas, enquanto que em áreas mais afastadas – no caso de Belém, principalmente áreas de várzea – as classes predominantes eram as mais baixas. Assim, no decorrer do desenvolvimento das cidades, as regiões periféricas tomam forma e a segregação passa a ter evidência. Mesmo em áreas onde as classes precisam coexistir, a segregação surge por meio do que Caldeira (2000) chama de “enclaves fortificados”, ou seja, espaços privados nos quais adotam muros e equipamentos tecnológicos de segurança, instalados na desculpa de evitar o contato com o crime. Essa tendência recente aprofunda a segregação espacial, influenciando até mesmo naquilo que é uma das maiores características das cidades modernas: a acessibilidades e a livre circulação.

As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2000, p. 2011).

A relação da formação espacial de uma cidade está intrinsecamente ligada à violência urbana. “A violência influencia a construção, composição e organização espacial da cidade contemporânea na mesma medida que o urbano influencia a consumação ou não de determinados crimes” (LIRA, 2014, p. 64). A violência que emerge como consequência de processos urbanos desiguais, reflete no modo de vida e moradia de todos os habitantes da cidade. O fenômeno faz surgir uma nova categoria de formação espacial dentro dos espaços urbanos: a “arquitetura do medo”, que de acordo com Lira (2014), se insere no

contexto da criminalidade violenta contemporânea. Esta influencia a disseminação de grades, muros muito elevados, cercas elétricas, guaritas com seguranças particulares armados e circuitos de vídeo-monitoramento, transformando as paisagens das principais cidades brasileiras (LIRA, 2014, p. 64).

Ao mesmo tempo que a violência afeta todos os moradores de uma cidade, ainda assim, é necessário frisar que a ela não afeta todos igualmente. O ciclo da violência dentro dos espaços urbanos, obriga a habitar em áreas desvalorizadas econômico-socialmente justamente quem mais está exposto aos riscos de crimes; àqueles que não possuem o poder aquisitivo de transformar suas casas em fortificações. Àqueles que pertencem às classes mais altas, não só tem a possibilidade de viver em áreas conceituadas como menos violentas, como possuem a capacidade financeira de investir excessivamente em equipamentos de segurança, que, como citado anteriormente, do ponto de vista de Caldeira (2000), pode ser interpretado como ações ainda mais segregadoras.

Dessa forma, a paisagem urbana toma forma e se consolida, diretamente influenciada “pelo medo referente à criminalidade violenta” (LIRA, 2014, p. 127). Mas para além do debate espacial, é nessa segregação em que se encontra a possibilidade de analisar de forma mais clara as diferentes formações de um espaço urbano, especialmente quanto ao nível no qual este local se encontra segregado.

A vida dos moradores das cidades também passa a se moldar baseada nessa formação espacial. A discriminação de acordo com o local de moradia é uma das evidências dessas consequências sociais, sendo os moradores de bairros periféricos os mais afetados. Este é um dos pontos que estimula o surgimento de uma estigmatização do outro, baseada apenas no ambiente onde este vive. Especialmente se esse ambiente estiver em constante evidência em veículos de comunicação, devido aos casos de

criminalidade ocorridos ali, os pré-conceitos formados e as consequências geradas são ainda mais negativas.

No Brasil, a violência (mortes) decorre muito mais da pobreza do que de disputas políticas ou religiosas. Em muitos casos, cria-se uma imagem pejorativa de determinados locais periféricos, identificando-os como dispersores da violência, sem que se compreendam os motivos que levaram tais sujeitos a esses lugares e a essas práticas e também sem a compreensão das outras faces dessa mesma periferia (ANJOS; CHAVEIRO, 2007, p. 185).

As políticas públicas também refletem essa tendência, aprofundando as desigualdades. São nas áreas centrais da cidade, onde habitam as classes mais altas, que a urbanização está amplamente instaurada. Asfaltos, esgotos, energia elétrica, cabeamentos subterrâneos estão à disposição de quem ali habita. Nas regiões periféricas, a urbanização se torna menos evidente, ainda que haja a presença de áreas mais e menos urbanizadas dentro de uma mesma periferia. Ainda assim, de modo generalista, falta saneamento básico em muitas áreas, as manutenções de asfalto – quando há – são menos frequentes e a marginalidade se expande, tornando este ambiente o ponto central da exclusão social (PEQUENO, 2008). Outros serviços essenciais, como os da área da saúde e educação, também se tornam precários. “As classes superiores são caracterizadas pela reduzida elite que possui efetivo controle sobre a economia urbana e ampla influência sobre o poder político e as decisões estratégicas que interferem na organização espacial da cidade” (LIRA, 2014, p. 124). O conjunto de tais fatores, afeta diretamente a rotina de moradores das áreas periféricas, moldando a sua forma de viver e a sua relação com o outro.

### **2.1.1 Formação sócio-espacial de Belém**

Nas edificações que constroem a arquitetura do medo, assim como muitas cidades brasileiras, a região de Belém se ergue a partir das mesmas tendências. “Ao longo do século XX o Brasil vivencia um processo de urbanização dos mais intensos, havendo grandes mudanças na distribuição demográfica em seu território” (PEQUENO, 2008, p. 02). A população que antes habitava as zonas rurais, migra então para as cidades, em busca de oportunidades de trabalho e serviços disponíveis nas áreas urbanas (PEQUENO, 2008).

Todavia, esse acelerado crescimento populacional, não foi acompanhado de uma infraestrutura adequada. As áreas centrais da cidade com a pressão populacional têm o preço do metro quadrado cada vez mais valorizado, resguardando a elas, serem espaços de habitação quase exclusivamente das classes econômicas favorecidas (ALVES, 2017, p. 136).

Assim, a ocupação da cidade ocorreu dentro de “um cenário em que os processos de planejamento urbano e regional, em suas diferentes escalas, permaneciam estanques à nova realidade” (PEQUENO, 2008, p. 02). O crescimento da cidade, a sua urbanização e avanços tecnológicos “não privilegiaram o combate às desigualdades, muito menos as questões mais prementes, centrando-se isto sim, em questões estruturais” (PEQUENO, 2008, p. 02).

Com as atenções voltadas às questões estruturais, as desigualdades sociais e espaciais se aprofundam, primeiro nas metrópoles e logo em seguida, nas cidades (PEQUENO, 2008). Anjos e Chaveiro (2007) tentam buscar explicações teóricas quanto à formação dessas desigualdades, uma delas é a visão de homogeneidade, ou seja, uma ideia de metrópole em estática e não de processo. “Por conta da débil visão da metrópole é que as práticas governamentais não conseguem abranger todo o processo, limitando-se a uma ação setORIZADA” (ANJOS E CHAVEIRO, 2007, p. 186), seguida, como consequência, do avanço da periferia. “Podemos perceber uma disputa pelo espaço através das lutas de classes implícitas nas dinâmicas locacionais urbanas, culminando com o domínio imediato dos espaços desprezados pelas classes média e média alta pela massa pobre” (ANJOS E CHAVEIRO, 2007, p. 188).

Indo além, antes de partir para as especificidades da formação periférica da região de Belém, é fundamental deixar claro o conceito periferia no sentido urbano da palavra.

Considerando a heterogeneidade da formação das cidades, não se pode resumir a periferia à um conceito simplório. De maneira geral há características mais generalistas que podem dar luz ao significado do termo, contanto que se assuma o entendimento de que há nuances nessas características, de acordo com as especificidades de cada cidade. Ou seja, a formação das periferias está ligada à formação dos centros urbanos a partir dos quais surgiram. Um desses conceitos, é o desenvolvido por Anjos e Chaveiro (2007), no qual exploram o conceito no âmbito mais social da palavra. Eles consideram o espaço periferia como “um lugar específico de dramas sociais, de problemas e vicissitudes humanas”, uma vez que “a periferia possui um cotidiano específico, bem como uma

modalidade de tempo social que define a vida dos sujeitos” (ANJOS; CHAVEIRO, 2007, p. 183). De modo ainda mais generalista, os “territórios marginais” – termo usado por Patrocínio (2017) para fazer referência às favelas, periferias e subúrbios – são “territórios exteriores à urbe, não dialógicos e antagônicos ao centro” (PATROCÍNIO, 2017, p. 2508).

Já o IBGE (2010), utiliza o termo “aglomerados subnormais” para fazer referências às regiões periféricas ou similares. No censo de 2010, o instituto busca entender a formação das periferias nas capitais brasileiras, no que conclui que esses aglomerados podem ocorrer a partir

da ocupação de áreas pouco propícias à urbanização regular, como encostas de elevada declividade, áreas sujeitas à inundações, áreas de manguezal ou de praia, sendo frequente sua localização próxima a áreas com grandes concentrações de emprego e infraestrutura (IBGE, 2010, p. 28).

A formação da periferia de Belém está ligada à sua conexão com os rios que banham o entorno da cidade. A região, que começa a ser habitada a partir das margens, com o tempo sofre uma interiorização para áreas de terra firme. Nas regiões à beira dos rios, a dificuldade de construções no solo e a alta das marés, afastaram a população de classes mais altas, deixando para trás essas áreas pouco propícias à urbanização formal (IBGE, 2010, p. 29), onde a população mais pobre encontrou a possibilidade de viver próximo ao centro da capital, mesmo em condições urbanas diferentes das áreas centrais.

Com o passar dos anos, e com as regiões centrais da cidade passando por constantes evoluções urbanas, as áreas, agora periféricas, padecem sem ter a atenção pública necessária. Cada vez mais, o fluxo de migrações – seja de fora do estado ou de áreas rurais para a capital – eclode.

As áreas periféricas, com um contexto histórico marcado por problemas de saneamento básico, saúde, têm sua situação ainda mais agravada com a chegada de migrantes em busca de vida mais digna no espaço urbano Amazônico. É nesses contextos antagônicos que se encontram os bairros Batista Campos e Jurunas. Mesmo com as proximidades geográficas, os contextos sociais e o histórico de ocupação do espaço são completamente distintos (ALVES, 2017, p. 136).

Neste ponto, faz-se necessário citar um importante período na história da formação da cidade de Belém para o modelo em que se encontra nos dias de hoje: *A Belle*

*Époque*, que data do final do século XIX ao início do século XX, mesmo período conhecido marcado pelo auge do ciclo da borracha. Assim como em outras cidades do Brasil (como Manaus e Rio de Janeiro) e do mundo, Belém passou por uma reformulação urbana e estética, com impacto social, que tinha como objetivo transformar uma paisagem primitiva em uma cidade nos moldes parisienses, de modo a civilizar seus cidadãos aos costumes europeus (SARGES, 1998; COELHO, 2011). A gestão municipal de Antônio Lemos marcou de maneira mais profunda esse período na capital. Foi em seu governo que leis passaram a modificar Belém e forçar o afastamento da população mais pobre para as áreas periféricas. Ainda nesse mesmo período, o contingente populacional da cidade cresceu, a partir da vinda de migrantes nordestinos, oriundos principalmente da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí – que fugiam da seca e buscavam emprego na Amazônia – (SARGES, 1998), aprofundando problemas sociais e econômicos já existentes.

Em resumo, a *Belle Époque* ficou conhecida por proclamar

[...] culto às artes em geral, em particular à literatura, à música e à cena lírica, pois novas linhagens estéticas estarão presentes nas agremiações e associações literárias e musicais. O cuidado com a indumentária e o gestual, e as manifestações exteriores do bom gosto serão a razão de ser do *dandy* que dominará os cenários urbanos. Mas não só! Também sobressairá o ideal da cidade planejada, limpa e higiênica, o encobrimento da pobreza e da mendicância, a sociabilidade mundana (COELHO, 2011, p. 145).

Com esse crescimento populacional e a instauração da ideia de higienização dos centros urbanos da cidade, cada vez mais, a parte operária e os migrantes foram forçados a ocupar as áreas periféricas da cidade, incluindo terrenos ao longo da avenida José Bonifácio, no perímetro a partir do Cemitério de Santa Izabel, onde hoje se encontra o bairro do Guamá.

O inchaço urbano da região metropolitana, que seguiu crescendo desde o período da borracha, afetou diretamente a formação das periferias de Belém. Com a saturação das ocupações nas áreas de margem dos rios e canais, outros processos tomam espaço para se chegar a atual formação sócio-espacial de Belém. Um desses, são os processos urbanos segregadores nas regiões centrais, sobressalentes ainda após o fim do período da *Belle Époque*.

O saneamento vagaroso das áreas de baixada iniciado na década de 1960 que abarcou a Av. Tamandaré, a Av. Doca de Souza Franco e o bairro de mesmo nome, deu início a um processo de substituição invasão-sucessão, que segundo Corrêa (1997), acontece em função da substituição de agentes, sujeitos sociais, dentro do espaço da cidade, principalmente levando em conta o aspecto do uso residencial, no qual um espaço se valoriza através da modernização (infraestrutura), fazendo com que a população residente (de classe baixa) vá para outros espaços, havendo a substituição do uso residencial, agora com estabelecimento de uma classe alta (ARAÚJO JUNIOR; AZEVEDO, 2012, p. 161).

Outras ações em bairros de Belém, resultaram em processos também importantes, especialmente em relação a formação de mais ocupações irregulares, para além das margens dos rios. Muitas das populações pobres residentes da região central e outras que chegaram mais tardiamente a cidade, passaram a se firmar em regiões mais afastadas do centro.

No contexto da década de 1960 nas imediações do bairro do Reduto tal processo se fez presente por conta da remoção da população de classe baixa que habitava este local. As ocupações de baixo padrão econômico deixam de existir em grande parte a partir de uma política do Banco Nacional de Habitação (BNH), o qual remove essa população para o primeiro conjunto habitacional da COHAB de Belém, o conjunto Gleba I, localizado no início da Av. Augusto Montenegro. Estes sujeitos removidos passaram pelo processo de segregação imposta, promovendo um processo de aceleração, via COHAB, de periferização na Região Metropolitana de Belém, em que a população removida começa a formar a área de expansão. O processo de invasão-sucessão percebido também no bairro Umarizal é observado em dois momentos, primeiro da verticalização e segundo de usos comerciais e de serviços acompanhando o circuito superior de economia urbana. (ARAÚJO JUNIOR; AZEVEDO, 2012, p. 161/162).

Com isso, a periferia ganha formas mais similares às atuais. Agora, além da periferia que nasce a partir da ocupação de solos invadidos pela periodicidade dos rios – deixados por classes que migram para regiões mais propícias a ocupação –, a expulsão de moradores de áreas centrais para a formação de bairros mais afastados, estimula outras formas de segregação e formação de novas periferias. Estas, são tão precárias em relação ao saneamento e serviços públicos quanto às mais antigas.

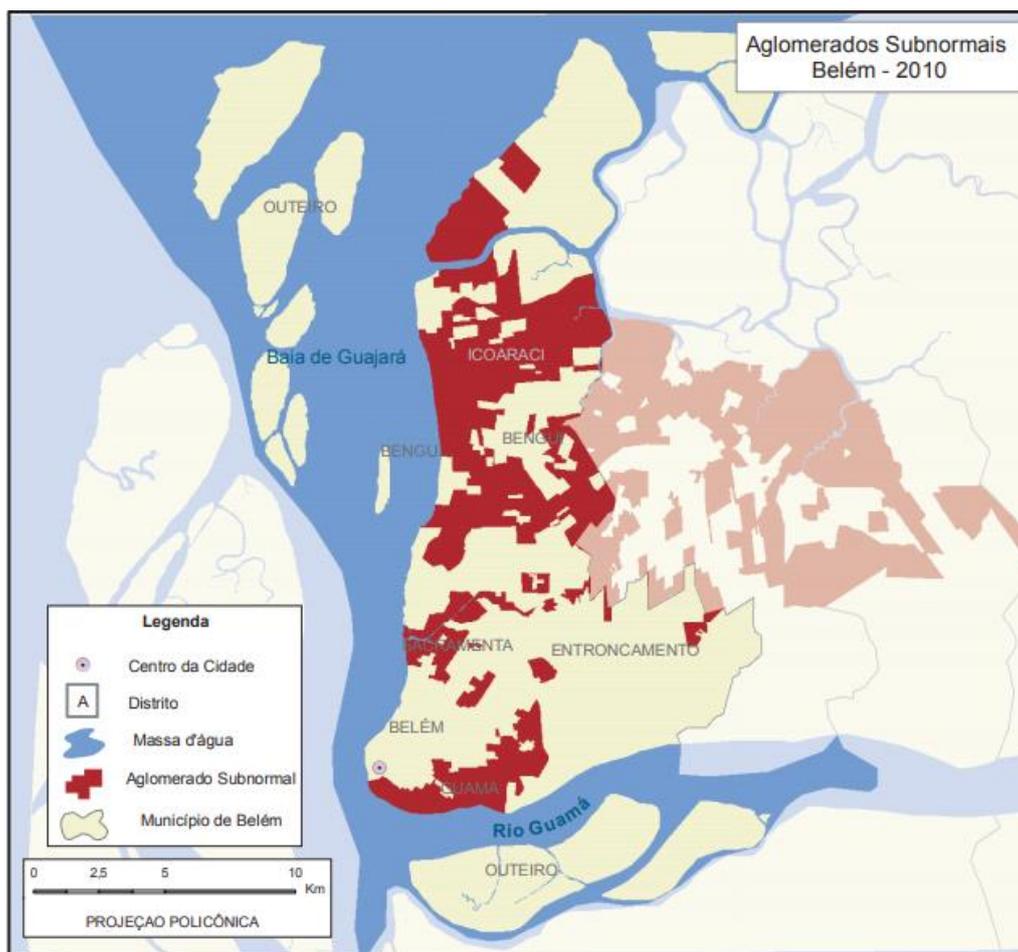
Em Belém, uma das características dominantes é a grande extensão das áreas de aglomerado subnormal. As baixadas junto ao Rio Guamá, próximas ao centro, originalmente sujeitas a inundações periódicas, são de ocupação mais antiga e consolidada, e se caracterizam por elevadas

densidades, mas com existência de ruas e acesso às casas no interior de grandes quadras por becos e vielas. A área central é cercada ao norte e a leste por áreas institucionais (áreas militares, aeroporto). Assim, as ocupações mais recentes estão mais distantes, no norte do município, onde existem grandes ocupações formando um arco de aglomerados subnormais que estavam conurbados com áreas similares no município vizinho de Ananindeua (IBGE, 2010, p. 36).

Considerando o último censo do IBGE (2010), Belém é a capital brasileira de destaque quanto ao quantitativo de habitações localizadas em regiões periféricas. “Dos 20 municípios com maior quantidade de domicílios em aglomerados subnormais, 12 apresentavam um predomínio das áreas com 1 000 ou mais domicílios, que em Belém chegava a 88,6%” (IBGE, 2010, p. 32).

Na imagem a seguir, expõe-se a atual formação das regiões de periferia de Belém, apontadas pelo IBGE como áreas onde a presença do saneamento básico e a disponibilidade de serviços básicos – como educação, saúde e transporte – se dão de maneira precária.

**Figura 1** - Aglomerados subnormais no Município de Belém - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ao seguir pelo viés das políticas sócio-econômicas e espaciais de segregação, Belém herda uma herança que permanece segregatista ainda nos dias atuais. Na formação dos bairros, duas capitais coexistem: A Belém formada por bairros com infraestrutura privilegiada, constituída em maior parte pela população melhor socioeconomicamente posicionada e outra desprivilegiada, onde há o predomínio da classe baixa, carente de estrutura urbana e ocupada por moradores com menor nível econômico e de instrução, devidos às dificuldades de acessos às ações públicas de qualidade.

Do ponto de vista de políticas públicas, as intervenções em pequenos e grandes aglomerados subnormais são bastante diferenciadas. Em grandes áreas, por exemplo, podem ser necessárias profundas intervenções para melhorar a acessibilidade ao local de moradia, como a construção de planos inclinados, teleféricos ou a abertura de ruas, bem como a extensão de redes troncais de água, esgoto e energia para o interior das áreas (IBGE, 2010, p. 29)

Antes de seguir, é importante pontuar em qual contexto urbano e social surge o bairro do Guamá. Dias Júnior (2009) ajuda a dar um parâmetro sobre essa formação, ao pontuar dois momentos importante na ocupação populacional do bairro: o primeiro, datado no início do século XIX, com a inauguração da “Colônia de Lázarus”, popularmente conhecido como o Leprosário do Tucunduba. Na época, a região era considerada isolada do centro da cidade, constituída ainda por grande área de mata. Por mais de um século, hansenisianos e pessoas com doenças mentais foram confinados nesse espaço, em uma ação forçada de exclusão do convívio social.

O fim dessa era de reclusão coincide com o período *Belle Époque*, quando a área já não era mais isolada do centro e apresentava uma ocupação urbana acelerada. Nesse ponto, chegamos ao segundo momento importante na formação do bairro do Guamá, quando duas ocupações ocorrem: uma a partir do bairro de São Brás, no início do século XX e outra vinda pelo Rio Guamá, intensificada a partir da década de 1950.

A ocupação das primeiras áreas do Guamá, como já foi dito, se deu como extensão do bairro de São Braz, onde se encontravam principalmente migrantes nordestinos que chegavam a Belém atraídos pela economia da borracha. A facilidade de ficar em terrenos próximos ao bairro de São Braz, ponto de entrada e saída da cidade, possibilitou a ocupação do espaço por grande número de migrantes, que se embrenharam nas matas próximas, formando caminhos e passagens por onde foram se fixando as famílias (DIAS JR, 2009, p. 38).

Já a ocupação pelo rio...

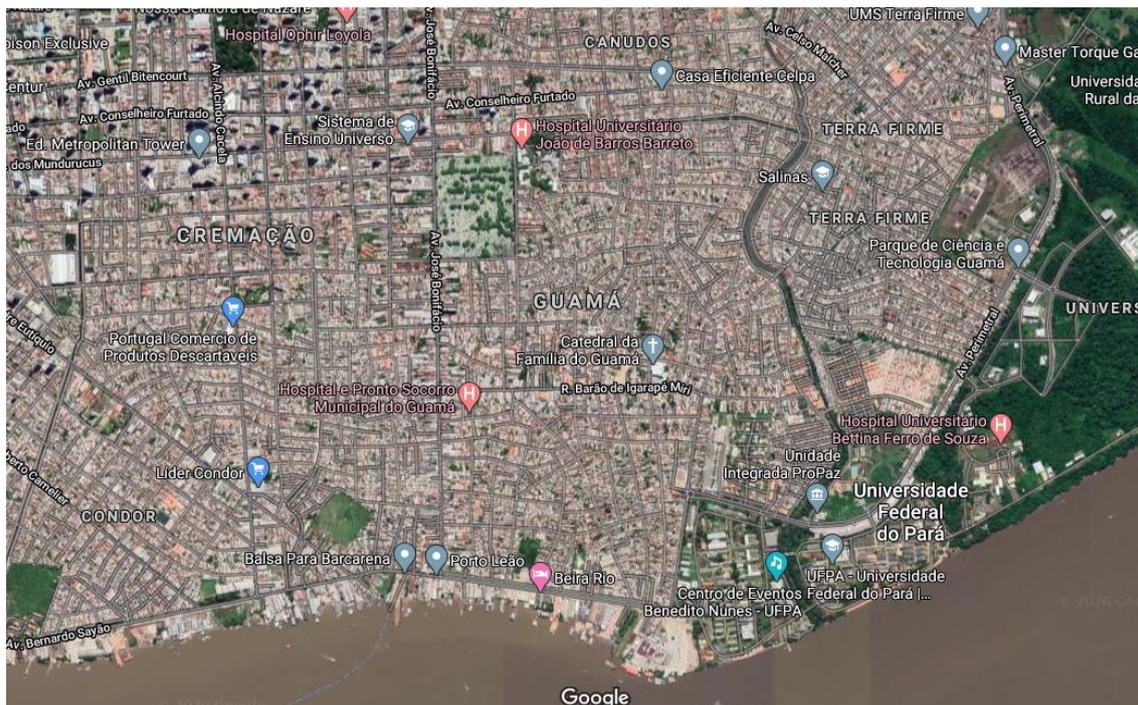
[...] ocorreu com a presença marcante de pessoas oriundas das regiões do Rio Guamá, do Rio Acará e do Baixo Tocantins. Esse processo de formação dos bairros às margens do Rio Guamá, foi um fenômeno corrente no momento de distribuição espacial da cidade desde o século XVIII [...]. A população desta parte do bairro que cresceu de frente para o rio, principalmente após os anos 1950, foi lentamente se agrupando, desmatando a floresta e formando as ruas e passagens da parte sul do bairro (DIAS JR, 2009, p. 39).

A partir desses processos é que o bairro do Guamá passa a ter as dimensões que apresenta hoje, com grande densidade demográfica e marcado pelo ordenamento urbano caracterizado por muitas vielas e ruas<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> “O bairro do Guamá está localizado na extremidade sul da cidade de Belém, às margens do Rio Guamá, e faz fronteira com os bairros de São Braz, Canudos, Terra Firme, Condor e Cremação. Apresenta uma área urbana de 4.127,78 Km<sup>2</sup> e é um dos onze bairros que compõe o Distrito Administrativo do Guamá

**Figura 2 -** Localização espacial do bairro do Guamá na cidade de Belém



Fonte: Google Maps. Acesso em: 26 fev 2020.

Portanto, a formação do bairro do Guamá, historicamente, se dá por processos excludentes. Inicialmente pela segregação de pessoas com hanseníase e doenças mentais, para no século seguinte ser ocupado pela população mais pobre a partir de reordenamentos urbanos e paisagísticos do centro e pelo processo de migração.

Portanto, entender todos os processos que levam à formação de áreas dentro de uma mesma cidade, que recebe atenção desigual em relação às regiões centrais e mais urbanizadas, ajuda a compreender um dos pontos mais importantes dentro desta pesquisa: os processos sociais para a formação da segregação populacional, causadora de fenômenos consequentes que assolam grande parte das regiões urbanas brasileiras, como a desigualdade social, racismo, a estigmatização do outro e a violência.

No Brasil, os temas referentes à periferia urbana vêm se impondo cada vez mais fortemente nas pesquisas acadêmicas e dos diversos setores da sociedade em decorrência da amplitude dos problemas que daí surgem. Todo o sistema urbano é influenciado por este fenômeno, com maior clarividência para os aglomerados urbanos de médio porte e metrópole (ANJOS; CHAVEIRO, 2007, p. 185).

---

(DAGUA). Sua população é de 102.124 habitantes segundo os dados do Anuário Estatístico do Município de Belém de 2006” (DIAS JR, 2009, p. 39).

Após entender a formação espacial das periferias de Belém e, principalmente, a do Guamá, o tópico a seguir propõe uma análise mais esmiuçada da exclusão social do outro, especialmente quando o outro se traduz em um morador periférico.

## **2.2 A segregação social pelo medo**

Ao situar a periferia em seu sentido geográfico, põe-se em evidência o entendimento quanto aos primeiros indícios dos critérios segregalistas de cidades como Belém no âmbito espacial.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a segregação física se faz presente na formação de grandes cidades, é inviável analisar a formação das periferias sem levar em conta, em paralelo, outro fator fundamental e de amplo debate: a segregação social. É a partir dessa segregação a maior evidência da divisão de classes dentro de um mesmo espaço urbano. Para além das dificuldades espaciais encontradas pela classe pobre moradora da periferia, os obstáculos enfrentados a partir de fatores como o preconceito de classe e a estigmatização, geram outros grandes problemas dentro desses espaços, de consequências capazes de influenciar no cotidiano da população.

É nesse sentido que surge a associação do pobre às causas geradoras de problemáticas urbanas que afetam o dia-a-dia das cidades, como a violência. Um pensamento predominante, ainda que estudos apontem que a pobreza não é fator diretamente relacionado a violência. A exemplo: pesquisas desenvolvidas no estado de Minas Gerais, onde se concluiu “que os municípios de menor incidência de crimes são justamente os mais pobres; ao contrário, a riqueza e a circulação de dinheiro estão mais associadas à maior incidência e prevalência de crimes, em especial os violentos (ADORNO, 2002, p. 110).

Na mesma linha, outras caracterizações em volta dos moradores periféricos seguem uma tendência chula de reconhecimento de identidade, destoante da realidade complexa dos indivíduos. Como aponta Feltran (2010),

as periferias seriam então o lugar dos pobres, e todos sabem o que isso significa: trata-se de lugares subalternos socialmente, por vezes vistos como “submundos”, em que convivem misturados “trabalhadores” e “bandidos”, que despertam piedade e insegurança. Esses estereótipos, reforçados no dia a dia das cidades, evidentemente constroem os limites cognitivos da subjetivação política possível de indivíduos e grupos que vivem nesses territórios (FELTRAN, 2010, p. 07).

Ou seja, o morador de periferia está constantemente sofrendo de estereótipos dentro da sociedade, dos quais em nada representam a complexidade de relações e vivências dentro desses bairros. Ainda assim, o enraizamento de conceitos em torno da periferia gera reflexo nas relações entre os indivíduos, considerando que,

como nas práticas sociais não há uma clivagem bipolar, mas um conjunto de relações intensas entre periferias e outros mundos sociais e públicos, ocorre que as classificações estereotipadas, acusatórias e de senso comum também se tornam, nos cotidianos das periferias, matrizes discursivas influentes na marcação de diferença, nas dinâmicas locais de conflito e sociabilidade (FELTRAN, 2010, p. 08).

No que tange a linha de pesquisa deste estudo, dar-se-á destaque aqui – dentre muitas outras possibilidades de pesquisa – aos estereótipos e preconceitos contra o pobre periférico em relação às questões ligadas à violência. Isso porquê, o pobre, como um todo, é historicamente associado à violência e à criminalidade, como explicam Buoro, Schilling, Singer e Soares (1999). Essa associação, segundo eles, tem uma das justificativas atrelada ao desenvolvimento do capitalismo na sociedade ocidental moderna. Ainda no século XIX, a constante fragilidade da economia e as condições precárias de trabalho criavam no imaginário quanto ao proletariado a ideia de que, ao não ter condições estáveis de sobrevivência, a (grande) parcela pobre das cidades apelava ao crime como saída. Dessa maneira, passavam a ser vistos como "ladrões, prostitutas, batedores de carteira, marginais" (BOURO *et al.*, 1999, p. 22/23). Um imaginário que permeia ainda nos dias atuais, somado também a outros preconceitos, como os de cunho racial e cultural.

Adorno (2002) segue o mesmo entendimento da violência erroneamente retratada na figura do pobre. Mas ele vai além, ao entender que

[...] a associação mecânica entre pobreza, crime e violência suscitava mais problemas do que os solucionava. [...] O problema não residia na pobreza, porém na criminalização dos pobres, vale dizer, no foco privilegiado conferido pelas agências de controle social contra a delinquência cometida por cidadãos pobres (ADORNO, 2002, p. 109).

Do ponto de vista de Porto, “as subjetividades presentes nas representações da violência interferem, direta ou indiretamente, nos processos de organização das ações e

relações sociais, ou seja, nos espaços nos quais o social se produz e se reproduz como espaço de interação” (PORTO, 2006, p. 270).

Ao analisar as interferências da violência nas relações sociais, dois tópicos se destacam para facilitar o entendimento: A violência social em si, na qual permeia as questões que envolvem as consequências sociais da segregação entre as classes pobres e ricas da cidade; e o medo da violência física, que também tange a violência de caráter social, mas atinge mais diretamente o morador de periferia, a partir de uma estigmatização quanto ao seu envolvimento em relação aos índices de violência urbana registrados por dados oficiais do governo e refletido nos jornais, além do ponto de vista de que é na periferia onde nascem indivíduos responsáveis por gerar uma onda de sentimento de insegurança entre a população.

### **2.2.1 Violência**

Para além da segregação espacial - da qual gera consequências aos moradores de bairros periféricos quanto ao acesso à serviços básicos de áreas urbanas, como problemas com a oferta de água, energia, saneamento básico em geral, saúde, transporte e educação -, a segregação social gera consequências ainda mais profundas e complexas. Esta tange as relações entre indivíduos de uma mesma cidade, afetados também pela segregação espacial, mas principalmente pelas diferenças de classes econômicas e suas posições dentro das relações sociais, na qual o pobre e periférico sofre de forma mais intensa as consequências dessas divisões.

No âmbito social, o indivíduo está a todo instante passando por julgamentos, mesmo que ele não tenha ciência disso. Na fala de Goffman (1988), as características atribuídas ao sujeito são denominadas estigmas<sup>7</sup>. Ou seja, quando um estranho nos julga, ele passa a procurar evidências que digam a ele quem somos. Em casos extremos, segundo o autor, isso pode significar enquadrar alguém como "uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca" (GOFFMAN, 1988, p. 06).

Para compreender melhor o estigma, um estudo desenvolvido por Norbert Elias e John Scotson (2000) com habitantes de um povoado industrial na Inglaterra – no qual

---

<sup>7</sup>Goffman (1988, p. 05) explica que a denominação "estigma" foi criada pelos Gregos, para se "referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava". Já nos dias de hoje, "o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal".

atribuíram o nome fictício de Winston Parva –, ajuda a dar um panorama da prática desse fenômeno entre as relações humanas. No período do desenvolvimento da pesquisa, em meados do final da década de 1950 e início da de 1960, ambos observaram e estudaram, ao longo de três anos, as relações sociais dos habitantes desse povoado que apresentava discrepância nos índices de delinquência entre bairros. De modo a compreender quais motivações levavam a esses índices distintos, acabaram por perceber processos sociais nas relações entre grupos de indivíduos que refletiam também processos de alcance geral da sociedade.

No decorrer da pesquisa, notou-se uma divisão interna dentro da comunidade, que ficava dividida entre moradores que habitavam o bairro relativamente mais antigo do povoado – identificados como estabelecidos – e habitantes recém-chegados, que passaram a ocupar áreas ao redor – identificados como *outsiders*. Os estabelecidos mantinham uma autoimagem de humanamente superiores, enquanto que estigmatizavam os *outsiders* como seres de menor valor humano. Ainda que, ao final do terceiro ano da pesquisa, o índice de delinquência entre os bairros mais recentemente criados tenha praticamente desaparecido, os moradores do bairro mais antigo continuaram a caracterizá-los como área de delinquência. Cabe ressaltar que a divisão não era influenciada por discrepâncias econômicas, uma vez que os moradores possuíam salários e casas similares. Havia, assim, uma motivação de cunho social, adotada pelos estabelecidos como estratégia de preservação de uma identidade e da superioridade.

A estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e *outsiders*, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão — o preconceito — que seus membros sentem perante os que compõem o grupo *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 35).

Mas além disso, a estigmatização era usada como forma de inferiorizar um grupo, mesmo quando os índices de delinquência estavam caindo, de modo a manter no poder àqueles pertencentes ao grupo dos estabelecidos, prolongando preconceitos e dificultando ascensões dos “recém-chegados”.

Isso ilustra muito vividamente a operação e a função das crenças do estabelecido a respeito de seus grupos *outsiders*: o estigma social que seus membros atribuem ao grupo dos *outsiders* transforma-se, em sua imaginação, num estigma material — é coisificado (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 35).

Partindo desse microcosmo, as relações de Winston Parva lançam luz às discussões sociais em maior escala, assim como tratadas nesta pesquisa.

O social surge, no contexto do convívio de uma sociedade, como uma espécie de regulador da paz e do bom convívio. Para Candiani, "a sociedade só se mantém coesa porque exerce coerção sobre os indivíduos, incitando-os a cumprir regras e satisfazer exigências das quais estariam livres se pudessem atuar com plena liberdade" (CANDIANI, 2007, p. 73). Quando o indivíduo não supre as expectativas,

o corpo social praticamente se fecha contra este e se coloca na defensiva, como um animal ameaçado. Ele marginaliza os que ousam desrespeitar-lhes as regras, o comportamento, a linguagem, os valores, posição política e a ideologia. Na convivência social não há espaço para o "eu" mas somente para o "nós" (MARCONDES FILHO, 1986, p. 11).

É nesse meio que surge a desigualdade entre grupos. Esse outro que não se enquadra nos padrões "morais, sociais, econômicos e até estéticos" (MARCONDES FILHO, 1986, p. 11) está sujeito a diversos tipos de represálias. Mas para que as relações sociais se encontrem nos moldes de hoje, é necessário considerar a historicidade da sociedade e de que modo se dá essa construção social da realidade.

Berger e Luckmann (2004) reforçam a ideia da formação de instituições, ou seja, de normas da sociedade, a partir de um compartilhamento de interações e construções ao longo da história. Desse modo, "as instituições têm sempre uma história da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida" (BERGER, LUCKMANN, p. 79/80, 2004).

Ao compreender as peças que levam à constituição de instituições, entramos em um outro entendimento quanto a influência dessas convenções no agir de um indivíduo ou de grupos deles, bem como na relação deles com a sociedade. Considera-se que "as instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis" (BERGER, LUCKMANN, p. 79/80, 2004). Essas instituições e a forma como molda a sociedade, muda em contextos sociais distintos. O que não muda é que o organismo tem seus limites estabelecidos pela sociedade, de forma a moldá-los.

O homem é biologicamente predestinado a construir e habitar um mundo com os outros. Este mundo torna-se para ele a realidade dominante e definitiva. Seus limites são estabelecidos pela natureza, mas, uma vez construído, este mundo atua de retorno sobre a natureza. Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo (BERGUER, LUCKMANN, p. 240/241, 2004).

Incorporando o pensamento dos autores para a realidade do pobre periférico, o contexto social no qual estes estão inseridos é o de uma sociedade instituída de preconceitos e estigmas. Assim, crescem sob o entendimento de pertencimento a um grupo inferior, socialmente diminuídos e economicamente prejudicados.

Para exemplificar o impacto dessa estigmatização para com grupos da sociedade, cito um exemplo de Zaluar (2002). Quando ela afirma que um homem inglês, com menos de 21 anos, vindo de uma área considerada de delinquência, é julgado, no entendimento dela, ele “terá 120 vezes mais chances de ser considerado um infrator ou criminoso do que uma inglesa de mais de 21 anos que mora em um bairro de classe média”. Adorno concorda com Zaluar quanto à esta discriminação, seguindo uma linha de raciocínio similar ao afirmar que a “justiça penal é mais severa para com criminosos negros do que para com criminosos brancos” (ADORNO, 1996, p. 02).

Levando em consideração que negros e pardos representam 65,6% da população em situação de vulnerável a extremamente pobreza no Brasil (IPEA, 2013), e que a população da periferia e favelas é formada por uma população pobre – justamente aqueles que, segundo Zaluar e Buoro *et al.* (2002; 1999), são vistos como os responsáveis pela violência – compreende-se então o local onde o social impõe convenções de maneira mais intensa, o que vai muito além de estigmatizações a partir de condições econômicas, mas engloba muitos contextos da realidade.

Se desfazer de estigmas já enraizados e socialmente corroborados, para Elias e Scotson (2000), é caminho árduo. Quando o indivíduo pertencente a um grupo que se entende como superior, discorda com as estigmatizações criadas, passa a também ser excluído e a ocupar as mais baixas posições de poder. Seria esse um dos indícios para justificar a insistência de sociedades em abandonarem ações excludentes, afinal “a auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele” (ELIAS; SCOTSON, p. 40, 2000).

A opinião interna de qualquer grupo com alto grau de coesão tem uma profunda influência em seus membros, como força reguladora de seus sentimentos e sua conduta [...]. Isso se deve, em parte, ao fato do diferencial de poder de um membro do grupo diminuir quando seu comportamento e seus sentimentos contrariam a opinião grupal, fazendo-a a voltar-se contra ele (ELIAS; SCOTSON, p. 39, 2000).

Como afirma Bezerra (2011), o pobre está constantemente associado a essa classificação "pobreza-criminalidade-violência", ainda que, como já mencionado, a pobreza não seja responsável pelos números da violência. No entendimento da autora, este indivíduo passa a ser reconhecido como

o que recebe a assistência social ou deveria recebê-la, segundo as normas sociais. Nesta perspectiva, a pobreza não se define em si mesma como um estado quantitativo e de privações materiais, mas segundo as respostas sociais produzidas diante de determinada situação assim identificada pelas coletividades (BEZERRA, 2011, p. 02).

Novamente, a exclusão não se restringe somente às questões econômicas. Ou raciais. Na verdade, vai muito além disso. Desenvolve-se de maneira mais complexa, alcançando aspectos políticos, desencadeando uma “restrição do próprio direito e à liberdade individual” (CANDIANI, 2007). A violência surge como uma das consequências mais explícitas desse contexto. Não somente a violência pelo medo - cometida por meio da prática de assaltos, por exemplo -, mas a violência física.

Quando a taxa de crimes, especialmente os violentos, chega a um patamar muito elevado, o medo da população e a insegurança ameaçam a qualidade de vida conquistada a duras penas em décadas de desenvolvimento econômico e de reivindicações sociais. (ZALUAR, 2002, p. 76).

Os embates de valores tornaram-se cada vez mais comuns na atual conjuntura social, permitindo compreender que "o homem é sim um animal social, mas sem ser completamente socializado; sua própria natureza social é fonte de conflitos, antagonismos, que criam uma resistência à socialização 'total'" (CANDIANI, 2007).

Tratando das consequências referentes à desigualdade social, e a aproximando ainda mais da estigmatização de áreas periféricas em zonas urbanas, Bezerra (2011) desenvolve uma pesquisa voltada à compreensão da parcela da população habitante de territórios estigmatizados. Os resultados da pesquisa ajudam a entender os sentidos da pobreza e da vivência dentro da periferia.

Algumas das conclusões da autora levantam debates pertinentes. Dentre eles, como citado mais acima, quanto ao entendimento de que há uma vinculação de pobreza-violência-criminalidade e a diabolização da periferia “nas metrópoles como lugar de cristalização de tudo o que a nossa sociedade traz de ameaças, medo e inseguranças” (BEZERRA, 2011, p. 03). A tendência a homogeneizar tais moradores, está diretamente associado ao sentido estigmatizado de territórios ocupados pela parcela pobre da população.

Zaluar declara que, claramente, a associação de que a pobreza e o crime andam juntos é um equívoco.

A evolução da pobreza nas últimas décadas não sustenta a tese que explica o aumento da criminalidade pela miséria apenas. O percentual de pobres entre os pobres que optam pela carreira criminosa é baixo: menos de 1% em relação ao total da população de um bairro pobre pesquisado: 380 pessoas pertencentes às quadrilhas de traficantes e aproximadamente 1200 pessoas envolvidas com roubos e furtos, de uma população calculada em 120 mil pessoas (ZALUAR, 2002, p. 76).

Ainda assim, é necessário reconhecer que a violência se instaura com mais clareza em regiões periféricas.

Registros de mortes violentas revelam maior incidência nos bairros que compõem a periferia urbana onde são precárias as condições sociais de existência coletiva e onde a qualidade de vida é acentuadamente degradada. Há fortes evidências de que o risco de ser vítima de homicídio é significativamente superior entre aqueles que habitam áreas, regiões ou bairros com déficits sociais e de infraestrutura urbana, como aliás sugerem os mapas de risco elaborados para diferentes capitais brasileiras (ADORNO, 2002, p. 122).

Diante de tais circunstância, a violência destaca-se como problema social e determinadora da vida em sociedade. Além disso, significa um objeto de ampla discussão e de complexidade elevada, em que os meios de comunicação em geral trabalham sobre uma linha tênue quando a expõem, sob o risco de estimular ainda mais pensamentos incorretos quanto aos indivíduos da sociedade. O que, infelizmente, acontece na grande maioria dos casos.

Para Porto (2006) a possibilidade de se entender a violência contemporânea, só existe “assumindo ser impossível compreender esse fenômeno sem se interrogar sobre os sentidos, os valores e as crenças que estruturam e presidem a vida social, os quais são o

conteúdo por excelência das representações sociais” (PORTO, 2006, p. 250). Ainda segundo ela,

Compreendê-la [a violência], causalmente e em termos de seus resultados no âmbito da ação social, implica buscar os sentidos orientadores das condutas [dos atores] e compreender tais sentidos inseridos em contextos sociais, nos quais são, por exemplo, formuladas políticas públicas de enfrentamento da violência (PORTO, 2006, p. 261).

Realizar sempre a associação da violência com bairros pobres de uma cidade se tornou intrínseco e isso é histórico. Essa relação permeia o imaginário da população que se enclausura pelo medo do outro e ajuda a aprofundar ainda mais as divisões existentes nas relações sociais. Diante disso, seria de fato a segregação social uma forma de violência? Para não haver dúvidas, a pergunta pode ser respondida se formos levar em consideração o que diz Porto (2006) sobre o fenômeno. Para ajudar a compreender a partir de que momento a violência se faz presente, ela diz:

Seria considerar que o limite para o relativismo seria a integridade, física e moral da pessoa. Desta forma, toda vez que tal integridade fosse atingida poder-se-ia assumir que se está em presença de um ato violento [...]. Pensando na relação objetivo/subjetivo já referida acima, seria viável admitir-se, pelo menos como uma hipótese operacional, que se poderia falar de violência sempre que a alteridade fosse desconsiderada, “esquecida”, “desconhecida”, “negada”. Em outras palavras, sempre que o outro fosse desconsiderado como sujeito e, em função disto, tratado como objeto, inviabilizando, em última análise, a interação social, fosse ela de natureza consensual ou conflituosa (PORTO, 2006, p. 266).

Ao analisar com mais profundidade os conflitos sociais que giram em torno do morador de bairros periféricos, há a evidência de muito mais do que um tipo de violência de nível social. E essa violência é difundida não só pela classe média e rica da sociedade, mas também por esferas governamentais e braços estatais de repressão e organização, como a polícia.

Lima e Borges (2014) consideram importante a compreensão dos conflitos sociais e de como eles são processados e administrados pelo Estado:

O Brasil produz dados estatísticos sobre crimes e criminosos desde o século XIX (Lima, 2005), mas somente após os anos 2000 é que a agenda da segurança pública no país associou esses dados às regras e

requisitos da democracia, deslocando-os dos recônditos escaninhos da burocracia estatal para a posição de ferramentas centrais para o planejamento e gestão de políticas eficientes e democráticas de segurança e justiça. Sem dados estatísticos, indicadores e sistemas de informação de qualidade e acessíveis, pouco o Brasil conseguirá avançar em ser um país menos violento e inseguro (LIMA; BORGES, 2014, p. 224).

Alguns dados dão luz ao cenário atual da população brasileira em termos de violência social e urbana e ajudam a entender esse cenário. O perfil dos encarcerados no Brasil (BRASIL, 2014) revela que grande parte dos presos são negros e de baixa escolaridade. Em outro recorte, constata-se o grande número de jovens de até 29 anos presos por delitos. Dentre os encarcerados, entretanto, os crimes mais comuns registrados são "crimes contra o patrimônio" e roubos e furtos, o que destoa do imaginário de violência física desenfreada nas médias e grandes cidades e do cenário apresentado pelos jornais policiais quando priorizam o crime violento como notícia (MONTEIRO; CARDOSO, 2013).

Ainda segundo Monteiro e Cardoso (2013), as vítimas de homicídio no Brasil são em grande maioria homens. Essas mesmas características valem também para o agressor. Já no estudo levantado por Buoro *et al.* (1999) e Zaluar (2002), dentre as vítimas, os assassinatos ocorrem principalmente por armas de fogo. Nesse caso, tornam-se vítimas civis envolvidos em crimes e também a própria polícia a serviço do estado.

É importante considerar ainda os altos índices de pobreza registrados no Brasil. Em 1993, os dados revelaram que aproximadamente 50,5% das crianças e adolescentes encontravam-se em "família cujo rendimento mensal per capita era de até 1/2 salário mínimo, e 27,4% em família de até 1/4 do salário mínimo" (RIZZINI apud ZALUAR, 2002, p. 76). Segundo Zaluar (2002), essas mesmas crianças estão a todo instante em convívio com o crime, ou seja, vivem nas ruas e ficam, dessa maneira, propícias a todos os tipos de "usos e abusos". Ainda assim, apesar das diversas situações que levam uma criança ou um adolescente a cometer infrações e do imaginário social em torno deles, as proporções de crimes violentos nessa categoria são baixas. Na maioria, cometem os crimes de menor gravidade (ZALUAR, 2002).

Os dados acima são para exemplificar que, diferente do senso comum, há complexidades profundas em relação à identificação de indivíduos responsáveis pelos índices de criminalidade na cidade. Nem todo morador de periferia irá tender para o "mundo do crime", da mesma forma que é imprevisível determinar apenas por

juízos prévios quem possui mais chances de se tornar violento dentro de uma sociedade.

A criminalidade (ou, pelo menos, parte dela, já que há “crimes e crimes”, com causas e motivações muito variadas) é, em um país como o Brasil, em larguíssima medida, um subproduto da “dívida social” acumulada há gerações e gerações, sob a mediação de fatores institucionais (falência e inadequação intrínseca do sistema prisional, corrupção estrutural do aparato policial etc.) e culturais (ascensão de valores como consumismo, individualismo e hedonismo). Por outro lado, a criminalidade e o sentimento de medo e insegurança associados ao seu aumento irão gerar impactos sócio-espaciais negativos importantes, os quais servirão de obstáculos para o enfrentamento de vários fatores de injustiça social e má qualidade de vida entre os próprios pobres (SOUZA, 2008, p. 43).

Retomando a associação da violência social na relação complexa e tensional entre estado e periferia - que dentro desta discussão se torna um dos fatores para o aprofundamento da violência em suas diversas categorias –, há um sentimento de carência entre moradores em relação às instituições, assim como quanto a proteção física fornecida pelo Estado.

Na tentativa de restabelecer a organização nesses espaços, a polícia – enquanto instituição do Estado - torna-se responsável por agir ativamente e diretamente, usando a violência quando julga necessário. Mas, quando ao tentar consolidar seu espaço de poder nas regiões periféricas, o Estado se depara com outros poderes paralelos já enraizados, oriundos principalmente do tráfico de drogas (ZALUAR, 2002). Tudo em um ambiente já historicamente constituído por serviços básicos precários ou inexistentes.

De acordo com Buoro *et al.* (1999), a própria segregação histórica da população pobre fez com que o Estado perdesse o controle sobre determinados territórios. Fato observado ainda na revolução industrial.

Autoridades da época imaginavam como muitas ainda hoje, que, afastando a pobreza dos lugares mais nobres da cidade, resolveriam o problema da criminalidade, quando na verdade "limpar o centro da cidade" significa apenas deslocar os problemas de sobrevivência e de más condições de moradia para outro lugar. (BUORO *et al.*, 1999, p. 24).

Esse equívoco vem causando implicações sérias para a sociedade, que reverberam até a atualidade, ao influenciar na perda do reconhecimento do poder legítimo do Estado na periferia. Isso porque, ao necessitar do poder governamental, o morador já excluído

socialmente se vê sem a quem recorrer, segregado também de seus direitos. Ele passa a desacreditar nos órgãos público, responsáveis por proteger e resguardar todos os cidadãos (BEZERRA, 2011).

A essa violência, quanto à restrição da população ao acesso aos direitos básicos, Carlos e Silva (2011) vão denominar de “violência estrutural”, conceito aplicado a organizações (econômicos, culturais e políticos) que expõe uma parcela de pessoas à vulnerabilidade, ao sofrimento e à morte, por meio da negação de vantagens da sociedade.

Segundo Bezerra (2011), na pesquisa realizada em um bairro considerado periférico na cidade de Fortaleza (CE), ouviu dos próprios moradores a comprovação do sentimento de impotência diante da alta criminalidade, devido à falta de um Estado presente no território onde vivem. Por conta disso, "mostram-se tolerantes com as práticas de violência e criminosas dos 'de cá', chegando a valorizar que estes grupos se armem pra 'fazer justiça com as próprias mãos', para defender-se e defender moradores" (BEZERRA, 2011, p. 07).

Os “poderes” paralelos ao Estado, constituído por indivíduos identificados como os "de cá" pelos moradores entrevistados por Bezerra (2011), são relacionados a grupos organizados, gangues, facções, que ganham força, principalmente por conta do tráfico de drogas ilícitas. A antropóloga Zaluar (2002) afirma que a principal responsável pelo crescimento da violência urbana - mais especificamente por roubos e furtos - é "a existência do crime organizado relacionado ao tráfico de drogas", em que os delitos acontecem devido “à necessidade de pagar ao traficante, no caso de usuários, ou de adquirir o capital para manter o negócio das drogas, no caso dos traficantes, que usam o poder militar para controlar seu exército de colaboradores e clientes” (ZALUAR, 2002, p. 80).

Sobre esses poderes paralelos, em alusão aos jovens, a autora afirma que "alguns deles passam a exercer um tipo de poder militar nas comunidades onde as instituições encarregadas de manter a lei ou estão ausentes ou tornaram-se coniventes com o negócio ilegal ou são fracas" (ZALUAR, 2002, p. 79).

A "autoridade" é um dos termos usados por Arendt (1996) que pode ser aplicado na relação polícia-periferia. A autoridade, de acordo com a filósofa, é caracterizada quando há o "reconhecimento sem discussões por aqueles que são solicitados a obedecer" (ARENDR, 1996, p. 28). Isso acontece em uma relação hierárquica, por exemplo, e por isso, nem coerção e nem persuasão são necessárias. O ponto principal na descrição de Arendt sobre o termo é quando ela afirma que para se manter a autoridade, é necessário

"o respeito pela pessoa ou pelo cargo" e que o desprezo é seu maior inimigo e a chacota é a maneira mais segura de destruí-la.

Para Arendt (1996), a essência da violência se concentra no entendimento de que “os fins correm o perigo de serem dominados pelos meios, que justificam e que são necessários para alcança-los” (p. 04), ao mesmo tempo que “abriga em seu seio um elemento adicional de arbitrariedade” (p.05).

Em um contexto de profundos conflitos sociais, a autoridade do estado, representada pela polícia, se perde ou é quase inexistente. Por consequência, os moradores de áreas periféricas, já carentes de serviços básicos devido ao segregamento espacial, tornam-se ainda mais vítimas pelo desprezo social, do qual parte tanto da sociedade, quanto do Estado, incapacitado até mesmo de ter o controle completo do território e de seus próprios cidadãos. E na tentativa de restabelecer o controle, beira às leis e às vezes a fere. Munido de estigmas, consequentemente interfere na vida de moradores tão vítimas da criminalidade quanto os moradores de fora da periferia.

Arendt (1996) faz referência ainda a outro termo: o poder, que compreende como uma capacidade humana de ação em uníssono, sendo que este “jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido” (p. 27). Mesmo quando uma pessoa se encontra no poder, ela está, na verdade, “investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome” (ARENDR, 1996, p. 27).

Ao afirmar a relação entre poder e violência, faz clara referência ao Estado. Como afirma, a violência se faz presente quando a legitimidade do poder se encontra ameaçada em relação a um grupo. E quando essa violência chega ao seu extremo, então não resta mais nada de poder. Dentro das periferias, os índices de criminalidade são altos e a vida é precária. Essas características nada mais são do que as consequências de um espaço carente parcial ou total do Estado. Nesse ambiente, sob a ótica da autora, instala-se a violência.

Desta maneira, quando relacionado à periferia, fica em evidência as diferentes formas de poder – ou ausência dele – dentro deste ambiente. O Estado, neste âmbito, pode ser enquadrado no conceito de poder, especialmente quanto a sua ausência ou ineficiência. Em uma guerra entre facções criminosas e forças policiais, representando o papel do Estado, emerge a violência. Onde o poder encontra-se ameaçado, a violência apresenta-se “como a última opção para que a estrutura do poder seja mantida intacta” ou, sob outro ponto de vista, a violência como sendo “o pré-requisito do poder, e o poder

nada mais é que uma fachada” (ARENDDT, 1996, p. 29). Onde um está, o outro se faz ausente.

### 2.2.2 Medo da violência física

O medo do outro pode ter como uma das justificativas o medo da violência física ou a autoproteção da violência urbana em geral. Souza (2008) utiliza o termo “fabópole” para fazer referência às cidades dominadas pelo medo da criminalidade violenta. Ao longo da história, o significado de fabópole foi se alterando, seguindo as mudanças urbanas. Hoje, uma das novidades históricas que adicionam ao termo é em relação “a criminalidade violenta, especialmente aquela vinculada a razões econômicas (roubos, latrocínios etc.)” (SOUZA, 2008, p. 40). Segundo o pesquisador, esta tem sido uma característica muito comum das cidades ao longo da história. Entretanto, agora passou a ter destaque em detrimento à outras preocupações, “como fome, doenças e a violência decorrente de guerras constantes” (SOUZA, 2008, p. 40), muito mais comuns em sociedades passadas. “No Brasil, o problema da criminalidade violenta, entendido como uma ‘endemia social’, associou-se aos processos tardios de industrialização e urbanização” (LIRA, 2014, p. 66).

O medo de uma violência que leva à possibilidade de gerar sofrimentos físicos ao outro ou perdas materiais, é uma das características que funciona de alicerce para a segregação social. Quando está instaurada a sensação de insegurança, o outro passa a ser tratado com mais cautela, na finalidade de identificar um possível inimigo. Nesse contexto, mais comumente, como estratégia de proteção, faz-se valer a avaliação de características físicas do indivíduo, considerando seu modo de vestir, o modo de falar ou agir e principalmente, o seu tom de pele. Com isso, as preocupações dos indivíduos com a sua própria integridade, atingem socialmente àqueles que se enquadram em padrões estereotipados de “bandidos”. Isso posto, há

Uma complexa afinidade entre certas práticas criminais – as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos “tipos sociais” de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos”. (...) O rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada (MISSE, 2010, p. 18/23).

Como já explorado anteriormente, as consequências geradas pelo medo provocam ainda mais segregação. E quanto mais profunda a segregação, maior ainda o medo do outro. “No que concerne ao Brasil, violência urbana e insegurança pública são assuntos que, cada vez mais, e já há bastante tempo, vêm adquirindo importância no debate político nacional, e não somente local ou estadual” (SOUZA, 2008, p. 36). Esse debate se faz necessário justamente para conter o agravamento de um problema social que atinge mais intensamente o sujeito morador de “aglomerados urbanos de baixa renda” (MISSE, 2010, p. 20), referente às favelas e áreas de periferia. Para Misse (2010), a sujeição criminal<sup>8</sup> se “territorializa”, ou seja, passa a definir o sujeito a partir do ambiente em que vive. Assim, a sujeição criminal “ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada” (MISSE, 2010, p. 20/21).

Ao tratar do medo em relação ao outro e dos fatores envolvidos nessa discussão, a percepção de justiça aos sujeitos criminosos em potencial ou aos que já estão imersos na criminalidade, aflora um sentimento de objetificação. Quem é passível de cometer atos violentos, torna-se merecedor – a partir de uma percepção social – de punições mais severas, das quais perpassam a inferiorização humana e podem culminar até mesmo em morte.

Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa (MISSE, 2010, p. 17).

As percepções em relação aos indivíduos oriundos de áreas urbanas de baixa renda, sofre ainda uma influência do estado a partir da legitimação de ações repressoras. Novamente, quem se encontra nas camadas mais inferiores da sociedade, é atingido de maneira mais intensa pelas ações desproporcionais de agentes das camadas sociais mais superiores ou pelos responsáveis pela ordenação urbana.

---

<sup>8</sup> O termo “sujeição criminal” adotado por Misse, se refere a “um processo de criminalização de sujeitos, e não de cursos de ação. Trata-se de um sujeito que ‘carrega’ o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto” (MISSE, 2010, p. 21).

É como se alguns fatores sociais se alimentassem reciprocamente em algo como uma causação circular acumulativa, gerando, de um lado, acumulação de desvantagens para um segmento da população e, de outro, estratégias aquisitivas partilhadas tanto por agentes criminais quanto por agentes encarregados de reprimi-los, de um modo que ganhou diferentes graus de legitimação em importantes camadas da sociedade mais abrangente (MISSE, 2010, p. 18).

No encaço da violência, há ainda quem lucre com o avanço do fenômeno em suas diversas categorias, com destaque para dois setores: o primeiro, referente aos veículos de comunicação, que lucram vendendo notícias ligadas às mais variadas categorias de criminalidade urbana, distanciando-se da função de informar e colaborando para a amplificação de um medo coletivo.

A percepção pública da insegurança pode não evoluir, ao menos durante um certo tempo, de maneira totalmente proporcional e coerente com as taxas de crimes violentos (que são tão “objetivas” quanto é permitido pelos filtros classificatórios e problemas como registros parciais e subestimadores do total de ocorrências). Isso acontece, entre outros fatores, porque a mídia, comumente, se encarrega de amplificar e retroalimentar o medo. O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência - da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a armas, de “condomínios exclusivos” aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo (SOUZA, 2008, p. 32).

Como adiantado por Souza (2008), há outros setores da sociedade que passam a ganhar vantagens com a violência. O segundo setor de destaque é para as empresas da área da segurança privada. Nos tópicos anteriores, quando abordada a segregação espacial em grandes áreas urbanas, foi explorada as divisões espaciais provocadas pela implantação de muros e equipamentos tecnológicos em casas ou condomínio fechados, com a finalidade de separar o morador daquele local no qual o sujeito causador da violência urbana habita. Ora, se o sentimento de insegurança e o sentimento de proteção contra o crime e contra o outro tornam-se cada vez mais enraizados nas preocupações rotineiras de uma cidade, o setor econômico dessas empresas especializadas só tende a alavancar. Todavia, a proliferação deste tipo de serviço não torna as áreas urbanas menos violentas. Do contrário. Ajuda a aprofundar ainda mais as ações segregalistas que envolvem os cidadãos de uma mesma cidade. Segundo Porto (2006), a sensação de

insegurança leva a um descrédito nas instituições públicas responsáveis por manter a segurança e justiça, alavancando no mercado o setor da indústria bélica.

O medo e a sensação de insegurança são muito maiores nos condomínios fechados das megalópoles brasileiras, do que na maioria das periferias destas mesmas cidades. Tais sentimentos fazem com que os moradores dos primeiros se tranquilizem e se protejam utilizando-se de toda a gama de implementos que a moderna tecnologia produziu para a área da segurança e, frequentemente, nada têm a ver com a realidade concreta da violência nestes espaços. Entretanto, essa sensação de insegurança “cria” uma demanda por aumento de segurança. Quando aliada a outras representações, tais como as de impunidade, de ineficiência ou ineficácia do sistema público de segurança, induz à utilização do já referido aparato de segurança em benefício da defesa de interesses particulares, privados, em detrimento do coletivo (PORTO, 2006, p. 269).

Nesse sentido, o alcance da violência dentro de um espaço urbano demanda estudos aprofundados e difundidos, por ainda ter consequências reais pouco percebidas, que tendem a cair no senso comum da percepção da realidade. Se faz necessário ter conhecimento de que o fenômeno, em suas diversas faces, atinge ao mesmo tempo, mas de maneira desproporcional, os indivíduos de uma mesma cidade. Como exposto anteriormente, algumas das explicações estão nas segregações sócio-espaciais, difundidas por heranças históricas de preconceito e estigmas.

No que se refere ao medo da violência física, essas divisões ocorrem com mais evidência, ao categorizar de maneira simplória o indivíduo periférico, já vítima de uma violência social, mas ainda assim, percebido como potencial responsável de ações criminosas. Mesmo o sujeito parte e integrante de um ambiente de criminalidade, ao ser intitulado e julgado com conceitos que pouco auxiliam na sua ressocialização, mas despertam um sentimento de revolta e de necessidade por se fazer punir, torna-se vítima de um contexto de ações sociais desproporcionalmente difundidas.

Há vários tipos de subjetivação que processam um sujeito não revolucionário, não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum. O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como “bandido”, o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais (MISSE, 2010, p. 17).

O Estado representa um importante papel nas relações sociais, especialmente quando levado em consideração sua relação com áreas urbanas periféricas. No sentido da

violência urbana no Brasil, esta tem ganhado proporções de guerra, frente a clara crise do poder; uma guerra entre governo e a ascensão da influência do crime, caracterizada especialmente pelo tráfico de drogas e suas consequências incalculáveis.

Cada vez mais, as relações sociais têm demandado ações efetivas no contingenciamento das mazelas urbanas. Souza (2008) aborda o assunto reforçando a importância de reservar atenção aos espaços heterogêneos comuns às cidades atuais, levando em conta as especificidades de uma mesma população. Para ele,

A política de segurança pública socialmente mais justa e eficaz, no longo prazo, é aquela que não é apenas ou imediatamente uma política de segurança pública, mas sim uma política de desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade, concebida e implementada nos marcos de esforços de mudança sócio-espacial positiva que levem em conta, também, as escalas de problemas e ação supralocais, e nelas se ancorem (SOUZA, 2008, p. 44).

Com a evolução da violência, os níveis de complexidade atingidos ainda começam a ser explorados. Para tanto, o caminho a ser percorrido na discussão é longo. Com as constantes mudanças sócio-culturais vivenciadas no decorrer da história, o caminho também é sem fim. Resta aos pesquisadores acompanharem as adaptações da violência nos contextos aos quais esta está inserida. E ao Estado e sociedade, cabe o esforço na compreensão do alcance do fenômeno em decorrência do ambiente no qual se faz evidente, entendendo as discrepâncias sociais existentes em sociedade e a variação de consequências para cada indivíduo. Afinal, a violência está presente na periferia e fora dela; no mundo real e no mundo virtual. Hoje, ela se dá por meio de diversos instrumentos e não somente por ações mais evidentes – como em ações criminosas ou por reordenações segregatistas.

Por fim, como já dito, a violência não gera apenas medo, mas desperta também outros sentimentos, incluindo a ambição. Entendendo a utilização do fenômeno como um dos caminhos econômicos para a obtenção de lucros, há da mesma forma uma manifestação da violência. Por isso, no próximo capítulo, será explorado com mais profundidade um dos setores citados anteriormente e que lucram com o medo: os veículos de comunicação. Alguns pontos de discussão importantes serão explorados, a exemplo da banalização da violência, da difusão de uma imagem negativa do morador pobre e da “diabolização” dos bairros periféricos.

### 3 JORNALISMO POLICIAL

#### 3.1 Contextualizando

Os registros de notícia com conteúdo de violência datam de outros séculos. Ainda no século XVIII, as coleções populares francesas faziam sucesso entre seus leitores, com conteúdo sobre crimes e julgamentos famosos. Um século depois, ainda na França,

Na década de 1830, época do surgimento da imprensa de massa, o jornal de um *penny* ou um *sou*<sup>9</sup>, além das páginas policiais dos jornais generalistas já circulavam publicações dedicadas especificamente a notícias sobre crimes e julgamentos, como a *Gazette des tribunaux*, o *Courrier des tribunaux* e o *Journal des concierges* (LEMOS, 2001, p. 02).

Nos Estados Unidos do século XIX, surge a imprensa amarela<sup>10</sup>, da disputa entre os jornais “*New York Wolrd*” e “*Morning Journal*”. A busca pela audiência dos dois veículos - que alcançava tiragens de até um milhão de exemplares/dia - incentivou a popularização do sensacionalismo dentro do país. Os jornais eram caracterizados por “reportagens em tom sensacional, cruzadas com apelo popular, amplas ilustrações e manchetes de igual tom sensacional” (ANGRIMANI, 1995, p. 20). A massificação da notícia estimula o surgimento de outros noticiários que adotam “as notícias sobre crimes como uma das bases da sua fórmula” (LEMOS, 2001, p. 03).

No Brasil, em 1917, o jornalismo policial já começava a aparecer em jornais como o do *Commercio* e *Jornal do Brasil* - ambos distribuídos no Rio de Janeiro -, com teor noticioso focado na versão dada pela polícia, sem priorizar a apuração direta com os acusados e as vítimas (MELÉM, 2011).

Mas a popularização do jornalismo policial chega ao país pelo rádio, durante o século XX. Pacheco (2005) detalha a estruturação das notícias nesse período, onde as reportagens sobre crimes eram agrupadas em uma única sessão e, com o crescer da sua popularidade, ganhava espaço dentro da grade. Entre as emissoras mais tradicionais - como a *Gazeta*, *Globo* e *Tupi* - as informações policiais tinham repórter próprio, que

---

<sup>9</sup> Moedas

<sup>10</sup> O nome faz referência ao *Yellow Kid*, uma história em quadrinhos representado por um menino que vestia uma camisola amarela, “desdentado, sorridente, orelhudo, vestido com uma camisola de dormir amarela. A fala do menino orelhudo vinha escrita em sua camisola e não em balões, como seria feito hoje” (ANGRIMANI, 1995, p. 21.). A HQ tornou-se símbolo da disputa entre dois grandes jornais do século XIX nos Estados Unidos: *New York Wolrd* e *Morning Journal*.

anunciava a notícia sempre em tom agressivo, se aproximando do sensacionalismo. Já as emissoras mais populares "destacavam-se pela forma de transmitir a notícia juntando um estilo de rádio-teatro e jornalismo" (PACHECO, 2005, p. 13).

No estado do Pará, o jornalismo policial se populariza a partir da criação do "A Patrulha da Cidade", lançado em 1965 na Rádio Marajoara e veiculado até hoje, na mesma rádio. "O sucesso nesse meio levou o gênero para a televisão. Os programas 'TV Cidade', da extinta TV Guajará; e os programas 'Barra Pesada' e 'Metendo Bronca', ambos da TV RBA, são exemplos disso" (MENEZES, 2013, p. 40).

O jornalismo impresso popular e, posteriormente, a TV nos anos que decorreram, demonstraram incorporar a mesma narrativa adotada pelas emissoras populares do rádio, seguindo a tendência de um desaparecimento das fronteiras entre ficção e realidade (COSTA, 2011).

Os jornais policiais impressos começam a ganhar espaço no século XX em território brasileiro, ao incorporar o crime de maneira escrachada em suas edições. As maiores referências da época ficam a cargo dos jornais Última Hora - criado durante a era Vargas, no Rio de Janeiro - e do jornal Notícias Populares - fundado em 1963, em São Paulo, como concorrente do primeiro (DIAS, 2003). Ambos os jornais utilizavam uma narrativa da violência, com características sensacionalistas, tendendo ao humor e à ironia. Não havia menor respeito às vítimas ou envolvidos na violência, que muito além disso, ficavam à mercê da criatividade da editoria para exploração em sentidos inimagináveis. "Uma boa forma de definir o jornalismo policial, levando em conta seu forte sensacionalismo, nos parece ser por oposição ao jornalismo televisivo tradicional" (ROMÃO, 2013, p. 33).

Entretanto, o aumento da criminalidade e a complexidade da violência, especialmente no fim dos anos 80, associados ao excesso de críticas que surgiam quanto à maneira com a qual os jornais abordavam o crime, provocaram um fenômeno positivo no sentido da evolução do jornalismo policial. O que se viu no Brasil foi uma mudança na cobertura jornalística que, se antes focava no cadáver e exaltava o crime, agora passa a adotar critérios e abordagens mais específicas durante a apuração. Figuras como o especialista em segurança pública passam a surgir inseridos em um contexto que busca entender as causas da violência no país (RAMOS; PAIVA, 2007).

De acordo com Ramos e Paiva (2007), um dos primeiros indícios desse fenômeno nota-se pela diminuição do "sensacionalismo" e "noções apelativas" dentro da cobertura policial. A maior prova dessa mudança de comportamentos dos jornais policiais – e da

população, que cada vez menos demonstrava interesse pela linha editorial sensacionalista – foi a mudança de comportamento de vários jornais populares. Em 2001, o Notícias Populares fechava as portas; já o jornal O Povo, do Rio de Janeiro, passou por uma reformulação em 2006, adotando notícias em tom mais sóbrio e menos fotos de cadáveres; No mesmo ano, o Jornal O Dia, de origem carioca, também se modernizava (RAMOS; PAIVA, 2007). A TV seguia a mesma tendência.

Seja por conta do desinteresse dos anunciantes, seja pelo fastio do público, estão cada vez mais reduzidos os espaços para a apelação e as bravatas do tipo “bandido bom é bandido morto”. Tudo indica que a máxima “violência vende”, tantas vezes usada para justificar o mau jornalismo e embasar um discurso pessimista e genérico contra a mídia, inclusive no ambiente acadêmico, já não dá conta da realidade da cobertura de violência e criminalidade (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 17).

Entretanto, enquanto o restante do país passa por uma transformação na cobertura jornalística de crimes e violência, o jornalismo do estado do Pará segue na contramão. Pelo estado, quanto mais altos os índices de violência urbana, mais apelativa é a abordagem jornalística sobre o tema nos jornais de maiores vendas. Esse modelo de narrar os fatos é antigo, ou seja, a violência pela violência, um jornalismo apelativo e sensacionalista que prioriza o crime, sem contextualizá-la na sociedade (COSTA, 2010; FERREIRA; MENEZES, 2014). Manchetes e imagens ganham espaço privilegiado em detrimento das informações com qualidade, sem a compreensão do que foi e por que aconteceu tal violência.

A introdução das notícias policiais no Pará é recente em comparação com o restante do Brasil.

Nos veículos impressos [do Pará] o trabalho de reportagem na área criminal se revela no final da década de 70, quando o jornalista Paulo Ronaldo – repórter de rádio do programa “A Patrulha da Cidade” – introduziu o estilo no O Liberal. Naquela época, apenas uma página era dedicada às notícias de crimes. Em 1980, o concorrente jornal Diário do Pará criou o “Folha da Manhã”, que circulava apenas às segundas-feiras, com notícias de Esporte, Polícia e Política (MELÉM, 2011, p. 31).

Atualmente, os cadernos policiais em Belém concentram-se nos três maiores jornais: Diário do Pará, O Liberal e Amazônia Jornal, sendo os dois últimos concorrentes do primeiro.

Enquanto que, para grande parte do jornalismo nacional, a violência bruta deixa de ser usada como estratégia de venda, no Pará a máxima da “violência vende” ainda impera como justificativa de venda.

Ressalta-se que todos os veículos de comunicação têm como principal meta alcançar um maior número de receptores possível e os mais distintos públicos (DIAS, 2003; AZEVEDO, 2011). Para isso, é necessário utilizar de artifícios capazes de atrair e prender atenção do público na informação reportada. É nesse ponto onde muitos jornais se diferenciam uns dos outros.

Em artigo publicado, Costa, Dias e Samuel (2013) realizaram entrevista com editores do jornal O Liberal – mesma redação onde é produzido o Amazônia – e observaram que o caderno Policial é priorizado porque tem público para leitura. Quando questionado o porquê dos veículos impressos no Pará serem os únicos a incorporar nas suas edições esse tipo de jornalismo, com formato de jornais populares e sensacionalistas, o editor de O Liberal, Lázaro Cardoso, contra argumentou afirmando: “O caderno só existe porque ele é o mais lido. Você vai extinguir o que é mais lido? Do ponto de vista administrativo, não”, sentenciou. Continuou, “o caderno existe porque o público quer que exista” (COSTA *et al.*, 2013, p. 08).

A partir desta fala, nota-se a presença de um círculo vicioso dentro do raciocínio do jornalismo policial que se apropria de uma linguagem sensacionalista. Esse ciclo se inicia a partir da aceitação do público, percebida pela própria linha editorial - o que não significa que houve pesquisa que comprovasse essa aceitação. Em seguida, há a venda e o lucro, conseqüentemente, atuando como um reforço à linha editorial adotada. Portanto, enquanto o ciclo "aceitação do público-venda-lucro" funcionar para o jornal, a notícia permanece intacta em seu conteúdo depreciativo e segue pautando diariamente a criminalidade no jornalismo local.

A afirmação feita pelo editor do jornal serve como uma constatação de que, no Pará, o jornalismo policial utiliza uma fórmula que vai contra os princípios dos direitos humanos, diminuindo o indivíduo, estereotipando, estigmatizando, rotulando o morto, e fundamentalmente, desfocando o debate social sobre a violência, em um intuito específico de audiência. "O noticiário policial, junto com a literatura de crimes, vem produzindo há mais de um século uma quantidade enorme de 'histórias de crimes'" (FOUCAULT apud LEMOS, 2001, p. 03) ao redor do mundo, reverberando as conseqüências até os dias de hoje.

### 3.2 A mercadoria violência

A segregação por si só já é uma violência. Já os jornais - especialmente aqueles que tendem ao sensacionalismo policial - contribuem ainda mais para a massificação da imagem negativa do pobre periférico. Atitude muito mais agravante em casos onde as vítimas ou os agressores citados nas matérias, são apontados como autores de delitos. A proliferação de conteúdos jornalísticos da linha policial, tendem a cair no que já dizia Sergio Adorno (1996), sobre o quanto “é comum crer-se que delinquentes, sejam brancos ou não-brancos, possuem uma natureza distinta dos demais cidadãos que contribuíram ou vêm contribuindo para a marcha do processo civilizatório” (ADORNO, 1996, p. 04). Para quem é julgado criminoso pelo tribunal midiático, a relevância humana de “bandidos” atinge o nível da irrelevância.

No meio jornalístico, tratar a violência como informação não torna o veículo ou a matéria sensacionalista. Esse tipo de notícia está na imprensa diariamente. Aliás, Angrimani (1995) reforça essa ideia ao afirmar que ser um veículo “sério” não isenta que este caia nas mesmas estratégias de atração adotados por jornais de linha editorial sensacionalista. Entretanto, a objetividade da linguagem adotada por veículos não-sensacionalistas, acaba por tornar situações como esta não tão recorrentes. Sendo assim, o que irá caracterizar um jornal como sensacional, será a maneira como essa informação vai ser construída e repassada, unindo linguagem, imagens, construção das manchetes e uma oscilação entre “transgressão/punição” que “faz dele a sua principal atração” (ANGRIMANI, 1995, p. 51). A grosso modo, se no jornalismo padrão o tema violência sofre influência direta da segregação social, o sensacionalismo transforma o conteúdo em algo muito mais escrachado e antiético.

O jornal sensacionalista encontra no *fait divers* os ingredientes indispensáveis para a consecução dessa sistemática. O “superego acessório”<sup>11</sup> será o juiz que condena implacavelmente os egos transgressores, através de manchetes e textos, onde predominam a “lição de moral” e a agressividade de quem deseja “castigar” (ANGRIMANI, 1995, p. 51)

---

<sup>11</sup> Angrimani (1995) utiliza o conceito de Freud e Fenichel de ego e superego. No sentido utilizado pelo autor, o “superego acessório” é o superego – fator que funciona como controle do indivíduo por meio das normas sociais -, mas mais “maleável”.

Essa agressão, por parte de uma parcela dos jornalistas, contra uma parcela que vimos ser socialmente excluída, estimula ainda mais o processo de medo do outro. A incitação mascarada – e às vezes, escancarada - do ódio, seguida por muitos tipos de jornalismo autodenominados como “ao lado do povo”, é conseqüentemente replicado pela massa descrita por Marcondes Filho (1986); um grupo que faz uso indiscriminado do discurso bruto, capaz de negar a existência do outro, de maneira simbólica e fisicamente, dizendo que estes podem ser mortos sem que alguém perceba ou sinta a sua falta (CANDIANI, 2007). Todos os processos percorridos para se noticiar um acontecimento no campo da violência urbana, segundo Marcondes Filho (1989), são percorridos de forma consciente. Ele diz que “definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 12). No final, a forma pela qual a notícia é repassada reflete os interesses desse tipo de jornalismo, que leva à máxima o conceito de que

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13).

Os cadernos de notícia do jornal O Liberal e, principalmente, Amazônia e Diário do Pará são representantes íntegros dessa parcela do jornalismo. São jornais assumidamente descompromissados com a responsabilidade jornalística e são indissociáveis da necessidade de satisfazer o público ávido pela tragédia. Marcondes Filho (1989) complementa afirmando que o jornal sensacionalista é composto por três tipos de conteúdo: escândalos, sexo e sangue. Este último, põe em evidência os preconceitos e as segregações socioespaciais existente na sociedade atual, das quais foram discutidas no capítulo anterior. Percebe-se que

Não somente a mulher é o sexo preferencial nas notícias dos jornais sensacionalistas. Os ódios contra as minorias, os preconceitos em relação aos marginalizados e a organização de “justiças domésticas” (...), compõem um quadro da ideologia que esses jornais reforçam, ideologia esta de um radicalismo e de um fanatismo só comparáveis aos de um regime fascista (MARCONDES FILHO, 1989, p. 91).

Sobre a exploração, por parte dos jornais, em relação à violência e suas consequências, o autor defende que

No fundo, a imprensa sensacional trabalha com emoções, da mesma forma que os regimes totalitários trabalham com o fanatismo, também de natureza puramente emocional. É o desencadear de atos, ações, campanhas contra pessoas, instituições, grupos sociais que vai servir de matéria-prima para as futuras perseguições. O jornal sensacionalista reforça preconceitos sociais (incriminação de menores marginais, de mães solteiras) contra minorias sexuais, contra opositores políticos. Presta-se a perseguir e canalizar ódios coletivos contra grupos minoritários que na sociedade global já sofrem a marginalização estrutural. As formas populares de linchamentos, de depredações, de ações violentas de massa, de saques estão muito próximas, em matéria de exacerbação emocional, à imprensa sensacionalista. Na medida em que a imprensa desvia a verdadeira causalidade das desgraças e da péssima situação social das classes mais pobres, ela orienta também a reação dessas classes contra o mal mais próximo (MARCONDES FILHO, 1989, p. 89/90).

A representação deste “mal mais próximo” pode estar no que Kabuenge e Costa (2015) chamam de a retórica paraense do “bandido bom é bandido morto”, utilizado no sentido de que “o outro é sempre apresentado como inimigo a ser controlado ou eliminado para o bem da sociedade” (KABUENGE; COSTA, 2015, p. 10). Silveira (2009) vê nesses processos jornalísticos uma forma de apropriação do poder quando há uma construção de juízos de valores por meio da noticiabilidade. Entre os critérios de seleção de notícia, reiteram costumeiramente a priorização de problemas recorrentes em territórios periféricos, como a violência urbana, o tráfico, a exclusão social e as contravenções legais (prostituição, venda de itens ilegais) (SILVEIRA, 2009), tirando de enfoque debates sociais relevantes.

Em outras palavras,

Os fenômenos da violência, ao serem enfocados pelos meios de comunicação de massa, invadem cotidianamente nossos sentidos com espetáculos que parecem querer sinalizar a barbárie, colocando-nos às vésperas de uma guerra civil. São imagens, discursos e narrativas que acabam por produzir um deslocamento nos conteúdos do imaginário social, por meio do qual o “mito do homem cordial” cede espaço à “lei do mais forte”, compondo um quadro mental de intranquilidade e de caos, percebidos como representativos da contemporaneidade brasileira (PORTO, 2009, p. 218).

A repetição à exaustão de informações banais nos noticiários diários referentes à violência pode ter repercussões significativas, especialmente no imaginário popular – ao influenciar na conduta e comportamentos de atores sociais –, assim como na formação das identidades dos espaços nacionais (PORTO, 2009; SILVEIRA, 2009). Nos termos de Marcondes Filho (1989), ainda que os meios de comunicação não tenham plena capacidade de alterar opiniões consonantes com o *status quo*, é inegável que não haja uma influência “na formação de opiniões adaptadas às argumentações particularistas e classistas que são emitidas por seus veículos. A ideologia constrói-se todos os dias, e nessa permanente reconstrução o papel do jornal é o de um dos melhores artífices” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 22).

Nos sentidos influenciados a partir das repercussões de notícias referentes aos fenômenos da violência, para além dos termos da retórica do “bandido bom é bandido morto”, outras frases passam a ser construídas e tomam conta dos discursos recorrentes nas opiniões públicas, como a de “cidadão de bem”, muito utilizada atualmente no contexto brasileiro. Dentre outras derivações de termos utilizados para pôr em evidência a distinção entre o outro – visto a partir de uma percepção marginalizada –, e o cidadão comum – entendido como a vítima da violência –, prevalece sempre uma constante dicotomia carregada de significado raso que é a do “bem *versus* mal”. Nesta busca incessante por métodos efetivos de combate a violência, as formações de opiniões acabam por tender a um senso comum, onde a exclusão e a coisificação do outro (KABUENGE; COSTA, 2015) se aprofundam.

Esse dispositivo enunciativo de “cidade de bem”, sendo um artifício causador de violência, é uma estratégia narrativa de comunicação persuasiva mercadológica que ao revelar o rosto oculto do suposto criminoso, capitaliza as paixões e impulsos frenéticos irracionais de sobrevivência do eu vazio e egoísta para passar sua mensagem de medo sustentáculo da economia do medo e venda de seus produtos jornalísticos ou não diários (KABUENGE; COSTA, 2015, p. 14).

Nas palavras de Porto (2009), as mídias não são representações do sinônimo de verdade, mas se constituem em veículos privilegiados de crenças, valores e anseios de distintos setores da sociedade. Já do ponto de vista de Espíndula (2006),

A mídia não cria preconceitos, julgamentos ou verdades, mas “absorve” o imaginário social, dando-lhe uma roupagem especial, tecnicamente sofisticada e específica, a fim de agradar aos mais diferentes estratos

sociais e aos mais variados tipos de leitores (ESPÍNDULA *et al.*, 2006, p. 12).

Nessa perspectiva, identifica-se a necessidade de o jornal abdicar da liberdade jornalística para restringir-se à necessidade da produção de conteúdo com foco na venda. Candiani (2007, p. 97) explica que várias instituições do capitalismo estão atreladas a essas ações da mídia, representadas por um grupo dominante da sociedade, refletindo diretamente na maneira como a informação é "difundida e na concepção das relações sociais que reproduz e que divulga". Ou seja, o jornalismo está atrelado à interesse de grupos econômicos voltados ao aumento de capital. Não é à toa que o pobre, na condição de "grupos que não têm acesso a formas de poder instituído" (CANDIANI, 2007, p. 97), são os indivíduos que com mais frequência aparecem ligados à violência dentro desses jornais e sofrem com a banalização no lugar dos grupos dominantes.

Nesse contexto,

A notícia é uma mercadoria como outra qualquer, assim como a violência, a qual, com amplo poder de venda no mercado da informação, é transformada em objeto de consumo e faz com que a sua realidade passe a fazer parte do dia a dia mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente (PORTO, 2009, p. 220).

O número alarmante da corrupção no meio político – em específico as relacionadas aos roubos contra patrimônios públicos, por exemplo – representa um debate fundamental na discussão das mazelas sociais, mas não é encontrando com frequência relativa nos jornais policiais. O que se percebe é que "os crimes que mais são reconhecidos como tal são o roubo ao patrimônio particular, os furtos, os assaltos e os assassinatos que ocorrem nas cidades" (BOURO *et. al.*, 1999, p. 26). Esse fator pode estar relacionado ao que foi citado anteriormente, especialmente pelo roubo do que é público estar ligado àqueles detentores de cargos importantes. Parece então que um dos questionamentos de Buoro, Schilling, Singer e Soares (1999), sobre a importância que damos a um crime depender de quem é a vítima e quem é o agressor, se faz verdadeira. Levando em consideração que os meios de comunicação representam sim um direcionador de pensamentos e convenções, os jornais (não só o policial) são um dos responsáveis por tal atitude, ao adotar uma linha editorial que expõe prioritariamente o pobre.

Mas então, se até aqui percebemos que a associação do pobre com a violência nada mais é que um imaginário, por que então essa associação persiste ao longo dos anos?

A associação da pobreza-criminalidade-violência nos jornais nada mais é que a percepção da população quanto ao crime, influenciando o agendamento de notícia a seguir esse raciocínio (BEZERRA, 2011; HENN *et. al.*, 2005). Como vimos, a relação possui um embasamento histórico, datado no período de grande fluxo imigratório para os centros urbanos, onde estavam concentradas as indústrias. E está atrelada também aos aspectos sociais que atrelam o indivíduo a padrões. Nos cadernos, “o indivíduo é agente e vítima do seu próprio ato” (KABUENGE; COSTA, 2013, p. 08).

Se o roubo vem do desemprego, a prostituição por falta de alimento para os filhos, isso não interessa. O importante é apresentar “criminosos” à opinião pública, aos quais se possam transferir ódios acumulados, preconceitos, sadismos de toda a espécie. Alguém tem que pagar por isso. A violência exposta no jornal sensacionalista liga-se a esses fatos (MARCONDES FILHO, 1989, p. 90).

Ou seja, da mesma maneira que o jornal reflete um pensamento social, como também vimos anteriormente, a sociedade determina aquilo que lhe é de interesse para ser publicado na mídia. Como artifício para atrair cada vez mais esse público, utiliza de técnicas desrespeitosas. Costa *et al.* (2013), ao analisarem os principais jornais de circulação na região de Belém, os mesmos colocados em foco aqui, chegaram às conclusões:

Encontramos (...), principalmente nos Cadernos de Polícia dos jornais Diário do Pará e Amazônia Jornal, um apelo excessivo ao sensacionalismo, à superficialização dos fatos, à espetacularização das imagens e à banalização dos envolvidos, quase sempre com adjetivos preconceituosos e que fogem às normas dos direitos humanos (COSTA *et al.*, 2013, p. 04).

Dessa maneira, de acordo com Costa *et al.* (2013), a violência não é tratada como problema social, mas como produto fetichizado, com a finalidade de atrair o leitor, com manchetes preconceituosas e com a estigmatização das pessoas que aparecem nas narrativas policiais dos jornais. Nos jornais, a periferia é o *locus* da violência e é ela que ganha as páginas dos periódicos, não com a finalidade de denúncia, mas com marcas negativas de construções narrativas. É o “território do medo” que precisa ser evitado, segundo os pesquisadores. Essa lógica dos jornais impressos segue o raciocínio

capitalista, diretamente ligado à questão mercadológica. “Esses veículos vão empregar todos os meios necessários que possam facilitar que a informação seja consumida por um número considerável de públicos” (KABUENGE; COSTA, 2013, p. 08).

A constante presença da periferia nos jornais policiais pode causar uma falsa impressão de que os veículos dão voz a essa periferia. Falsa porque o pobre que ganha destaque nos cadernos, na verdade, só se torna visível quanto à tragédia, mas a fala dos fatos – ou as fontes – concentra-se “na maioria esmagadora das reportagens” na polícia como fonte principal e, em segundo plano, em outros representantes do governo (RAMOS E PAIVA, 2007; SEPEDA, 2015; COSTA, 2013; 2014; 2015). Os verdadeiros envolvidos no acontecimento são desconsiderados ou considerados em último plano – mesmo nesse último caso, a sua presença na matéria não recebe importância necessária, ou muitas vezes, é ironizada na construção do texto.

É nesse momento que identificamos que as narrativas policiais dos cadernos de polícia analisados praticam também violência, ou seja, uma violência de caráter simbólico (COSTA, 2011) do que jornalismo propriamente dito. O simbólico, nesse sentido, refere-se à definição dada por Pierre Bourdieu (2011, p. 11) como "instrumento de imposição ou de legitimação da dominação". Sendo assim, como

Os símbolos são os instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração "lógica" é a condição da integração "moral" (COSTA, 2011, p. 191).

O jornal impresso tem como principal ferramenta a linguagem e as imagens. São esses os pontos escolhidos por estes como método de amplificação de sensacionalismo e influenciador de estereótipos. E a tática tem se mostrado eficiente.

Dias (2003) demonstra com precisão a apropriação da linguagem pelos jornais como atrativo de venda, começando por explicitar que essa linguagem jornalística é composta por uma "conjunção simultânea de diversas linguagens: a linguagem verbal escrita, a linguagem fotográfica, a linguagem gráfica e a linguagem diagramática" (DIAS, 2003, p. 41). Segundo ela, todas as editoriais de um jornal são pensadas de uma maneira que leve a sua adequação ao público que desejam alcançar, para isso, apropriam-se da linguagem, em tese, utilizada por estes.

No jornal policial, então, a linguagem adotada nas páginas busca aproximar-se da fala oral do público para atender às suas expectativas. Para isso, utilizam de linguagem

coloquial, que se assimila a conversação espontânea, "às vezes, até de um vocabulário específico, como no caso da gíria dos marginais" (DIAS, 2003, p. 47). Na avaliação de Costa (2011), a linguagem age no sentido de condicionar o "indivíduo a ver a realidade de acordo com os estereótipos que a própria linguagem engreda" (COSTA, 2011, p. 196).

Azevedo (2011) ratifica essa estratégia, ao afirmar que,

Quanto mais a linguagem apresentada pelo caderno de polícia se aproximar da realidade do público, mais ela terá essa aceitação. Por isso, o uso de gírias e da linguagem coloquial. O leitor precisa ter a sensação de identificação ao ler a matéria, acreditar que o que está sendo lido por ele, de fato faz parte da sua realidade (AZEVEDO, 2011, p. 66).

Com isso, o jornal vai construindo a figura das vítimas e do acusado, assim como efetivando a imagem do local da violência. A construção da notícia não é feita de qualquer maneira, apesar da adoção do coloquialismo e das gírias. Mesmo o jornalismo policial sensacionalista, demonstra seguir uma linha de construção do texto que se mostra efetiva nos objetivos esperados. O escritor das informações, preocupa-se principalmente com aspectos capazes de gerar expectativas do jornalista quanto às intenções para com o leitor (DIAS, 2003).

Ou seja, expor o pobre, jovem e negro, morador da periferia, não se refere somente a uma intenção: a de venda. Mas pode possuir muitas outras intenções por meio dessa difusão massiva do imaginário. A notícia pode servir muito bem aos próprios interesses do meio de comunicação, quando, por exemplo, em um confronto policial o suspeito acaba por ser morto. Nesses casos, a construção do texto tende a atuar com um raciocínio maniqueísta do bem *versus* o mal, ou a polícia *versus* bandido (DIAS, 2003). Em situações como essa, a intenção dos jornais demonstra uma clara tendência a mostrar o policial como o correto - que pode trazer vários benefícios e informações à redação diária - em detrimento do aprofundamento dos problemas sociais implicados dentro do confronto (entender quem são os sujeitos responsáveis pelos crimes, especialmente o contexto no qual estão inseridos e seu histórico de vida).

O discurso da violência parece agir corriqueiramente como um legitimador de ações policiais. Ao abordarem essa narrativa de maneira desqualificadora quanto ao pobre vítima e aquele que pratica o crime, construindo o "sentido da criminalidade social", parece uma tentativa de legitimação desses atos, preparando o leitor quanto à ideia de que ações mais enérgicas são necessárias por meio do Estado no combate à guerra que se

instalou nas favelas e nas periferias (FERRAZ, 2000). A violência cotidiana, mais especificamente o confronto para o seu combate, passa a ser vista como algo "normal", aceitável favorável ou inevitável" (COSTA, 2011, p. 187).

E assim, parece que o esforço de muitos em reverter o avanço da exclusão social vai ganhando um inimigo cada vez mais presente, que surge desconstruindo todos os ensinamentos construídos. Algo tão complexo como a violência, ao ser inserido nos jornais sensacionais (e também nos tradicionais), "passa a ser um gênero de entretenimento com um enredo que será facilmente entendido por todos os telespectadores" (COSTA, 2011, p. 186).

Percebemos, assim, que a inserção diária do medo provoca reações negativas da sociedade, como a agressividade ou a antipatia pelo outro; e o fenômeno do que chamarei de "auto encarceramento", que nada mais é que uma precaução quanto ao perigo iminente presente em todas as esquinas. Nesse último caso, a população adota uma rotina baseada na insegurança, com a instalação de grades, arames, sistemas de vigilância ou a contratação de serviço de segurança particular, diante da percepção de ineficiência do Estado quanto à proteção.

Com isso, o outro parece cada dia mais distante da possibilidade de aproximação com a sociedade que o excluiu, além de viver também as suas próprias mazelas ocasionadas pela violência.

As cidades possuem como característica básica à segregação tanto em âmbito espacial como no âmbito social, e que isto está dentro de uma normalidade das cidades no aspecto da evolução histórica, aliada ao modelo de desenvolvimento econômico, ou seja, as cidades com toda a sua segregação, exclusão e violência é fruto do desenvolvimento da nossa sociedade (BORDIN, 2009, p. 02).

O jornalismo violento surge para intensificar ainda mais aspectos históricos. Para Bezerra (2011),

Parece ser, em especial, esta imagem de espaços de insegurança, medo e periculosidade que ganha visibilidade pública, sobretudo, nas imagens e discursos midiáticos ao assumir tom espetacularizado e estetizado capaz de fortalecer a dupla imagem dos residentes de áreas periféricas: a do pobre perigoso, violento e potencialmente suspeito em relação ambígua com o pobre vulnerável, necessitado e de vida precária. Ambos são postos na condição de em risco, no sentido de tornarem-se "vítima" ou "protagonista" de violências/violência urbana e da criminalidade (BEZERRA, 2011, p. 04).

Outra questão observada é o tratamento dispensado aos jovens. O adolescente surge dentro desse meio com destaque, como um suspeito em potencial e, por isso, vale ressaltar o papel que ele possui dentro da violência social e midiática. Os estudiosos Adorno (1996; 2002; 2002), Zaluar (2002), Buoro *et. al.* (1999) ressaltam a ideia da associação constante do crime ao jovem, refletida em dados que demonstram um número significativo de jovens vítimas da violência e jovens apontados como difusores desta. Os jornais surgem como instrumento de reflexo desse pensamento, traduzindo o fato para algo muito mais espetacularizado, reforçando preconceitos e estigmas já enraizados.

O que não se expõe, porém, são os problemas aos quais as crianças e adolescentes das grandes cidades deparam-se rotineiramente. A criminalidade do cotidiano, inserido dentro de um “sistema hipercomplexo”, se reafirma especialmente na construção midiática de uma “juvenalização da criminalidade” (HENN *et. al.*, 2005, p. 02).

Da mesma maneira que a constante referência do pobre ao crime contribui na elevação de um imaginário,

As notícias jornalísticas sobre adolescentes autores de atos infracionais podem contribuir tanto para elaboração de novos elementos de representação social sobre o adolescente em conflito com a lei como para reforçar significados e práticas já existentes em nosso meio (ESPÍNDULA *et.al.*, 2006, p. 14).

Nesse momento, a criança ou o adolescente menor de 18 anos, são transformados em menor: menor infrator, menor abandonado (FAUSTO, 2001). Palavras que surgem carregando um significado historicamente negativo por trás.

O mapeamento dos jornais Diário do Pará e Amazônia revelou um uso excessivo da imagem do menor e do jovem até 24 anos como vítimas ou agressores nas páginas policiais (SEPEDA, 2016). Além de atribuir maior visibilidade a crimes cometidos por esses adolescentes, os dados obtidos pela análise demonstram que, de fato, os crimes violentos – como o homicídio – são predominantes no agendamento de notícias desses jornais.

A violência simbólica aplica-se então, em uma parcela ainda mais segregada de todo o conjunto de grupos excluídos socialmente, contribuindo para um medo maior da sociedade quanto ao jovem.

Como consequência da alimentação de preconceitos por conta dos noticiários, sugestões de aplicação de leis mais rígidas quanto ao adolescente surgem cada vez mais. A diminuição da maioridade penal é uma das maiores polêmicas da atualidade.

Em agosto, a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda à Constituição reduzindo a idade em que crianças e adolescentes podem ser julgados como adultos de 18 para 16 anos. No fim do ano, a emenda ainda não havia sido aprovada pelo Senado. Caso aprovada, a emenda violará diversas obrigações do Brasil diante da legislação internacional de direitos humanos relativa à proteção dos direitos da criança e do adolescente (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016, p. 84).

Nesse caso, os meios de comunicação sensacionalistas, especialmente os impressos e os de TV, enraízam opiniões agressivas, embasadas na perspectiva do “bandido bom é bandido morto”, ou ainda, que o “meliante” menor de 18 anos é responsável pelos seus atos e age com frieza, sendo assim, sujeito apto a sofrer as consequências como um adulto. Imposições de estereótipos sem a preocupação no desenvolvimento de discussões sociais.

Em pesquisa desenvolvida em 2001 por Porto (2009), intitulada “Representações Sociais da Violência no DF”, alguns questionamentos foram realizados a partir de uma pesquisa de campo quanto a criminalidade e as consequências possíveis para aqueles indivíduos que são seus geradores. Os resultados chamam especial atenção ao confirmarem o que a teoria afirma quanto a proliferação do entendimento de punição em relação ao criminoso. Quanto a afirmação “todos falam em direitos humanos, mas para acabar com a criminalidade a polícia tem mesmo que matar bandido”, mais de 26% dos entrevistados concordaram. Em outra questão, para 69,2%, houve consenso de que “como último recurso para manter a ordem, o policial deve usar o poder das armas”.

Na prática, a prevalência da impunidade ou a onipresença de sua representação, como, por exemplo, na triste e corrente afirmação de que tudo “acaba em pizza”, tende a colocar em ação uma espécie de lógica do “tudo ou nada”, do “ele ou eu” e ainda do “se ele pode, por que não eu” que abre espaço à violência utilizada como forma de proteção (PORTO, 2009, p. 222).

Para Costa (2011, p. 196/197), as narrativas de violência publicadas diariamente nos cadernos polícia necessitam ter tratamento jornalístico apurado e investigativo que permitam uma análise mais contextualizada da problemática pela sociedade. Para ela, o

jornalismo policial de hoje limita-se a exibir o problema social violência, restrito, "em grande parte, a pequenos delitos ou fatos cotidianos, sem trabalhar conteúdos investigativos, impossibilitando uma discussão mais profunda sobre a questão".

Ao discutir se o jornalismo policial é de fato jornalismo ou uma violência simbólica, percebemos a necessidade de agregar uma discussão ampliada do assunto, especialmente no que tange ao social. Uma vez que as matérias jornalísticas demonstram ser um reflexo de opiniões sociais, assim como as notícias veiculadas exercem certa influência na opinião pública e no imaginário popular, é necessário atentar às soluções de ambos os lados. No jornalismo, a problematização segue em volta da superficialização dos fatos violentos e do espetáculo criado em torno da violência, ao invés de discutir o assunto em âmbito social, levando em consideração todos os indivíduos envolvidos.

### **3.2.1 Sensacionalismo**

A palavra “sensacionalismo” se faz intrínseca à um trabalho que se propõe a explorar a relação da mídia, violência e periferia. No jornalismo de característica popularesca, onde a morte ganha espaço a partir de um ponto de vista mercadológico, a exacerbação do sensacional fica ainda mais em evidência. Em função disso, se faz necessário compreender seu significado e aplicação.

Para Angrimani (1995), as notícias sensacionalistas são caracterizadas por dar notoriedade exagerada a assuntos que não são relevantes em virar notícia e por vezes não condizem com a realidade.

Sendo assim,

Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível. A inadequação entre manchete e texto – ou ainda, manchete e foto; texto e foto; manchete, texto e foto – é outra característica da publicação sensacionalista, o que pode reforçar a posição de descrédito do leitor perante o veículo (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

Os fatores capazes de caracterizar um jornalismo sensacionalista, foi um dos pontos levantados pelos moradores do bairro do Guamá durante a aplicação do grupo focal piloto. Para eles, os jornais cometem exageros ao expor fotos chocantes e manchetes chamativas. Mesmo assim, ao mesmo tempo em que reconhecem o exagero dessas características como forma de atrair a atenção do leitor, o propósito do jornal de despertar uma curiosidade com a finalidade de venda de exemplares, muitas vezes é bem sucedido.

Para complementar as discussões de Angrimani (1995) sobre jornais do estilo “espreme que sai sangue”, vale citar Marcondes Filho (1989), quando afirma que

O sensacionalismo no jornal vende tanto quanto a matéria de fundo: diferente do jornal publicitário, a mercadoria do jornal liberal é a informação, sensacionalizada e mutilada para tornar-se mais vendável, mas ainda um artigo de tal procura dos consumidores. Sob essa perspectiva, jornais podem vender tudo, contanto que lhes seja lucrativo (MARCONDES FILHO, 1989, p. 88).

A apropriação do outro, sendo este outro traduzido no morador de regiões periféricas aos centros urbanos, é a base para as notícias sensacionalistas em torno da violência. A notícia que vende é aquela decorrente da tragédia do sujeito marginalizado, ignorado quanto cidadão, descartável diante da sociedade, passível de castigos violentos em nome da ordem social. Ainda assim, diante de tantas críticas em torno desse fazer jornalístico, quais as motivações para que a estratégia permaneça vendável? Seriam os receptores indivíduos passíveis em aceitar tudo o que é imposto por meio das notícias veiculadas pela mídia?

### **3.3 O receptor não-passivo**

Para responder o questionamento anterior, buscarei na teoria da recepção as pesquisas em torno do receptor, considerando que os estudos culturais, a partir da década de 80, voltam as suas investigações para as audiências e estudos da recepção dos meios massivos em geral (BOAVENTURA E MARTINO, 2010; ESCOSTEGUY, 1998; LOPES, 2000), proposta esta, relevante para a presente pesquisa. “É sobretudo dentro da temática das culturas populares que uma teoria complexa e multifacetada da recepção começou a ser desenvolvida, tendo como eixos básicos de reflexão o deslocamento dos meios às mediações os processos de hibridização cultural” (LOPES, 2000, p. 04).

Nesse sentido, tais estudos ajudam a compreender os processos complexos que ocorrem nas relações entre meios de comunicação e receptores; diferente do processo circular comumente pensado nas pesquisas de comunicação de massa na sequência “emissor/mensagem/receptor” (HALL, 2018). Para explicitar tais complexidades, busco mais intensamente o olhar de Canclini (1997), ao desenvolver um apanhado histórico em torno da evolução do consumo, na busca de uma compreensão sobre como essas

mudanças alteram as possibilidades e as formas de exercer a cidadania. O autor identifica que, com o tempo, após uma decorrência de processos e mudanças sociais, o povo percebe que muitas das suas perguntas são respondidas mais por meio do “consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa, do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos” (CANCLINI, 1997, p. 13).

Diante de um novo cenário sociocultural, com transformações fomentada pela indústria cultural, as formas de consumo se alteram. Agora, desiludidos com a esfera pública, o público encara os meios de comunicação como uma nova alternativa para se informar e exercer os direitos. Canclini (1997) pontua cinco mudanças socioculturais percebidas. Uma delas é a “reelaboração do próprio, devido ao predomínio dos bens e mensagens provenientes de uma economia e uma cultura globalizada sobre aqueles gerados na cidade e na nação a que se pertence” (CANCLINI, 1997, p. 28). Outra é “a passagem do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida” (CANCLINI, 1997, p. 28). Um dos pontos perceptíveis a partir dessa mudança está na forma de argumentação e críticas de participação, que “dão lugar à fruição de espetáculos nos meios eletrônicos, em que a narração ou simples acumulação de anedotas prevalece sobre a reflexão em torno dos problemas e a exibição fugaz dos acontecimentos sobre sua abordagem estrutural e prolongada” (p. 28). Tais mudanças, porém, não representam avanços. Para o autor, “esta reestruturação de prática econômicas e culturais leva a uma concentração hermética das decisões em elites tecnológico-econômicas e gera um novo regime de exclusão das maiorias incorporadas como clientes” (CANCLINI, 1997, p. 29). Ou seja, não há uma compensação após o enfraquecimento de partidos, sindicatos, associações de base. As massas passam a não ser integradas aos poderes políticos, tecnológicos e econômicos oferecidos por meio dos veículos de comunicação de massa. Entramos no século XXI, com uma sociedade que foi reorganizada para se fazer consumidora neste século “e, como cidadãos, levar-nos de volta para o século XVIII” (CANCLINI, 1997, p. 29).

O direito do cidadão se restringe às elites pela imposição da concepção neoliberal de globalização. Neste modelo, os direitos são desiguais e as novidades modernas se transformam para muitos em objetos de consumo e espetáculo. Mas Canclini também levanta um questionamento: Se quando se reconhece que ao consumir o cidadão também “pensa, se escolhe e reelabora o sentido social”, não poderia ser esta uma nova maneira de ser cidadãos?” (CANCLINI, 1997, p. 31).

Retomando o ponto de vista de Hall (2018), para se entender os processos entre os meios de comunicação e os receptores, é necessário levar em conta os momentos distintos nos quais essa sequência está inserida, considerando uma ligação entre “momentos distintos, mas interligados – produção, circulação, distribuição/consumo, reprodução” (HALL, 2018, p. 428). As circunstâncias momentâneas e históricas de uma sociedade, colaboram diretamente na interpretação do público quanto às mensagens transmitidas.

Isto seria pensar o processo como uma “complexa estrutura em dominância”, sustentada através da articulação de práticas conectadas, em que cada qual, no entanto, mantém sua distinção e tem sua modalidade específica, suas próprias formas e condições de existência (HALL, 2018, p. 428).

Sendo assim,

A recepção é então um contexto complexo, multidimensional em que as pessoas vivem o seu cotidiano. Ao mesmo tempo, ao viverem este cotidiano, as pessoas se inscrevem em relações de poder estruturais e históricas, as quais extrapolam as suas práticas cotidianas (LOPES, 2000, p. 05).

A partir das discussões em torno do consumo, surge a possibilidade de compreender pormenorizadamente o papel do leitor ao consumir notícias de linha editorial policial. Canclini (1997) destaca um pensamento corriqueiro onde é apontada a incompatibilidade entre o senso comum e o bom senso, ao se considerar como elo o consumo. Segundo o autor, a partir desse pensamento, o consumo está associado aos gostos inúteis e compulsões irracionais. Este raciocínio é atrelado à ideia de “onipotência dos meios de massa, que incitariam as massas a se lançarem irrefletidamente sobre os bens” (CANCLINI, 1997, p. 51).

Mas diferente do senso comum, hoje se entende que os processos de consumo se dão de maneira mais complexa, tendendo à compreensão de que o público receptor tem a capacidade de escolha, racionaliza e interpreta distintamente o conteúdo das mensagens veiculadas. Além do mais, “no consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade” (CANCLINI, 1997, p. 56). E por ser complexo, tencionar o consumo gera ramificações de interpretação das mais variadas, permitindo um leque de possibilidades quanto a interpretação do que leva um leitor a consumir notícias policiais.

Ao ver de Canclini, há uma impossibilidade em descrever uma teoria sociocultural do consumo, mas o antropólogo busca trazer uma definição. Para ele, “o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (CANCLINI, 1997, p. 53). Essa definição possibilita ir além do entendimento do consumo como ato impulsivo, descrito acima como um pensamento atribuído à linguagem corriqueira.

Na perspectiva dessa definição, o consumo é compreendido sobretudo pela sua racionalidade econômica. Estudos de várias correntes consideram o consumo como um momento do ciclo de produção e reprodução social; é o lugar em que se completa o processo iniciado com a geração de produtos, onde se realiza a expansão do capital e se reproduz a força de trabalho (CANCLINI, 1997, p. 53).

Dessa forma, o sistema econômico adota estratégias para aumentar a lucratividade dos produtos, por mais que não estejamos de acordo com as estratégias utilizadas e independente de necessidades ou gostos individuais. Mais adiante, Canclini (1997) acrescenta ainda que, apesar da racionalidade definida pelos grandes agentes econômicos exercer influência, esta não é a única a modelar o consumo.

A exemplo de outra linha de pesquisa que vê o consumo a partir de um panorama de diferenciação e distinção entre as classes e os grupos. Essa linha, em especial, destaca “os aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade consumidora” (CANCLINI, 1997, p. 55). Com base nos textos de Pierre Bourdieu, Arjun Appadurai e Stuart Ewen, para o autor, há o entendimento de que “nas sociedades contemporâneas boa parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mais do que na luta pelos meios de produção, da disputa pela apropriação dos meios de distinção simbólica” (CANCLINI, 1997, p. 55/56). Ou seja, há uma coerência a partir de uma visão socioantropológica “entre os lugares onde os membros de uma classe se alimentam, estudam, habitam, passam as férias, naquilo que leem e desfrutam, em como se informam e no que transmitem aos outros” (CANCLINI, 1997, p. 56).

O consumo, portanto, demonstra ser um processo “mais complexo do que a relação entre meios manipuladores e dóceis audiências”. Em uma relação onde dominadores manipulam receptores, há mediadores “como a família, o bairro e o grupo de trabalho”. (CANCLINI, 1997, p. 52). Ou seja, a hegemonia (supremacia) cultural não se dá a partir de processos verticais (de cima para baixo).

Dentro do contexto desta pesquisa, é inoportuno ver sob a ótica da massa não-pensante o consumo dos cadernos policiais. Há de se levar em consideração os contextos nos quais a sociedade está inserida no presente, notadamente a paraense, principal consumidora dos jornais explorados neste estudo. Por ser a violência formada por componentes de natureza objetiva e subjetiva (PORTO, 2009), é necessário levar da mesma maneira esse fenômeno em questão, associando sua complexidade e consequências com as ações que permeiam o consumo.

A partir de então, as possibilidades de interpretação das mensagens difundidas podem ser múltiplas, ao se considerar o percurso até a produção do sentido final. Inclusive, dentre as possibilidades, há a que resulta da produção de nenhum sentido.

Uma vez concluído, o discurso deve então ser traduzido – transformado de novo – em práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos. Se nenhum “sentido” é apreendido, não pode haver “consumo”. Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito (HALL, 2018, 249).

Dentro desse leque de possibilidades quanto ao consumo de notícias sobre a violência, e as interpretações derivadas a partir dessa complexidade, a compreensão das relações entre moradores da periferia – vistos aqui como principais indivíduos presentes nas notícias policiais veiculadas – e os cadernos de polícia formam um conteúdo extenso de debate. Não apenas quanto ao consumo, mas da mesma forma quanto ao conteúdo, considerando a presença do morador nos cadernos, onde é percebido o tratamento dado a quem é socioespacialmente excluído dentro das cidades, em um reflexo de estigmas socialmente consolidados. Em grande parte das edições, o humor que denigre vítimas e suspeitos de crimes, toma espaço entre os textos de reportagens duvidosamente jornalísticas. Esse “sarcasmo em relação aos subalternos não é um simples efeito do desprezo dos setores privilegiados: os meios de comunicação de massa difundem-no com êxito enquanto o público desses mesmos meios o festeja” (CANCLINI, 1997, p. 107/108). Como visto, parte desse tipo de humor não está presente somente entre as classes médias e altas das grandes cidades, mas é também reproduzido por muitos veículos de comunicação e consumido em grande escala.

## **4 A PERCEPÇÃO DA PERIFERIA SOBRE O JORNALISMO POLICIAL**

O quarto e último capítulo desta dissertação busca aprofundar a relação complexa entre a periferia e os cadernos de polícia, destacando a percepção de moradores em relação aos conteúdos veiculados. Para isso, uma pesquisa de campo foi desenvolvida a fim de buscar indícios dos fenômenos e características que envolvem essa relação, levando para debate o campo teórico discutido nos capítulos desenvolvidos até este ponto para os indivíduos diretamente ligados à veiculação de notícias criminais.

### **4.1 Perfil do grupo focal e aplicação do método**

Para a aplicação da pesquisa de campo, inicialmente, foi definido um recorte entre os bairros reconhecidos como periféricos do município de Belém. Portanto, considerando a densidade demográfica do bairro do Guamá e a frequência com a qual moradores dessa localidade se tornam notícia nas páginas policiais devido aos índices de criminalidade, decidiu-se por esta ser a região periférica ideal para a aplicação da pesquisa.

A opção pelo método de pesquisa conhecido como grupo focal, reflete a necessidade de um maior contato com os moradores da periferia para a obtenção do material necessário para estudo. De acordo com Berger e Luckmann (2004), é a partir da interação face a face, ou seja, de forma presencial, que a possibilidade de uma plena troca de informações é estabelecida.

Na situação face a face o outro é plenamente real. Esta realidade é parte da realidade global da vida cotidiana, e como tal maciça e irresistível. Sem dúvida, o outro pode ser real para mim sem que eu o tenha encontrado face a face, por exemplo de nome ou por me corresponder com ele. Entretanto, só se torna real para mim no pleno sentido da palavra quando o encontro pessoalmente. De fato, pode-se afirmar que o outro na situação face a face é mais real para mim que eu próprio (BERGER; LUCKMANN, p. 47, 2004).

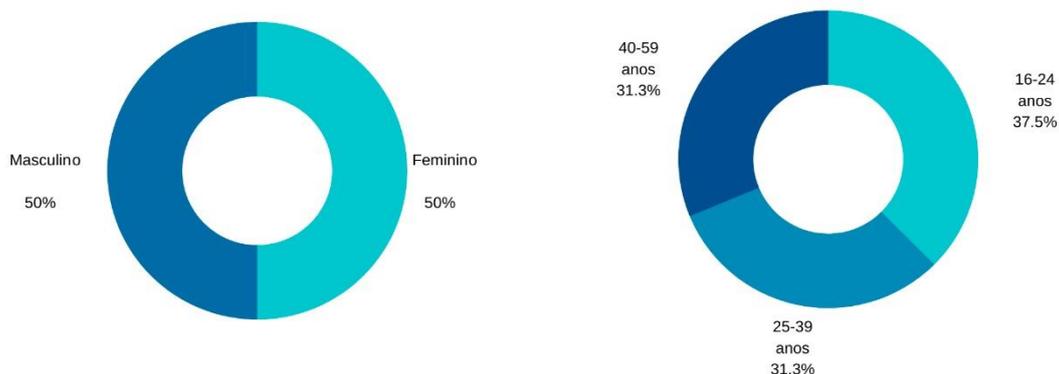
Por conseguinte, levando em consideração a aplicação de um grupo focal piloto com moradores do bairro e avaliações da banca de qualificação, houve a definição da aplicação do método com jovens moradores e líderes comunitários que atuam no bairro. A pesquisa teve a sua aplicação no dia 31 de janeiro de 2020, reunindo um grupo de 16 participantes em um espaço cedido pelo Espaço Cultural Nossa Biblioteca, localizado no bairro do Guamá.

A data foi escolhida com base na disponibilidade dos moradores, especialmente os jovens, que precisavam se encontrar em período de férias escolares para participarem do grupo. Foi também durante o período de janeiro que o espaço cultural apresentava uma diminuição nas atividades, possibilitando assim, um espaço mais tranquilo para a aplicação da pesquisa e a possibilidade de participação de lideranças que atuavam no local.

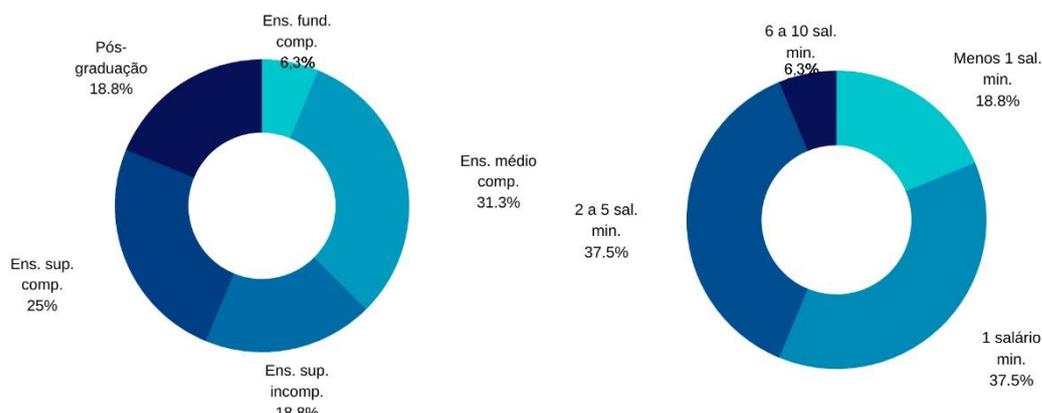
Ainda assim, aplicando a pesquisa em período e horário de acordo com a disponibilidade de um maior quantitativo de moradores, ao chegar ao local da aplicação da pesquisa, ambos os grupos – os de jovens e os de líderes comunitários – já se encontravam no local, apesar do agendamento em horários diferentes com ambos ao se considerar que a ideia inicial era desenvolver a pesquisa com os dois grupos focais separadamente. Dessa maneira, houve a necessidade de unir os dois grupos, inicialmente pela manifestação dos participantes quanto a indisponibilidade de esperar por um longo período até a conclusão da pesquisa com um grupo para então iniciar a pesquisa com outro, assim como a manifestação de indisponibilidade de alguns dos moradores em comparecer ao local em outros dias e horário.

A união dos dois grupos gerou a formação de um grupo focal maior, mas sem tanta heterogeneidade, o que, do contrário, poderia dificultar o andamento da pesquisa. A troca de informações entre um grupo de jovens e suas vivências na periferia e um grupo de líderes comunitários munidos pelo peso de experiência, gerou diálogos e trocas de informações intensas entre eles, possibilitando uma variada gama de material para estudo e validando a pertinência da pesquisa.

Antes de dar início ao roteiro de perguntas, foi entregue um formulário para preenchimento de informações pessoais e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos moradores. Quanto ao formulário, foi possível traçar um breve perfil dos participantes, considerando sexo, idade, escolaridade e renda familiar. Dessa forma, os perfis foram divididos em gráficos para melhor entendimento, ficando da seguinte maneira:

**Gráfico 1 - Perfil dos moradores por sexo e idade**

Fonte: SEPEDA BRABO, F.M. 2020

**Gráfico 2 - Perfil dos moradores por escolaridade e renda familiar mensal**

Fonte: SEPEDA BRABO, F.M. 2020

Após conclusão do preenchimento do formulário e do TCLE, foram disponibilizados aos moradores edições e reportagens dos jornais “Diário do Pará” e “Amazônia”. Oralmente, foi explicado que eles deveriam fazer a leitura das reportagens antes de responderem às perguntas. Era permitido a troca de edições entre eles, para que pudessem fazer a leitura de outros jornais disponibilizados. Vale ressaltar que em todas as edições entregues, havia ao menos uma notícia de crimes ambientados no Guamá, inclusive reportagens sobre a série de mortes no bairro em 2019 que ficou conhecida como a “chacina do Guamá”.

A partir de um roteiro com seis perguntas, aplicado após o período de leitura dos jornais, a pesquisa durou 1 hora e 30 minutos, dentro da duração considerada média de um grupo (BORGES; SANTOS, 2005). Diferente das perguntas formuladas e aplicadas no grupo focal piloto, as perguntas para esse novo grupo foram reformuladas com base

nas considerações da banca de qualificação. Dessa forma, seis perguntas foram direcionadas aos moradores, a citar: Na sua opinião, é ou não é importante existir os cadernos de polícia? Por quê?; Qual o seu interesse ao ler noticiário policial? O que lhe chama mais atenção?; Você se vê como se fosse um dos personagens nas matérias ou que poderia acontecer com você conforme noticiado nos cadernos policiais?; Qual a sua opinião sobre as manchetes, as fotos e os textos que são exibidos nos cadernos de polícia?; O que é a periferia de Belém para você?; Na sua opinião, como são representadas as periferias de Belém e dos seus moradores nas notícias veiculadas nos cadernos policiais?

Para garantir a fluidez das respostas, foram necessárias 24 intervenções da pesquisadora – além das perguntas previstas no roteiro – ao longo da aplicação do método, com o objetivo de instigar a participação de todos os moradores e esclarecer possíveis dúvidas geradas a partir de determinadas respostas.

Tendo em posse as respostas obtidas com os participantes, deu-se início a um processo de seleção de assuntos em comum levantados pelos moradores, para então iniciar a formação de tópicos deste terceiro capítulo. Com isso, a formação da estrutura deste capítulo se dará não por respostas obtidas a partir de cada pergunta direcionada ao grupo, mas por assuntos que ganharam destaque entre os moradores ao longo de toda a aplicação do método, uma vez que tais assuntos não ficaram restritos às respostas de uma única pergunta, mas tornaram a aparecer esporadicamente ao longo da conversa.

## 4.2 Estigmatização e preconceitos

*“A palavra é uma arma. A palavra é uma arma branca. A palavra ela pode ser usada tanto pro bem, quanto pro mal”.*  
(Liderança comunitária)

A identidade de um indivíduo sob o ponto de vista dele mesmo e para a sociedade se molda no contexto do ambiente e da estrutura social na qual está inserido (BERGER, LUCKMANN, 2004). Dentro de ambientes urbanos, onde as divisões sociais também passam a ser demarcadas de acordo com o espaço no qual este indivíduo vive, as estigmatizações e os preconceitos ganham força e visibilidade. As adjetivações atribuídas aos moradores de bairros economicamente e socialmente desprivilegiados, fazem referência, de forma generalizadora, às práticas criminosas que se proliferam no espaço urbano e à baixa intelectualidade de seus habitantes.

Tal visão generalizante desses ambientes periféricos, são corroborados por diferentes setores da sociedade, a exemplo de grupos de indivíduos economicamente superiores e que detém o poder, bem como veículos de comunicação. Este último, em especial, funciona como um trampolim capaz de impulsionar a proliferação de visões estigmatizantes de setores da sociedade, especialmente a parcela considerada inferior.

No exemplo de Winston Parva, ambiente de pesquisa de Elias e Scotson (2000), assim como em outros lugares, “viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo” (ELIAS, SCOTSON, p. 23, 2000).

Ao longo de toda a execução do grupo focal, as principais pautas levantadas pelos moradores pairavam em torno de opiniões ou exemplos de casos que refletiam preconceitos e estigmas em relação aos moradores, assim como críticas ao jornalismo policial, apontado como principal reprodutor e proliferador de uma visão entendida por eles como deturpada.

Tanto entre lideranças, quanto entre jovens, falas envolvendo preconceitos contra moradores tornou a entrar em voga ao longo de toda a aplicação da pesquisa. Notadamente, esse foi o assunto mais abordado dentre todos os pontos levantados por moradores. Quanto ao jornalismo policial, um dos jovens afirmou:

O jornal também é uma ferramenta de manipulação e de carácter. Por exemplo, uma pessoa lê que aconteceu tal, isso e isso e a pessoa, automaticamente no seu subconsciente, vai pensar: “Beleza, não posso ir naquele lugar porque isso pode acontecer comigo, assim como aconteceu com ela”. Então, tem essa questão de “estamos lendo algo e estamos sendo manipulados”. Tipo... estão jogando culpa nas pessoas por morarem ali, sendo que não é bem assim (Morador jovem do bairro do Guamá).

De forma similar, uma das lideranças comunitárias entende a repetição pela TV e pelos jornais impressos do lema “direitos humanos é só para bandidos” como uma das estratégias de formação de opinião que ajudam a deteriorar a imagem do morador. “Primeiro uma opinião de que entre nós tem gente que não é humano” (informação verbal), falou. Ainda segundo a mesma liderança, a mensagem veiculada influencia na visão de si, de modo a impor ao periférico seu lugar no meio social. “A mensagem ela nunca é só em uma direção. Ela vai e volta. Ela também é usada para que os mais pobres

acreditem que eles são assim. Que eles são assim! Que nada vai mudar!” (informação verbal).

A escolha de palavras adotada dentro das notícias veiculadas nos cadernos de polícia e a forma como elas são usadas como estratégia para diminuir o outro, também foi reforçada por outra liderança:

Então, a palavra é uma arma. A palavra é uma arma branca. A palavra ela pode ser usada tanto pro bem, quanto pro mal. Às vezes é melhor, ah... tipo assim, é melhor eu dar um soco nele, do que eu pegar uma palavra, agredir ele com uma palavra, falar uma palavra pra ele que vai marcar aqui, mentalmente, emocionalmente ele pro resto da vida dele (Liderança comunitária).

Para Elias e Scotson (2000),

Afixar o rótulo de "valor humano inferior" a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (ELIAS, SCOTSON, p. 24, 2000).

Utilizando o exemplo de uma comunidade de leprosos em um período anterior, quando nasciam socialmente estigmatizados e propositalmente excluídos de um convívio com o restante da sociedade, Berger e Luckmann (2004) ajudam a complementar o pensamento anterior. Para eles, esse indivíduo por serem definidos assim, passam a ter sua socialização primária gravemente afetada. “Desde que estes indivíduos, mesmo quando são mais de um punhado, não formam uma contracomunidade própria, sua identidade objetiva e subjetiva estará pré-definida de acordo com o programa institucional que a comunidade estabelece para eles” (BERGER, LUCKMANN, p. 219/220, 2004).

Sendo assim, a exposição sem filtro de indivíduos considerados inferiores na sociedade, não apenas destrói a auto estima, como o enfraquece, de maneira a perpetuar sua posição na sociedade. Os jornais, como representativos de grupos mais poderosos, expõem em suas páginas policiais a forma mais escrachada da visão inferiorizadora de grupos socialmente marginalizados. Dessa forma, atuam como uma janela de um preconceito estrutural e histórico da sociedade.

O reflexo disso é vivenciado no dia-a-dia desses moradores. Vários exemplos de julgamentos direcionado a eles foram relatados, tanto por moradores de outros bairros, quanto por organizações representativas do estado.

“Quando tu chega numa loja e que vai fazer o cadastro (imita um som como o de um sistema de computador). ‘Qual o bairro que tu mora?’, ‘Guamá’, ‘Ah... tu é do Guamá, é?’”(informação verbal), relata uma liderança, assumindo ao final da fala feições de julgamento, como que imitando a reação da pessoa ao descobrir que falava com um morador da periferia.

Com outro morador, dessa vez um jovem, o relato envolve as suas tentativas em conseguir emprego:

Já sofri bastante, porque toda a vez que eu jogo currículo no lugar a pessoa pergunta logo: “ah, onde tu mora?”, “ah, no Guamá”. Assim, aí o... a pessoa que tá me entrevistando já me olha com cara de despeito assim, né. Toda a vez falam: “ah, porque não dá...”, ” vamos avaliar o seu currículo”, isso, isso e isso. E que vão ligar, talvez. Mas nunca ligam por causa disso. Por que acham que aqui só tem ladrão e gente que faz coisa errada. Sendo que não (Morador jovem do bairro do Guamá).

Um dos pontos levantados por um jovem é ainda sobre a dificuldade de compreender a própria Universidade Federal do Pará como parte integrante dos bairros do Guamá e Terra Firme. Para exemplificar, ele passou a relatar conversas com amigos da universidade:

“Mora aonde, Marlon?”, “No Guamá”, “Me rouba!”. Sendo que a UFPA é no Guamá! A UFPA é bem aqui e o pessoal não tem a UFPA como se fosse Guamá. Tem como se fosse um lugar à parte. Eles vêm pra UFPA e sempre eles falam: “ah, tal coisa no Guamá” e não vem porque é perigoso. “Estuda onde?”, “Na UFPA”, “E a UFPA fica onde?”. Ali é como se fosse uma cidade à parte. Ali é como se a UFPA fosse uma cidade à parte aqui. Não é Guamá. Eles não tratam como se fosse Guamá. Não tratam como se fosse Guamá e Terra Firme. Não tratam! A gente não sabe que a UFPA fica dentro Guamá e Terra Firme. Eles não têm esse conhecimento. Então eles percebem, porém não acreditam. Eles ficam: “Não. Não é. Eu faço na UFPA”. “Ah, bora ali no Guamá”, “Ah, não! É muito perigoso”, “Mas a gente tá no Guamá, filho!” (Morador jovem do bairro do Guamá).

Algumas pessoas riem do relato e chegam a complementar. “E a Universidade tem um muro bem grande pra mostrar que ali é nós e vocês são vocês”, diz uma liderança. “Tem um condomínio também”, complementa outro jovem morador.

A recorrente associação da periferia com a criminalidade gera ainda relatos quanto à deficiência de serviços básicos:

A gente fala na área que a gente mora e tem a maior dificuldade pra as pessoas até às vezes [pegar] táxi ou... uma coisa que é básica não pode ter porque tu mora em uma área que a imprensa coloca que é assim e não é! Aí fica numa forma que parece que SÓ tem aquilo! Só tem violência. Não tem gente trabalhadora, não tem gente boa, não tem atividade cultural, não tem mais nada. Nesses bairros só tem violência e ponto (Liderança comunitária).

Em outro momento, um dos jovens reforça sobre áreas periféricas não serem reconhecidas como ambiente onde há a ocorrência de boas ações pelos veículos de comunicação em geral. Para ele, o bairro só ganha destaque quando há a ambientação de casos de violência. Ele relembra:

É tipo quando... no Jornal Nacional. Nunca vi falar, assim, as coisas boas do Guamá. Nunca vi uma notícia boa sendo noticiada no jornal, mas já foi noticiada a chacina que teve. E isso no Jornal Nacional. Ele [o apresentador] falou: “bairro do Guamá, periferia de Belém” (Morador jovem do bairro do Guamá).

Levando em conta uma visão macro dos estudos desenvolvidos por Elias e Scotson (2000) sobre os *outsiders*, estes são vistos como anômicos. Dessa forma, aqueles membros pertencentes a grupos superiores, orgulhosos de suas identidades e prezando pela manutenção das normas socialmente impostas, consideram o contato íntimo com os *outsiders* como desagradável. Ou seja, para o indivíduo membro pertencente a outro grupo social, o contato com indivíduos vistos como inferiores é evitado como forma também de preservar sua imagem diante de membros do seu próprio grupo. Assim, não apenas o jornalismo policial escrachado estimula esse isolamento de moradores da periferia, como, da mesma forma, as imposições sociais cristalizam esse ambiente excludor.

Além das estigmatizações relatadas pelos moradores, há o relato ainda da diferenciação de tratamentos destes em relação à aqueles que vivem nos bairros centrais. Muitos dos moradores usaram como exemplo o bairro de Nazaré, considerado um bairro nobre da cidade de Belém. “Nazaré tem crime, mas não é reportado da forma como é reportado na terra firme, nos outros, porque são áreas que parece que querem dar uma cara pra os moradores” (informação verbal), afirmou uma liderança, se referindo ao

tratamento dado dentro do jornalismo policial quando se trata de moradores de bairros nobres e com posicionamento econômico melhor.

Mesmo quando um crime ocorre em bairros não-periféricos, mas foi cometido por um morador da periferia, os moradores afirmam que os jornais dão destaque à origem desse “criminoso”.

Por exemplo, acontece um crime na Avenida Nazaré, vão mostrar o rosto do camarada: “Ah, o camarada é da Terra Firme; é do Guamá; é do subúrbio; é da periferia e tudo mais”. Mas se alguém de uma classe média alta, de alguém importante, não! Tem toda aquela ocultação (Morador jovem do bairro do Guamá).

Alguns moradores relembram um caso de grande repercussão, ocorrido em 2018 e outro em 2019, ambos envolvendo a família Maiorana, dona do grupo O Liberal, incluindo os jornais “O Liberal” e “Amazônia”. “Vou só te lembrar um [caso], tá? O Rômulo Maiorana bateu na irmã dele até... nem a notícia saiu. Vazou assim, aos pouquinhos, mas não saiu nada. Foi feio”, relembra um morador que atua como liderança comunitária e recebeu as notícias do caso pelas redes sociais. Na verdade, as agressões envolveram o irmão de Rômulo Maiorana, Ronaldo Maiorana e a irmã Rosana Maiorana. O caso foi registrado na Delegacia da Mulher, mas não foi noticiado por nenhum veículo de comunicação de grande audiência, apenas em blogs jornalísticos independentes e de menor alcance.

O outro caso lembrado pelos moradores envolvendo a família Maiorana é referente ao atropelamento e morte de duas pessoas pelo filho de Romulo Maiorana, Giovanni Maiorana. “E o filho atropelou uma pessoa que morreu”, relembra um dos jovens moradores. “Foram duas!”, corrige outro. “Saindo da boate e atropelou uma pessoa”, mais um jovem complementa. “Pois é. Saiu da boate, dirigiu bêbado. Se fosse pobre, era drogado. Não tinha nome. Já era drogado, era criminoso, não prestava”, conclui uma moradora. Quando o caso ocorreu, algumas notícias saíram em portais de notícia e na televisão, mas com pouco tempo, passou a não ser mais atualizado apesar da grande repercussão gerada no dia do acidente<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Giovanni Maiorana foi indiciado pela Polícia Civil por homicídio culposo e lesão corporal, após ter causado acidente na madrugada do dia 27 de setembro de 2018 e atingir três pessoas. Duas das vítimas morreram e uma sofreu graves ferimentos. Giovanni foi preso em flagrante mas soltou em seguida após pagar fiança no valor de 500 mil reais. Ele segue respondendo a ação em liberdade provisória. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Promotoria recorre e pede prisão de motorista que matou dois jovens. Belém, Out 2018. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/promotoria-recorre-e-pede-prisao-de-motorista-que-matou-dois-jovens.htm>. Acesso em: 16 fev 2020

Assim como preconceitos sofridos por quem é de fora do bairro, os moradores relataram também a existência da mesma visão por representações do Estado. Em várias situações, principalmente os jovens, citaram abordagens policiais baseadas em estigmatizações sobre o local onde vivem e o perfil físico de “bandido” que possuíam.

É engraçado como eles tratam os jovens do bairro. A polícia mesmo. Porque se tem uma festa no centro... Baron Club, a Pride, a polícia não chega baculejando<sup>13</sup> e tem uso de droga lá dentro: LSD, várias drogas que são mais caras, sintéticas. As que a gente chama aqui realmente drogas de branco [...] De branco, de burguês. Aí tá. Aí chega aqui no pistão - na Bernardo Sayão -, a polícia chega baculejando. Não quer saber se tá usando ou não. Se tiver junto lá, tu vai tomar porrada. Se tiver usando droga ou não, tu vai levar porrada. Porque tu tá lá. Porque tu é preto, tu é pobre. Mas nunca vai a polícia invadindo o Baron ou a Pride. O pessoal usando droga lá dentro. Nunca vejo... nunca tem notícia. Aí chega aqui, faz uma apreensão mínima e tem a notícia de uma apreensão gigantesca de droga aqui e tal, no pistão aqui que é a Bernardo Sayão (Morador jovem do bairro do Guamá).

A partir desse primeiro relato, vários outros passaram a tomar espaço dentro das discussões do grupo, sempre envolvendo abordagens policiais a partir de estigmas socialmente reproduzidos.

Acho que é muitas vezes estigmatizar os estereótipos da gente, né? Porque isso também fala muito alto. Por exemplo, há umas duas semanas atrás, eu fui abordado pela polícia perto de casa. E assim, eu... até me desculpem o termo que eu vou colocar, né, não é de uma forma assim... pejorativa, mas a gente sabe que existe um certo estereótipo pra quem trafica droga, pra quem usa droga e tudo mais. Então, eu acho que pelo fato de ser moreno... ou negro - não tenho problema com isso. Eu me considero pardo, negro. Não deixo de ser negro... mas me pararam. E eu tava com uma roupa simples. Eu tava de bicicleta, tava com uma roupa simples, tava procurando alguém pra levar um entulho de limpeza e tudo o mais. E o carro da polícia me parou justamente porque eu olhei pra trás pra me desviar do carro. E eles achando que eu era suspeito. E as pessoas na rua, quando eles me pararam, as pessoas que me conhecem ficaram atônitas, porque me conhecem e sabem da minha trajetória, da minha história e tudo o mais; da minha rotina. E ficaram perguntando o porquê. Então, assim, te param, te revistam, te apalpam, tudo o mais... colocam uma arma na tua cabeça. Aí o que acontece? Acontece um acidente, que Deus o livre, e o que o noticiário vai dizer? Até pegar, assim, o que eu faço: “ah, o estudante universitário foi parado pela polícia em tal rua e essa rua é conhecida pelo crime assim, essa rua é conhecida pelo tráfico de drogas” e acaba estigmatizando a pessoa de uma forma que ela não é, certo? [...] Qualquer um de nós, pode virar manchete de polícia,

---

<sup>13</sup> Termo usado para se referir a abordagem policial mais agressiva.

independentemente da notícia que possa ser (Morador jovem do bairro do Guamá).

Em meio a alguns relatos de abordagens policiais, uma liderança comunitária pediu a palavra e emocionada, lembrou um caso ocorrido na sua família:

Queria citar um episódio que aconteceu na minha família. Assim... o sobrinho do meu marido tava na frente da casa dele, conversando com os pais e os irmãos. Aí em dado momento, eles disseram: “vamos entrar” e eles entraram. Só que o rapaz, usuário de maconha, ele não disse pra família. Aí ele disse que ia bem ali na Napoleão. Então, mais adiante, tava acontecendo um tiroteio com polícia e jovens. No que ele foi, eles vinham. E aí, ao invés dele parar - também não sei se ele ia sobreviver ou não -, ele viu os jovens correndo, ele correu. E o policial... aí veio muita, muita polícia. E eles entraram na rua de casa e ele continuou correndo. E aí, o policial conseguiu pegar ele. Arrancou uma *tauba* do cercado da vizinha e deu muito nele, porque achava que ele era um dos jovens que tava trocando tiro com a polícia. E aí ele foi preso, quebraram o braço dele e aí ele ficou uns 3 anos preso. Hoje ele tá bem, mas ficou com defeito né, no braço. E é uma violência que a gente acha que nunca vai chegar perto da gente, mas chegou (Liderança comunitária).

A partir dos relatos, fica em evidência a relação não apenas de ter a sua imagem associada com a criminalidade pelos noticiários policiais, mas do medo da abordagem policial pautada em estigmas enraizados.

Já cria aquele clima de terror àquele jovem. Até depois provar que ele não era culpado... que ele não é culpado ou até mesmo que ele pode ter ou ser usuário ou ser pego injustamente com aquilo, até provar ao contrário, o homem já foi morto! O homem já foi morto socialmente. O homem já foi morto fisicamente. Já perdeu a sua liberdade. Já perdeu os seus direitos como cidadão (Liderança comunitária).

Ainda sobre as abordagens policiais e as notícias divulgadas pelo jornalismo policial, a mesma liderança complementa em outro momento:

O cara põe uma farda e ele acredita que ele é a lei, né? Ele é a lei, porque esses aí que aparecem na página policial, eles não são humanos, não há respeito pra eles. Isso transforma o nosso território em um território que não faz parte da cidade, porque fica marginalizado. O resto é só o troco: a falta de saúde, a falta de condições de trânsito, áreas de esporte, de lazer (Liderança comunitária).

As ações da polícia como representativas do poder do Estado pautadas em estigmas sociais, assim como a divulgação de notícias policiais que ajudariam a amplificar essa estigmatização, pode ser entendido a partir do ponto de vista de Berger e Luckmann. Para eles,

A sociedade determina durante quanto tempo e de que maneira o organismo individual viverá. Esta determinação pode ser institucionalmente programada na operação dos controles sociais, como na instituição da lei. A sociedade pode aleijar e matar. De fato, é no poder sobre a vida e a morte que manifesta seu supremo controle sobre o indivíduo (BERGER, LUCKMANN, p. 238, 2004).

Sendo assim, o indivíduo ou o grupo de indivíduos passa a ter sua vida social controlada a partir do poder de controle dessa sociedade. Para indivíduos com um poder extenuado, perde-se o controle sobre o andamento da própria vida. Esse fenômeno é exemplificado na fala de um líder comunitário, quando decreta enfaticamente a morte de pelo menos uma pessoa no grupo ou de parentes nos próximos anos:

Eu tenho certeza absoluta, viu, que nesse grupo vai acontecer alguma coisa. Certeza! Por quê? Porquê é o lugar onde a gente vive. É o lugar e a imagem que é feita do lugar. Ou vai ser com um ou vai ser com um parente, com toda a certeza. [...] Nós somos considerados, a priori, bandidos. Não existe lei pra gente. A nossa vida aqui no bairro do Guamá, ela está em constante risco. Em constante risco (Liderança comunitária).

Retomando o papel dos meios de comunicação na pré conceituação de bairros periféricos, o jornalismo policial, do modo como é feito, funciona tanto como reprodutor, quanto um fortificador de preconceitos, inserido dentro de um constante ciclo. “Pelo procedimento da ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aquelas pessoas envolvidas em suas práticas e em sua coibição” (RONDELLI, 2000, p. 150).

Dentro do apanhado teórico desenvolvido por Elias e Scotson (2000), há a referência sobre as fofocas depreciativas [*blame gossip*]. Essas fofocas associada a auto-imagem maculada dos outsiders, contribuem nos traços de figuração atribuídos aos grupos considerados inferiores. Os autores acrescentam ainda que, “em outros casos, eles se tornam rotineiros e podem persistir por séculos” (ELIAS, SCOTSON, p. 45, 2000). Em uma associação com o jornalismo policial, as características da fofoca, citadas pelos autores, fazem-se presentes no modo pejorativo com o qual os indivíduos ali presentes

são retratados. Portanto, assim como a fofoca depreciativa – que ajuda a espalhar ideia depreciativas de grupos outsiders –, o jornalismo policial atua de modo constante a proliferar notícias com conteúdos estigmatizados e de teor preconceituoso.

Quanto à influência do jornalismo em diferentes segmentos da sociedade, este jovem opina:

O estado e a justiça acabam tratando jornalismo policial como se fosse a própria opinião pública. E até mesmo essa forma de tratar a opinião pública, acaba suscitando nas pessoas aquele sentimento de raiva, aquele sentimento de indignação e que leva até mesmo a pensar que a única solução pra aquilo é a morte. Aí que entra a questão do carro prata, aí entra a questão das milícias e tudo mais etc. (Morador jovem do bairro do Guamá).

Sob o ponto de vista do morador, a discriminação já é evento enraizado no imaginário coletivo de uma sociedade urbana. As consequências disso não se restringem apenas às abordagens policiais, mas se referem ao medo da morte, ao medo da prisão injusta, ao medo de ter voz para se defender, mas não ser ouvido.

Então a gente não tem segurança, a gente não tem a quem recorrer e a notícia que passa é que sempre a gente que fez alguma coisa que justifique o crime sobre a gente, né? E não que a gente sofreu um atentado. Então a gente não é cidadão. Cidadão é quem mora no centro. A gente é carne de abate, né? (Morador jovem do bairro do Guamá)

Outro morador complementa:

É a nossa realidade, né? É o que a gente vive hoje. Então, assim como foram eles, qualquer um desses outros dias pode ser um de nós que estamos aqui, né? Porque a gente já tem a discriminação, eu já digo que é na alma, porque em todo o lugar ou em todas as situações a gente é discriminado por morar no bairro do Guamá, ou no Tapanã ou em outro (Morador jovem do bairro do Guamá).

Uma das integrantes do grupo focal, que atua como liderança dentro do bairro do Guamá, quase ao final da captação da pesquisa, expôs o seu ponto de vista como moradora de outro bairro, a partir da forma o via ser retratado pelos jornais:

Eu acho que assim, eu não sou daqui do bairro do Guamá, eu sou lá do bairro do Telégrafo e quando eu vim estagiar aqui, eu tinha uma visão totalmente... a visão dos jornais! A visão que eu via nos noticiários, que era um bairro perigoso... e eu vinha pra cá, assim: “Nossa! Eu vou

lá pro Guamá!”, morrendo de medo! E quando eu cheguei aqui, parece que isso aí desapareceu. Por quê? Porquê não é isso aí. Não é só isso aí que existe aqui. Existe esse espaço aqui, existe cultura, existem muitas outras coisas que não é isso. Então isso cria aquele imaginário na cabeça da gente, que faz com que a gente não vá lá, naquele lugar. E tem tanta coisa bacana lá e a gente deixa de ir por causa disso, aí (Liderança comunitária).

No caso dessa liderança, a perspectiva popularmente negativa do bairro, passa a ser desmistificada a partir do momento em que o contato com os moradores e suas rotinas passa a ser face a face. Berger e Luckmann (2004) associam as mudanças em comportamentos hostis em relação aos indivíduos socialmente inferiorizados devido à alta flexibilidade ocasionada na situação face a face. Em situações como essa, ocorre uma maior dificuldade na imposição de padrões rígidos nesse tipo de interação, uma vez que esses padrões tornam-se voláteis sob a influência de uma maior variedade de intercâmbio na interação, assim como pelos sutis significados subjetivos que podem vir à tona.

[...] posso olhar o outro como alguém inerentemente hostil a mim e agir para com ele de acordo com um padrão de “relações hostis” tal como é entendido por mim. Na situação face a face porém o outro pode enfrentar-me com atitudes e atos que contradizem esse padrão, chegando talvez a um ponto tal que me veja obrigado a abandonar o padrão por ser inaplicável e considerar o outro amigavelmente. Em outras palavras, o padrão não pode resistir à maciça demonstração da subjetividade alheia de que tomo conhecimento na situação face a face. Em contraposição, é muito mais fácil para mim ignorar essa demonstração desde que não encontre o outro face a face (BERGER, LUCKMANN, p. 49, 2004).

Ainda assim, por outro lado, o encontro face a face não está livre de sofrer influência de esquemas tipificadores, o que afeta continuamente as interações com o outro, segundo os autores.

Em alguns casos relatados, a hostilidade para com o outro é tão consolidada que mesmo a interação face a face não é capaz de esmaecer os filtros do estigma. Nos relatos descritos aqui, o preconceito é pautado não apenas na localização espacial, mas também em questões sociais historicamente enraizadas, como a pobreza e a cor.

Uma das lideranças presente no grupo usa como exemplo um episódio de uma popular série de comédia da TV americana:

É igual o... eu gosto muito de assistir o “todo mundo odeia o Cris” [...], aí o Cris falou uma vez que alguém tinha assaltado, né, aí o cara disse

“olha, ele era assim, ele tava assim, ele andava assim...”. O cara falou que ele era alto, tava com uma boina verde, mas sabe o que o policial ouviu? “Ele é preto, o sapato dele era preto, ele tava com uma roupa preta, de um jeito preto, andava preto... (Liderança comunitária).

Mais à frente na discussão, um jovem lembra um caso ocorrido enquanto estava com um amigo:

A gente tava andando de bike lá na Doca, aí eu fui na frente na bike. Aí tá, né? Aí eu fiquei assim... tava demorando ele [o amigo]. Aí eu voltei, né, a polícia tinha abordado ele. Aí eu cheguei assim... “não, não chega perto dele, porque a gente tá abordando ele, porque ele... acabaram de roubar o cara ali... a bike do cara perto da Doca e a descrição dele bate com o suspeito”. Aí tá, né. Mandaram: “Entra na viatura!”. Aí entra na viatura, o cara e a bike dele entra na viatura. Porque a bike que o cara roubou era parecida com a dele e ele tava com a roupa parecida também, todo de preto. Aí tá, entrou na viatura, aí a gente foi lá na... na seccional. Aí chegou lá na seccional, que ele ficou na viatura, acabou que o... a vítima foi olhar pro meu amigo, né, pra ver se tinha sido ele, se ele tinha roubado a bike. Aí falou assim: Não, não é ele”. Sendo que, um tempo depois, pegaram o cara que tinha roubado a bike e o cara era branco! (Risos) Nada a ver com ele! O Gabriel era preto. Era branco [o criminoso] e a bike nada parecida e tava com outro tipo de roupa. Tipo, nada a ver a abordagem. Totalmente diferente da... só porque era uma BMX. Uma bike BMX, entendeu? (Morador jovem do bairro do Guamá).

A liderança que havia citado o episódio do seriado, inicia uma interação com o jovem. “É aquele negócio! ‘Andava preto, olhava preto, tudo era preto’” (informação verbal), fala, provocando riso em algumas pessoas. Ela continua: “Não adianta que o cara fosse branco, porque tu dá a descrição e o cara entende aquilo! O Cris ta bem...é uma coisa pra ti rir mesmo, mas é isso!” (informação verbal).

Os relatos envolvendo diferentes níveis de preconceito, escancaram tanto problemas sociais históricos, quanto uma também histórica tentativa de inferiorização da periferia em relação aos grupos mais bem econômicosocialmente posicionados. Na pesquisa de Elias e Scotson (2000), há a conclusão de que...

A exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar. Ali se encontrava, sob forma particularmente pura, uma fonte de diferenciais de poder entre grupos inter-relacionados que também desempenha um papel em muitos outros contextos sociais, mas que, nestes, muitas vezes se dissimula, aos olhos do observador, por outras

características marcantes dos grupos em questão, tais como a cor ou a classe social (ELIAS, SCOTSON, p. 22, 2000).

Observamos, a partir das falas dos moradores, a construção do estigma pelos jornais sobre a periferia e a maneira com a qual se é interpretada a influência dessa visão no dia-a-dia do convívio da comunidade no meio urbano. A segregação social é percebida no momento em que o morador de bairros centrais ou grupos considerados “superiores” enxergam os outros bairros com desprezo, considerando-o como inabitáveis quanto à falta de segurança e descrevendo quem ali vive como ser marginalizado. Assim como muitos moradores relataram, os jornais passam a atuar como amplificadores dessa perspectiva deturpada, principalmente por meio dos cadernos de polícia, que buscam construir suas notícias violentas ambientada em grande maioria dentro das fronteiras da periferia ou a partir de suspeitas de práticas criminosas cometidas por seus habitantes.

#### **4.2.1 O morador sob o ponto de vista dele mesmo**

Dentre os relatos dos moradores sobre os preconceitos e estigmas quanto a periferia, algumas falas se diferenciaram por evidenciar o ponto de vista desse morador sobre ele mesmo. Muitas dessas falas fogem das conceituações padrões socialmente impostos aos moradores da periferia, que do ponto de vista de Berger e Luckmann (2004), representa a formação de uma identidade caracterizada por um fenômeno derivado da interação entre um indivíduo e a sociedade. Dessa maneira, ainda que padrões sociais passem a ter força em grupos de indivíduos com menor poder, as identidades se moldam também com base nas realidades vivenciadas.

Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (BERGER, LUCKMANN, p. 228, 2004).

Põe-se em evidência aqui em duas falas de moradores o ponto de vista de suas interpretações da periferia como ambiente dotado de complexidades formadas a partir das estruturas sociais historicamente impostas. Em uma dessas falas, um jovem morador vê os habitantes da periferia como peças fundamentais e indispensáveis ao funcionamento de toda a cidade:

Bom, eu acho que é um lugar de produção de bastante conhecimento. E também é um lugar de bastante produção. Porque, basicamente, é a periferia que mantém Belém toda. Resto da Belém toda. Porque, basicamente, tudo o que se produz, somos nós quem produzimos. São as pessoas daqui que produzem. No caso os shoppings, todos os trabalhos nas regiões nobres de Belém, as pessoas que trabalham são daqui. Então, é um lugar que fornece muita mão de obra pro resto de Belém. Se não fosse a gente, não seriam nada. Não teria quem trabalhar (Morador jovem do bairro do Guamá).

Ainda que no papel de mão-de-obra, a percepção do morador quanto a sua importância para a manutenção de serviços básicos no meio urbano, leva a uma auspiciosa construção da sua auto-imagem como parte integrante da periferia. O entendimento positivo do morador para além dos estigmas comumente impostos, auxilia no despertar de um de pertencimento ao ambiente onde vive.

A imagem do nós e o ideal do nós de uma pessoa fazem parte de sua auto-imagem e seu ideal do eu tanto quanto a imagem e o ideal do eu da pessoa singular a quem ela se refere como "eu". Não é difícil perceber que afirmações como "eu, Pat O'Brien, sou irlandesa" implicam uma imagem do eu e uma imagem do nós. O mesmo acontece com afirmações como "sou mexicano", "sou budista", "sou da classe trabalhadora" ou "somos de uma antiga família escocesa" (ELIAS, SCOTSON, p. 42, 2000).

Ainda levando em consideração a formação de uma auto-imagem dos periféricos que segue de contra padrões estigmatizados impostos, para uma liderança comunitária a periferia...

É um lugar cultural, é um lugar de muito conhecimento, é um lugar onde as pessoas lutam pra sobreviver mesmo. Guamá, principalmente. Eu não sou paraense, sou de outro estado, mas é o bairro que... 25 anos eu moro desde que cheguei em Belém. Não tenho vontade de sair daqui. Pra mim, sempre olhei o bairro como lugar extremamente... eu digo que é o canteiro de cultura. A visão que eu tenho da periferia. E as pessoas deveriam dar uma chance pra periferia mostrar o que tem e não tentar estigmatizar e exaltar só o que acontece de negativo, porque eu sempre digo pra pessoas: violência tem em todo o canto e em todo o lugar, independente de onde você esteja. Não só na periferia (Liderança comunitária).

Ainda considerando o entendimento de Berger e Luckmann (2004) quando usam como exemplo uma colônia de leprosos socialmente ignorada, o entendimento quanto a própria realidade desse grupo começa a mudar quando há uma quantidade

suficientemente grande e durável de indivíduos capazes de formar uma “estrutura de plausibilidade para contradefinições da realidade e do destino de quem é leproso” (BERGER, LUCKMANN, p. 220, 2004). Ainda assim, quando em uma etapa primitiva, “a cristalização da contra-realidade e da contra-identidade pode não chegar ao conhecimento da comunidade maior, que ainda pré-define e continua identificando esses indivíduos como leprosos, e nada mais” (BERGER, LUCKMANN, p. 220, 2004), ou seja, trazendo para o tema tratado nesta pesquisa, ainda que entre indivíduos da periferia o entendimento sobre si mesmo assuma significações além das caracterizações estigmatizadas, não há garantias de que esse mesmo entendimento será compartilhado em todos os grupos da sociedade. Nesses casos contrários, dá-se continuidade às interpretações excludentes contra esse grupo considerado socialmente irrelevante.

### 4.3 Chacinas e mortes violentas

*“Cria sempre um estereótipo extremamente negativo pra quem mora aqui. Então, a primeira coisa que aconteceu: teve o atentado, era um domingo, ninguém prestava. [...] Não importa. A nossa vida aqui não importa. Eu não tenho nome”.*  
(Liderança comunitária)

Ao longo dos anos, o bairro do Guamá em diversos momentos, ganhou destaque nos noticiários por ser palco de séries de mortes violentas. O caso mais recente e de repercussão internacional, ficou conhecido como a “Chacina do Guamá”, onde 11 pessoas foram assassinadas no dia 19 de maio de 2019. Todas as vítimas, participavam junto com outras 80 pessoas, de uma festa no “Wanda’s bar”, localizado na Passagem Jambu, bairro do Guamá. A maioria foi morta com tiros na cabeça. Esse caso é considerado a maior chacina já registrada em Belém.

Inevitavelmente, o bairro do Guamá tornou-se centro de centenas de notícias sobre a chacina, que incluíam desde a notícia do fato em si, quanto à especulação sobre possíveis históricos de passagens pela polícia das vítimas fatais e sobreviventes.

Dentre os relatos do ponto de visto dos moradores sobre a chacina, uma das jovens ressalta as consequências negativas da abordagem adotadas pelos jornais ao tratar do ocorrido. Para ela,

Cria sempre um estereótipo extremamente negativo pra quem mora aqui. Então, a primeira coisa que aconteceu, teve o atentado, era um domingo, ninguém prestava. Da dona do bar ao DJ, ninguém prestava! O mototaxista que foi assassinado, na mesma hora não prestava. Morreu porque deveu. Tava devendo pra alguém. Não importa. A nossa vida aqui não importa. Eu não tenho nome (Moradora jovem do bairro do Guamá).

Dentre as 11 vítimas, estavam as citadas pela moradora: A dona do bar, Maria Ivanilza Pinheiro Monteiro, de 52 anos, conhecida como Wanda; O DJ da festa, Leandro Tavares – o DJ Léo, de 21 anos, que segundo os noticiários não tinha envolvimento com o crime e trabalhava há apenas alguns meses como DJ; e o mototaxista Márcio Rogério Assunção, de 37 anos, que também não teria antepassados criminais e se tornou uma vítima dos criminosos ao deixar uma passageira no bar.

Após um momento de intervenção da pesquisadora, quando foi questionado aos moradores se algum deles conhecia uma das vítimas da chacina, várias pessoas emitiram respostas afirmativas. Um jovem, em especial, pediu a palavra para responder que conhecia o DJ da festa. Quando questionado se o que viu nos noticiários condizia com o que ele conhecia sobre a vítima, o jovem respondeu:

Porque foi assim... eu realmente vi isso e dizia que ele fazia coisa errada, que era traficante. Não! Sendo que era um cara trabalhador. Tinha que sustentar a família dele, os filhos dele. Pra ver como são as coisas, assim... sempre retratada como se as pessoas fossem traficantes. Traficantes e que só fazem coisa errada aqui (Morador jovem do bairro do Guamá).

Um líder comunitário tenta complementar o raciocínio: “Estava no lugar errado e na hora errada” (informação verbal). “Sendo que não! Que só tava fazendo o trabalho dele” (informação verbal), continua o jovem.

A edição do dia 20 de maio de 2019 do jornal Diário do Pará foi uma das edições entregues aos moradores antes do início da aplicação do grupo focal. Em três páginas do caderno polícia – sem contar a capa, vislumbra-se a primeira notícia desse veículo sobre a chacina, construída a partir de informações policiais, relatos de parentes de vítimas e relatos contraditórios de testemunhas.

Na reportagem, o DJ Léo, citado pelo morador, foi a vítima de maior destaque, tanto pelas fotos, quanto pelas referências a ele no texto. Segundo a polícia e relatos de testemunhas, Leandro foi a primeira vítima dos atiradores. Em um momento de descanso,

logo após ter almoçado, o DJ sentou em um sofá localizado na entrada do estabelecimento para a fazer a digestão. Dessa forma, após a sua morte, foi o corpo mais visível dentre as vítimas para quem visualizava a cena do crime a partir da área externa ao bar. Sem qualquer tentativa de preservar o corpo sem vida da vítima, a reportagem expôs a foto – que toma espaço de quase metade da página – de Leandro morto no sofá.

**Figura 3 - Corpo do DJ Léo no jornal Diário do Pará, 20 maio 2019**



Fonte: Diário do Pará

Ainda sobre o DJ, a mesma reportagem traz a versão de uma tia da vítima, que teria chegado ao local após receber a informação sobre a série de mortes ocorridas ali. A fala escolhida para compor a reportagem é o trecho em que ela tenta fazer a defesa do sobrinho aos jornalistas, afirmando que Leandro não teria envolvimento com drogas e apenas trabalhava como DJ. Mais adiante, após a versão da tia, a reportagem dá destaque à versão policial de que o bar da Wanda, na verdade, seria uma fachada para a venda e consumo de drogas. A reportagem destaca ainda a fala de um tenente-coronel do 20º batalhão da polícia militar, quando ele afirma ter encontrado drogas nos bolsos de algumas das vítimas. A fala contribui na fomentação de dúvidas quanto ao histórico criminoso de todos os mortos.

A análise da primeira reportagem sobre a chacina do Guamá no jornal Diário do Pará, quando ainda não se havia total dimensão da gravidade do caso ou que os principais suspeitos pelas mortes seriam policiais militares, trouxe à tona a constante tentativa de justificar mortes na periferia com base nos antecedentes criminais das vítimas. Observa-se que, apesar da afirmação da tia do DJ quanto à inocência do seu sobrinho, as versões policiais tendem a ganhar mais destaque e credibilidade na construção do texto, funcionando como um desconstrutor de alegações anteriores que tentem fazer com que as vítimas sejam encaradas apenas como vítimas e não como detentoras de uma parcela de culpa pelas suas mortes. Na construção do texto, são as falas policiais que encerram a reportagem, funcionando como uma espécie de “última palavra”, deixando ao leitor a ideia de que a reputação do bar como ponto de venda e consumo de drogas, passava a levantar dúvidas também sobre a reputação de seus frequentadores com base nos locais que frequentava e nos seus antecedentes criminais.

Assim como na primeira reportagem do Diário do Pará sobre a chacina, várias outras reportagens, principalmente as de menor repercussão, assumem um tom acusatório quanto ao morador da periferia vítima ou gerador da violência.

Plasma-se na cobertura jornalística das periferias um desarranjo espacial, uma espécie de estranhamento ambiental, face a sua plena territorialidade. Através dele o noticiário sobre periferias se converte numa acumulação de detritos sociais, detendo-se em dejetos resultantes do culto de integração plena responsável, ele sim, pela produção de situações que se fazem residuais. A ilusão resultante dessa ótica excludente promove vieses, ressalta o poder das autoridades, criminaliza a pobreza, discrimina cidadãos, aponta culpados sem julgamento prévio, desqualifica as sociedades em foco, fomenta relações violentas (SILVEIRA, 2009, p. 07).

Mas muito além da chacina do Guamá, casos de violência ambientados no bairro tomam há anos espaço nas páginas policiais, ainda que de igual ou similar gravidade, mas que não recebem a mesma repercussão. A partir das falas dos moradores, alguns desses casos foram lembrados.

Ainda antes da chacina do Guamá, o destaque do bairro por ser estatisticamente um dos mais violentos da Região Metropolitana de Belém, tornou-o um dos “agraciados” – além de outros seis bairros<sup>14</sup> – para receber a implementação de uma das promessas de

---

<sup>14</sup> Os bairros foram: Guamá, Terra-Firme, Jurunas, Benguí, na capital; Icuí, em Ananindeua; e Centro, em Marituba.

campanha do novo governador do estado, Helder Barbalho: A atuação de agentes da Força Nacional no reforço de combate à criminalidade. Desde o dia 22 de março de 2019, 200 homens começaram a chegar à capital. Além do controle dos índices de violência, às Forças Nacionais foi incumbida ainda a responsabilidade de auxiliar o governo na implantação do projeto denominado “Territórios pela paz” ou “TerPaz”<sup>15</sup>.

Ainda que na teoria o projeto defenda a ideia de transformar bairro violentos em ambientes habitáveis e pacificados para a população, nem todos os moradores encararam essa presença com bons olhos. Na verdade, na fala dos moradores, práticas cometidas pelas forças policiais estaduais, continuaram sendo reproduzidas pelos agentes nacionais. Uma das lideranças relata uma situação presenciada quando estava acompanhada de algumas crianças:

É assim, sabe! Porque eu já vi várias abordagens, porque o moleque levantou a cara e olhou na cara do policial. Isso perto de mim, cara! [...] Eu tava com eles, querendo levar os meninos pra dançar na Unama, pra fazer uma apresentação. Eu dou aula de dança aqui. E aí, a força nacional que tinha vindo, né... (liderança comunitária).

A fala da moradora é interrompida por outra liderança: “Aquela, é? Pra pacificar” (informação verbal), acrescenta em tom de voz irônico. A moradora concorda:

Pra pacificar. Eu digo que foi é pra espancar, mas tudo bem. Então, eles pararam quatro garotos e eu vinha com quatro garotas e dois meninos. Descemos do ônibus do lado e aí ele botou o rapaz de costa porque ele [o rapaz] levou uma tapa no meio da cara. “Não me olha, vagabundo!” (imita a fala do policial). Puta que pariu! Eu não posso olhar ninguém!? (Liderança comunitária).

As atividades da Força Nacional na região metropolitana, enviadas após solicitação do governador, encerraram no dia 25 de junho.

Dentre casos de mortes de pouca repercussão, mas de similar caráter violento, um dos jovens que participava do grupo lembrou um caso ocorrido com um primo e a forma com a qual a versão policial do caso ganhou destaque nas páginas policiais, que segundo ele, não condizia com a realidade do ocorrido:

---

<sup>15</sup> O programa foi criado em 10 de junho de 2019, a partir da assinatura do seu decreto de criação pelo governador Helder Barbalho. O “Territórios pela paz” atua em territórios escolhidos devido ao alto índice de violência e crime. A partir de um processo de “pacificação”, a ideia é que o governo passe a promover práticas e ações sociais dentro do bairro para os moradores, possibilitando a chegada de serviços que antes não existiam e uma consequente diminuição da criminalidade.

O Isaac é meu primo. Tipo, a gente mora aqui no final da rua. Tem um quadrado... é... um quadrado. Que é uns quatro quarteirões que é um quadrado ali. É tudo a minha família! É tudo a minha família. A gente mora tudo junto ali. Tudo briga e tal. Teve o Isaac. O Isaac, ele tava levando comida pro filho dele, que era, tipo, aqui na 20 de Outubro. Era uma rua... duas ruas atrás. E o amigo dele pediu uma carona também. Aí o Isaac levou e nessa o amigo dele era procurado e nisso a polícia vinha passando e, não sei o que aconteceu, eles foram... sabe aquele centro comunitário da... (pergunta pra outra pessoa e recebe uma resposta afirmativa). Isso foi uns 5 ou 6 anos. Eles fecharam umas... uns cinco ou seis jovens, homens, adultos em uma casa lá pra dentro daquele beco, que é de boca de fumo e tal. E eles fecharam uns 5 ou 6 e o Isaac tava junto, porque levou o amigo e quando eles foram levando, levaram junto, e também fez uma chacina lá. Mataram o Isaac e foi noticiado como se ele fosse um dos caras que fizessem parte da boca e simplesmente a polícia entrou, colocou os caras... tipo, na coisa... e matou. Fez uma chacina. E foi pro jornal como se o Isaac também - que é meu primo e só ia levar comida, trabalhador, ex-presidiário -... como se ele fosse também um bandido (Morador jovem do bairro do Guamá).

O jovem conta a história reforçando que após esse caso e outro caso que teria culminado em uma injusta prisão do seu irmão, a orientação na família é que os membros nunca aceitem dar carona para outras pessoas. Segundo ele, toda a vez que isso acontece, a situação termina mal, seja por morte ou prisões e a publicação da notícia nas páginas policiais sentenciando como culpados os membros da família.

Na minha família tem essa, tipo: “Sai de bicicleta? Não dá carona pra ninguém!”. Porque tem esse histórico já de “confusão” (faz aspas com a mão) com a polícia. Sempre a polícia: “Pô! Me confundi! Dei um tiro no cara, pô. Foi sem querer, mano! Foi só um tiro”. Fica essa: “pô, me confundi, desculpa aí. Matei... matei teu filho!? Foi mal, cara!” (fala ironicamente) (Morador jovem do bairro do Guamá).

Para outro jovem morador, nos casos de violência vistos por ele e que também são reproduzidos em jornal, há sempre uma tentativa de justificar a morte ou a violência praticada contra o outro com base em pré-julgamentos.

O que eu acho... não chega a ser, assim, interessante, mas eu acho triste é o fato da gente sempre justificar a violência, né? Por exemplo: “foi roubado porque ele estava altas horas da noite com o celular na rua”. Tu pode usar o teu celular altas horas da noite na rua! “Foi estuprada porque tava usando shortinho e tal... ela queria o quê?”. Então tu sempre acaba justificando. Então: “Ah, ele é preto e tava na bicicleta, ele foi parado”. Por que que tu tem essa avaliação? Então, pode ser que tenha um branco na bicicleta que também pode estar fazendo tipo de coisa errada. Então, acho que essa mentalidade que muitas pessoas têm,

vai com a polícia, vai pra jornal, vai pra tudo que é lugar tu justificar o porquê daquela violência e é uma justificativa horrível! (Morador jovem do bairro do Guamá).

O mesmo morador que fez o relato sobre a morte do primo pela polícia, complementa: “Ajuda a perpetuar a violência, já que eles também podem fazer isso. Tipo: ‘ah, ela tá de roupa curta’. É errado? Pois é. ‘Ele tá de bicicleta? Então vou parar’. É tudo um estereótipo. Ajuda a perpetuar” (informação verbal).

Dessa maneira, as chacinas e as mortes violentas noticiadas pelos jornais, ganham outras versões quando abordadas a partir do olhar do morador. O conhecimento sobre a rotina da periferia, bem como de seus habitantes, atribui características complexas a acontecimentos retratados levianamente nas páginas policiais. Muito além de mortes, prisões ou qualquer outro acontecimento “digno” de tomar essas páginas, há uma contextualização ignorada em prol unicamente da notícia vendível do lado mais escrachado da violência.

#### 4.4 Credibilidade

*“O jornal noticia de uma forma tão errada que colabora inclusive pra que essas pessoas continuem sendo presas, né? E, a maior parte das pessoas que estão presas hoje no Brasil nunca tiveram nem julgamento”.*

*(Moradora jovem do bairro do Guamá)*

Entender como funciona o processo de percepção dos moradores quanto ao jornalismo policial, de modo a levantar questões referentes à veracidade e confiabilidade das informações ali reproduzidas, possibilita esclarecer um específico ponto de vista quanto às intencionalidades na construção da notícia.

[...] é preciso lembrar que a fê pública da imprensa se baseia no compromisso implícito de que os jornais servem ao interesse do leitor – interesse que é melhor servido por informações corretas e fidedignas. Deixar de lado este contrato, mesmo com boas intenções, pode comprometer a credibilidade dos veículos de imprensa – o seu maior patrimônio (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 125).

Da mesma forma, segundo Araújo, Alves e Costa (2014), a influência de outros fatores externos, incluindo “destaques e enfoques diferenciados de acordo com as alianças políticas” (ARAÚJO; ALVES; COSTA, p. 02, 2014), põe em cheque a credibilidade da notícia jornalística. A partir da análise dos pesquisadores de uma edição do caderno polícia do jornal Diário do Pará do ano de 2014 – que exibia dados exorbitantes sobre o crescimento da criminalidade, considerando o contexto de um cenário de eleições e mudanças políticas, explicitou-se a intencionalidade da notícia de modo a demonstrar ao leitor a ineficácia do atual governo no controle da violência.

Isso não seria negativo se de fato os veículos estivessem preocupados com os interesses coletivos. Tais conflitos fazem com que se questione a qualidade e credibilidade do que é noticiado, bem como, seja levantado o debate sobre os limites entre os interesses políticos e comerciais dos veículos, assim como o interesse público” (ARAÚJO, ALVES, COSTA, p. 02, 2014).

A credibilidade, como característica intrínseca e fundamental ao jornalismo, foi levantada de forma direta ou indireta a partir de relatos narrados pelos moradores. “Se a coisa foi assim (gesticula com as mãos deixando um espaço pequeno entre elas), é colocada assim (aumenta o espaço entre as mãos). E aí só reforça o preconceito em cima daquela área. Acho que até estica mais a violência” (informação verbal), opina uma liderança, se referindo às estratégias sensacionalistas adotada nas páginas policiais.

Em um dos relatos, destaca-se o de uma jovem que levanta a comparação entre aquilo que considera ter sido a realidade dos fatos e a forma com a qual o jornal expôs tal realidade, capaz, inclusive, de dificultar um julgamento justo da justiça em relação ao caso.

Eu tenho um amigo que ele... (ela faz uma pausa e ri) - e aí é uma coisa que tem que falar sobre o tabu das drogas -, ele foi pego com um baseado no bolso. “Ah, ele é traficante perigoso!”. Passou vários dias lá, não sei o quê. Tá! Ele é usuário. Existe uma lei pra tratar/trabalhar com usuário. Mas você vai tratar ele, vai noticiar como traficante. O jornal, inclusive, noticiou como traficante. “Grande apreensão em salinas” (se refere à manchete que teria sido divulgada na época). E aí ele é noticiado como traficante. Isso dificultou ainda mais a libertação dele do que... Ele tá lá. E isso eu lembrei agora, assim. Porque foi muito complicado pra família dele. Ele nunca tinha passado por isso e aí ele, por ser preto, por não ter *status* e por mais que a gente conheça gente que tem dinheiro, não é ele quem tem dinheiro, né? Então, a família teve que fazer, é... campanha pra levantar fundos, porque o próprio jornal ajudou a colaborar pra que a justiça não fosse feita. Porque o juiz local viu o jornal: “Não! Mas não sei o quê, noticiado como grande

traficante”. Não importa! A prova é: foi recolhido com ele aquilo, uma quantidade ínfima. Mas não importa. O jornal noticia de uma forma tão errada que colabora inclusive pra que essas pessoas continuem sendo presas, né? E, a maior parte das pessoas que estão presas hoje no Brasil nunca tiveram nem julgamento<sup>16</sup> (Moradora jovem do bairro do Guamá).

Como demonstrado nesse relato, a irrelevância dada para falas ou ausência delas, testemunhos, pontos de vista ou opiniões dos moradores da periferia dentro dos cadernos de polícia, foi um dos pontos levantados pelos participantes do grupo. Para esses moradores, a invisibilidade da voz da periferia ou a sua desconsideração como parte importante e detentora de credibilidade dentro da construção da notícia, abre margem para a publicação de informações muitas vezes deturpadas do que consideram ser a realidade – uma vez que se é levado em consideração apenas versões policiais ao se noticiar crimes –, gerando consequências ao morador da periferia e contribuindo para uma deturpação da verdade. Outro morador comenta:

E ainda tem o lance da retratação. Eles nunca fazem uma retratação caso eles errem a notícia. Sempre que alguém é alvo de uma notícia, tal morto... e lá na frente é descoberto que não foi desse jeito mesmo, nunca tem uma retratação da mesma forma que... da mesma intensidade, do mesmo tamanho da primeira notícia. Nunca eles vão falar: “Não. A gente errou. Não foi isso aqui. A gente se precipitou em dar essa notícia”. Nunca tem uma retratação (Morador jovem do bairro do Guamá).

Em contrapartida, a exacerbação da violência física, em detrimento da indiferença quanto a questões tão impactantes quanto, contribui em uma reflexão crítica do morador em relação a importância do jornalismo policial para a comunidade.

Parar o pronto socorro (se referindo à reforma do Pronto socorro do Guamá, iniciada em 2018), dismantelar ele, mandar as pessoas pra lá, deixar o outro pronto socorro ser dilapidado, é crime! Mata as pessoas! Mas ele não é explorado e muito menos investigado, né? Então, eu não creio que as pessoas que estão dentro do jornal, que estão escrevendo, exatamente, eles são os “arautos” da verdade. Eu acho que precisava também de mais dados, pra poder ter interlocução, vamos dizer... que se a gente queira uma sociedade mais crítica e mais cidadã, né? (Liderança comunitária).

---

<sup>16</sup> Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgados em 2019, 41,5% (337.126) dos presos no Brasil são provisórios – pessoas ainda não condenadas. Os dados apontam ainda para o aumento da população prisional brasileira que, de acordo com diagnóstico do Depen, cresce a um ritmo de 8,3% ao ano. Projetando esse crescimento gradativo, estima-se que, em 2025, o número de presos possa chegar a quase 1,5 milhão em todo o país, o equivalente à população da cidade de Belém.

Diante das considerações feitas pelos participantes do grupo, alguns passaram a sugerir possíveis mudanças no processo jornalístico da notícia das páginas policiais, como estratégia de retomada da detenção de uma plena credibilidade.

Tudo é segurança pública. Eu acho que se colocasse... se mudasse a cara, a roupagem e colocasse outra roupagem como segurança pública, colocasse realmente segurança pública, que é uma visão mais sistêmica, uma visão maior, mais ampliada... tudo envolve segurança pública (Liderança comunitária).

Como entendo que o jornalismo policial é um instrumento de política pública, ele precisa trabalhar no sentido também de apontar uma prevenção, apontar uma correção e apontar uma punição, certo? Principalmente quando você fala em um bairro periférico como o Guamá. [...] Então eu acredito que seja importante o caderno policial, mas tendo realmente essa mudança de roupagem no sentido de trabalhar para mostrar a prevenção, mostrar uma punição - porquê existem crimes que realmente precisam ser punidos, mas existem crimes que, pela relevância deles, pelo nível dele, ele precisa ser corrigido, entendeu? – e mostrar, como falei, a correção pra esse crime (Morador jovem do bairro do Guamá).

Quando os cadernos assumem priorizar informações repassadas somente pela polícia ou obtidas por meio de boletim de ocorrência, o morador é calado, impossibilitado de revelar seu testemunho ou expressar suas dificuldades ao viver na periferia. Quando há voz, ela por muitas vezes é obtida também por meio do B.O. - e transcrita de acordo com o que está escrito nesse documento, sem haver a preocupação de fazer consultas diretamente com as fontes - ou por meio, novamente, de fontes policiais que tenham ouvido as testemunhas (RAMOS; PAIVA, 2007). É a partir desse formato de apuração da notícia, adotado na editoria policial, que se faz a crítica dos moradores quanto a confiabilidade da informação.

#### **4.5 A violência como espetáculo**

*“A brutalização... eles querem te passar o sentimento da morte. Os nove tiros que a pessoa tomou, os lugares... Não precisa disso! A família não precisa disso!  
(Morador jovem do bairro do Guamá)*

Uma das mais fortes características do jornalismo policial sensacionalista, é referente a espetacularização da violência. As razões pelas quais os jornais adotam essa roupagem na editoria policial, abre margem para múltiplas reflexões. Para isso, é necessário ter o entendimento de que "toda ação, imagem ou fala que tem como objetivo reforçar, enfatizar ou reproduzir as diferenças é manifestação do conflito com o outro" (CANDIANI, 2007, p. 12). Isto posto, os cadernos policiais, ao trabalhar quase que exclusivamente na divulgação da violência originada na periferia e de forma escrachada, reforça a ideia aos "de fora" de um território homogeneizado, habitado quase que totalmente por uma população pobre propagadora da criminalidade ou vítimas inevitáveis dela.

Mas não somente pelo reforço às estigmatizações, a violência espetacularizada nas páginas policiais é interpretada igualmente como estratégia de atração de audiência e consequentemente, para a geração de lucros. A prática popularmente conhecida como o "espreme que sai sangue" é antiga, mas perdeu espaço a partir dos anos 90 no Brasil (RAMOS; PAIVA, 2007). O mesmo, no entanto, não ocorreu nos jornais de circulação no Pará. E ao que tudo indica, está longe de ocorrer.

O debate sobre os critérios quanto a escolha do que é notícia e os elementos chamativos na construção do texto e disposição de fotos, ganhou espaço em diversos momentos nas falas dos moradores. Quanto às imagens, uma líder comunitária destaca:

Eu não sei te tem a ver isso, mas pode (nesse momento ela folheia as páginas de uma edição do jornal Diário do Pará até encontrar uma das fotos publicadas)... fazer isso aqui? Acho horrível isso. Eu acho que isso aqui é até contra a lei! Mostrar só a foto do morto lá se tiver cortado. Expor, né? Por que é o parente de alguém! (Liderança comunitária).

Outra liderança interage: "É uma pessoa, né!?" (informação verbal). A liderança anterior continua:

Só bota aqui o mosaico na cara e acabou. Acabou aí. Quem é que não sabe o que é isso aqui, gente!? Expor isso aqui! Passa às vezes no jornal. Criança vê isso! Povo manda o vídeo no zap das atrocidades. Isso aqui é jornalismo? Pra mim isso aqui não é jornalismo. Policial muito menos (Liderança comunitária).

A foto (figura 3) usada como exemplo por ela foi divulgada na edição do dia 19 de janeiro de 2019 do jornal Diário do Pará. Reportava um homicídio no bairro

Imperador, periferia da cidade de Castanhal. A vítima tinha 18 anos e foi morto por tiros na cabeça e no tórax, como detalha a reportagem.

Figura 4 – Reportagem em sobre jovem executado em Castanhal, 19 jan. 2019

**2 Polícia** SÁBADO, Belém-PÁ, 19/01/2019 **Diário do Pará**  
24h de notícias • www.diarioonline.com.br

## CASTANHAL

# JOVEM É EXECUTADO A TIROS NA PORTA DE CASA

O rapaz tinha 18 anos. Ele conversava com um amigo ontem, pouco depois das 15h, quando os matadores chegaram de moto e começaram a atirar. Vítima ainda foi socorrida mas não resistiu aos ferimentos

**IMPERADOR**

**Tiago Silva**  
tiago.silva@diariodopara.com.br

DE CASTANHAL

**U**m homem de 18 anos foi morto a tiros, no início da tarde de ontem, quando estava conversando com um amigo na frente da própria residência, na rua Projetada 08, área do bairro Imperador, periferia de Castanhal, no nordeste paraense.

A vítima foi identificada como Vinícius Rogério da Silva Cardoso. Ele estava conversando com um amigo, na frente de casa, quando, por volta das 15h15, os familiares dele, que estavam dentro da residência, disseram que ouviram o som dos disparos de arma de fogo.

Vinícius chegou a ser socorrido e levado com vida para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Castanhal, mas faleceu. Ele foi atingido por dois tiros: um na cabeça, e o outro no tórax.



**Vinícius Rogério da Silva Cardoso** foi baleado no tórax e cabeça. O crime foi ontem de tarde e está sendo investigado por policiais civis  
FOTOS: DIVULGAÇÃO



**INVESTIGAÇÃO**

• Ainda segundo familiares, Vinícius não tinha envolvimento como "mundo do crime", contudo, a reportagem apurou, junto à Polícia Civil, que a vítima já havia sido presa acusada de envolvimento com tráfico de drogas. O caso já está sendo investigado pela Divisão de Homicídios (DH) de Castanhal. O assassinato teria sido praticado por uma dupla que fugiu do local em uma motocicleta. Estão sendo procurados.

Fonte: Diário do Pará

Outras críticas quanto a construção escrita e visual da notícia policial, tomaram espaço no grupo. Um dos jovens relatou:

Uma vez aconteceu um assassinato perto da minha casa – se não me engano foi por causa de traficante. Não estou muito bem me recordando –, que foi bem na frente da minha casa e praticamente mostraram o rosto [nos jornais] e o rosto mostrava tudo e... foi de uma violência gráfica muito alta e o que mais, além disso ter prestado atenção, foi o título, cara. Se não engano, foi mais ou menos... é... “traficantes foram mortos pela polícia militar”. E eu fiquei observando ao redor e as pessoas falando... algumas falando “ah, parabéns pela polícia militar, que ela fez um ótimo trabalho”, mas outras também reclamando que

isso foi uma total falta de respeito, por mais que eles fossem criminosos, mostrar a cara sem nenhum tipo de consentimento das famílias.

Com o objetivo de esclarecer de que forma a notícia havia despertado a sua atenção e indignação, a pesquisadora entrevistou questionando se a motivação seria pela foto publicada. O jovem respondeu:

Exatamente. A violência gráfica que foi expressa no jornal, que não teria esse direito do veículo de informação de mostrar uma violência tão... sabe? O que, afinal, é uma forma de vender. Violência vende. É aquela questão da Hannah Arendt, que ela falava sobre a banalização da violência, que não importa... que quanto mais somos expostos à violência, mais banalizamos ela. Inclusive, nos acostumamos com isso. Tanto que, para finalizar, quando uma pessoa... quando eu converso com alguns amigos meus lá da minha rua – que é o Riacho Doce –, quando eu falo que acontece esse tipo de informação: “ah, morreu alguém”, “ah, só morreu mais um!” (reproduz a fala dos amigos). Como se essa vida não importasse, como se ela fosse só um número para o estado (Morador jovem do bairro do Guamá).

Seguindo a mesma linha crítica de raciocínio, um líder comunitário e um jovem iniciam um diálogo: “Eles não têm limite nisso aí” (informação verbal), disse a liderança. O jovem concorda: “É! Eles não retratam o assassinato. Eles retratam a brutalidade em si, ou seja, esquartejamento, que eles falam que a cabeça foi parar em tal lugar...” (informação verbal). “Ainda escrevem, né!?” (informação verbal), continua o líder. O jovem então conclui:

É! A brutalização... eles querem te passar o sentimento da morte. Os nove tiros que a pessoa tomou, os lugares... Não precisa disso! A família não precisa disso! Se querem repassar a notícia, passa que foi assassinado, só! Não precisa falar como, aonde foram os tiros, da forma como foram... aonde os cortes pegaram, as facadas. A banalização da brutalidade (Morador jovem do bairro do Guamá).

Imediatamente em seguida, outro jovem expõe em uma fala mais prolongada a sua opinião ao grupo, evidenciando o lado financeiro na divulgação espetacularizada da notícia sobre violência:

A gente percebe que eles não vendem a notícia, né? Eles querem mesmo vender o produto em si. [...] Eu já vi também publicações boas, tipo assim: “Falta de segurança faz mais uma vítima”. Tu vê que quem fez a vítima foi a falta de segurança. Então isso é uma manchete que faz tu pensar. Então não foi fulano de tal... não. Foi a falta de segurança que

fez. Ou então, aí... não sei quantas crianças fora da escola... eu já vi manchete assim. Aí, caso de crime aumenta. Então, eles são manchetes que são interessantes, são uma forma bacana de tu fazer uma crítica. Porém, o que a gente vê não é isso, na realidade. São raros, eu acho. Foram bem poucas vezes que vi manchetes assim, que tentavam ver da onde que era o problema principal. E, hoje em dia, eles fazem o que é pedido. Eles fazer uma matéria que é pra vender. Eu acho que tu deixa de lado um pouquinho de tudo o que tu aprende da tua ética. Então tu vai... é igual advogado. Tu aprende tudo aquilo, mas tu tem que fazer aquilo, tem que defender o criminoso, tu vai defender! Tu quer dinheiro. Tu precisa te manter. Mesmo que tu saiba que o cara tá errado, mas o cara tá te pagando pra ti ser advogado dele, eu vou lá. Eu acho que é isso que acontece. A pessoa que escreve, o pessoal que tá por trás, pode até ser que eles pensem nisso quando vai fazer: “Meu Deus, eu tô botando a foto de uma família aqui”. Mas estão pagando! Isso vai vender, isso vai dar... porque o jornal Amazônia tá fazendo desse jeito. Se ele fizer de uma forma... digamos assim, “correta”, mas tem 5 outros jornais que vão fazer da forma errada e vão vender. Aí tu acha que eu vou sair nesse prejuízo? Então é uma discussão muito maior. Então, a gente tem que ver todo um contexto, tanto social, quanto político, quanto a questão também financeira. [...] Tanto que a escrita do jornal, poucas também são de uma forma... digamos assim, ela tem um público certo. Tu vê que, anteriormente, a escrita do jornal era uma forma... assim, mais... como é que eu posso dizer... era uma forma assim que nem tu entendia, que era uma norma escrita tão bacana. E hoje em dia, é bem popularzão. Usa gíria. Porque quer atingir esse público mesmo, que vai entender, vai ler lá, que vai consumir. É pra aquele público que eu quero fazer. Então acho que é essa discussão que a gente tem que ter. Que ela é importante e como ela tá sendo usada. É importante? É muito importante! O jornal é importante! Tem gente que não lê mais nada na vida, só lê o jornal, então ele é um leitor. Mas, infelizmente, não era daquela forma que deveria ser feito. Não era daquela forma que deveria ser divulgado. Não é daquela forma que deveria ser escrito. Então a gente tem que ter essas duas visões (Morador jovem do bairro do Guamá).

Sobre o destaque dado às notícias de violência na construção dos jornais, na opinião de uma líder comunitária...

É como se o jornal em si fosse só isso [a violência]. O jornal Amazônia ele não é só uma página policial. Ele tem nele, tem uma página policial. E a propaganda lá de cima traz a página policial. Tanto é que as pessoas, quando você vai comprar perguntam: “Você quer todo o jornal ou você quer só esse?”. E as pessoas compram, às vezes, só a página policial. E não está atento para outro mundo que tem dentro do jornal. E o jornal não é só isso. O teor da propaganda que existe na violência, é o porquê da pessoa não comprar todo o jornal, só a página policial (Liderança comunitária).

Ainda em tom crítico, outros moradores evidenciaram suas visões sobre o alcance das notícias de violência exacerbada e seu impacto na rotina de uma população, especialmente a da periferia.

Só mostra um lado. Não mostra o outro lado da moeda. Sempre mostra o lado dos policiais, sempre mostra que eles estão certo, mas nunca mostram o sofrimento das famílias que perderam os parentes e que muitas vezes, são pessoas inocentes, que principalmente estavam no lugar errado e na hora errada (Morador jovem do bairro do Guamá).

Uma liderança também opina:

Pra mim é sensacionalista por ele ser antiético. Não trata o assassinato de ninguém sem ser sensacional. Então... muitos desses caras aí [os jornalistas] perderam a ética por completo. Eles nem sabem por onde passa essa palavra. E a forma também das imagens, elas seguem isso também. É uma condição muito baixo nível, sabe, de linguagem, de imagem. Pra mim é essa coisa aí. É quase monstruosa (Liderança comunitária).

Para outra liderança,

O meio de comunicação de massa ele é muito importante. É um instrumento muito importante, já que ele tem todas as ferramentas pra ajudar qualquer comunidade, de qualquer bairro a melhorar. Como tem algumas reportagens que melhora na questão da segurança pública, entendeu? Só que, eu acho que a crítica maior da comunidade em geral é a forma como é passada, porque... as pessoas que isso já aconteceu isso na família, as pessoas se colocam no lugar dessas pessoas (Liderança comunitária).

Em outro momento, a mesma liderança defende a ideia de as notícias sobre violência no formato atual seguem a interesses de terceiros. “Então, a forma como é abordado tem que mudar, mas eu sendo sincera e verdadeira, não vai ser mudado. Porque não há um interesse de ser mudado isso” (informação verbal). Nesse momento, ocorre uma intervenção da pesquisadora, questionando a quem ela acha que interessa o jornalismo policial do jeito como é exposto nos cadernos de polícia. “À empresa de comunicação de massa, aos empresários, até, por exemplo... vou lhe dizer quem ganha com a violência: se eu montasse uma empresa de caixão, uma casa funerária... não sei como é o nome. Agência funerária. Eu ia enriquecer” (informação verbal), responde.

Ramos e Paiva (2007) defendem que os jornais, ao abordarem notícias referentes a segurança pública, precisam estar munidos de dados, assim como as áreas da saúde, educação e economia reconhecidas pela sociedade como campos especializados de estudo. Para as autoras, é necessário que as coberturas possuam

Análises baseadas em informações, não apenas em fatos soltos, impressões e “palpites”. À medida que a segurança vem se tornando, ela também, um campo especializado, é importante que os jornais se valham da massa de informações produzida pelas instituições de pesquisa, tornando a cobertura da área mais aprofundada e qualificada (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 152).

Mas o que ocorre, na realidade, segundo elas, é uma dominação de notícias na área da segurança que tendem a cair no senso comum e com enfoque policial. A mesma conclusão é entendida pelos moradores quando estes debruçam suas análises com base nos jornais locais, emitindo a partir disso falas críticas direcionadas à construção da notícia desenvolvida por meio de tons de espetacularização.

#### 4.6 O Estado e a Periferia

*“Quando eu escuto a palavra periferia, eu penso em resistência. Basicamente, são pessoas tentando viver as suas vidas, à margem das políticas públicas mais básicas que são: saneamento, educação, segurança, iluminação, o serviço de coleta de lixo, quase tudo. Mas ainda assim, é de resistência”.*  
(Morador jovem do bairro do Guamá)

Para além de teorizações sobre a formação e a habitação em uma área periférica da região urbana, os moradores aproveitaram o espaço da pesquisa para expor as suas visões sobre o lugar onde vivem. Este último tópico do capítulo, é um espaço, portanto, para compartilhar tal visão, de modo a avançar da teoria para a prática quanto as vivências desses moradores na contribuição dos seus entendimentos quanto ao sentido da palavra periferia.

De modo complementar aos relatos de deficiente segurança pública fornecida pelo Estado, as falas dos participantes do grupo focal reservaram-se ainda a explicitar outras formas de carências estruturais vividas na periferia.

Para maior entendimento dessas falas, é necessário primeiro compreender que,

Se hoje, na sociedade brasileira, pode-se dizer que o processo de transição democrática promoveu a ampliação da participação e da representação política, esse movimento de ampliação dos direitos políticos não resultou em ampliação da justiça social. O aprofundamento das desigualdades sociais persiste sendo um dos grandes desafios à preservação e respeito dos direitos humanos para a grande maioria da população (ADORNO, 2002, p. 112/113).

Em relação ao planejamento urbano formal, Souza (2008) percebe como constantemente negligenciado no Brasil, à justificativa de diversas razões.

E quase sempre foi, também, malfeito e/ou manipulado pelas elites com o objetivo de servir a propósitos segregacionistas ou especulativos. O que se pode dizer, portanto, é que o planejamento urbano promovido pelo Estado torna-se, nas condições da fragmentação do tecido sociopolíticoespacial da cidade, mais difícil, e que, acima de tudo, um planejamento genuinamente participativo torna-se, por assim dizer, muito mais difícil (SOUZA, 2008, p. 93).

A partir das falas do grupo focal, demonstra-se que o raciocínio seguido pelos autores é corroborado pelos moradores. “Pra gente aqui no Guamá, existe lei, porque a lei ela acaba sendo punitiva. O que não exista pra gente é política pública” (informação verbal), expôs um dos jovens que integravam o grupo. Em outro momento, o mesmo morador continua o pensamento ao atestar a permanência de uma visão do século XIX da Belle Époque “de que tudo o que é ruim manda pra periferia, manda pro Guamá, manda pra Terra Firme” (informação verbal). A partir dessa opinião, nota-se que há a percepção de uma continuidade histórica de ações segregalistas quanto às pessoas consideradas socialmente inferiores, além da continuidade de ações governamentais geradores de um aprofundamento nas já profundas diferenças sociais.

Quanto às implicações econômicas da desigual formação do meio urbano, Sergio Adorno (2002) dispõe:

Nas duas últimas décadas, novas tendências de crescimento econômico e desenvolvimento social mudaram profundamente o perfil e a dinâmica desta sociedade. [...] Aqui e acolá, governos democráticos buscaram enfim exercer o princípio republicano da responsabilidade pública e política. Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira tornou-se mais densa e mais complexa nas suas relações de classe, nas suas relações intersubjetivas, nas lutas sociais pelo reconhecimento de identidades e de direitos; mais reivindicativa, mais participativa, cada vez mais

inconformada com a persistência de seus problemas, entre os quais a violência urbana cotidiana.

Não obstante, os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade social permaneceram os mesmos de quatro décadas. A desigualdade de direitos e de acesso à justiça agravou-se na proporção mesma em que a sociedade se tornou mais densa e mais complexa. Os conflitos sociais tornaram-se mais acentuados. Neste contexto, a sociedade brasileira vem conhecendo crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas. (ADORNO, 2002, p. 87/88).

O pensamento do autor é refletido em uma fala de uma liderança comunitária, quando explicita do seu ponto de vista o que é a periferia:

Eu creio de é um lugar de injustiça. Não é que a escola precisa ser ruim que... aquele povo é injustiçado. Ele não é tratado como igual. A sociedade não é dividida como igual. Aqueles da periferia, eles estão lá para serem tratados de forma desigual. E se trabalha para eles permanecerem lá! Tanto do ponto de vista físico, quanto do ponto de vista mental. A minha opinião é essa (Liderança comunitária).

No tocante das desigualdades, do ponto de vista da mesma liderança, as estigmatizações sobre os territórios denominados periferia refletem nas privações de serviços importante nos quais, em comparação aos bairros centrais, é considerado corriqueiro.

Se tu olhar aqui na Barão de Igarapé Miri<sup>17</sup>, não tem um banco aqui. Não tem um banco! São 94 mil habitantes. A barão de Igarapé Miri é o centro disso. Botaram uma caixa econômica lá perto do cemitério<sup>18</sup> e outra dentro da universidade. Mas aqui!? Não! Porque aqui só tem ladrão! Se botar uma pra dentro do Guamá, todo mundo vai ser roubado (Liderança comunitária).

Ao mesmo tempo que explicitam a periferia como lugar ocupado por indivíduos heterogêneos, mas cercados por um ambiente socialmente ignorado, outra visão aponta para um lugar carente de necessidades básicas e de direito do ser humano, como saúde, educação, saneamento básico. Buscando a etimologia da palavra, essa moradora falou:

<sup>17</sup> Uma das principais e mais movimentadas ruas do bairro do Guamá.

<sup>18</sup> Faz referência a Caixa Econômica localizada ao lado do cemitério de Santa Izabel, já próximo à divisa com o bairro de São Brás.

Pra mim, o que vem à mente periferia, é o que tá à margem. À margem de toda aquela estrutura, à margem de políticas públicas. Então, porque periferia? Digamos, uma invasão. Aquilo ali, uma invasão, é uma periferia, porque ela está à margem de políticas públicas, à margem de saneamento básico, à margem de iluminação pública, à margem do asfalto na rua, à margem de uma boa escola pública de qualidade. À grosso modo, eu penso assim (Liderança comunitária).

Já outra moradora, exprime uma reflexão pessoal:

Então a gente estuda pra caramba. A gente tem dificuldades, a gente sabe quais são os problemas da nossa rua, não é verdade? Quando chove, vira um rio ali. Não tem iluminação pública, porque tá lá, olha, meses pra trocar, mas a prefeitura não vem trocar a iluminação, então a gente sabe os problemas que tem. Mas a gente sabe que a gente não tem segurança. A gente sabe que a gente não tem acesso à segurança pública (Moradora jovem do bairro do Guamá).

“Nós somos o maior produtor de fornecimento de dinheiro pro resto de Belém, mas não tem investimento aqui” (informação verbal), se queixa outro jovem. Em fala anterior já exposta aqui, o mesmo morador defende a inexistência de serviços em Belém sem a mão-de-obra dos moradores da periferia, deixando às claras sua percepção da importância da periferia.

Sobre as discrepâncias quanto a estruturação do espaço urbano, Souza (2008) defende que...

[...] o problema “quantitativo”, especificamente no que respeita ao planejamento urbano promovido pelo Estado no Brasil, não é nem mesmo a sua falta, em sentido absoluto, mas sim a sua escassez (ausência de tradição e de uma “cultura de planejamento [formal]”) e a sua frequente má qualidade técnica - ainda que, em muitas cidades, se constate a pura e simples ausência de qualquer plano diretor ou de algo que o valha (SOUZA, 2008, p. 95).

No contexto atual da Região Metropolitana de Belém, o recente governo passou a divulgar a adoção de estratégias de contenção da criminalidade para, então, fornecer serviços ineficientes ou inexistente para a periferia, principalmente em áreas compreendidas como “vermelhas”, ou seja, perigosas. Duas dessas estratégias já foram citadas aqui: A vinda da Força Nacional para reforçar a pacificação em sete bairros da RMB e, conseqüentemente, a implantação do programa TerPaz. Ambas as ações foram promessas de campanha do governador no ano de 2018. Nesse sentido, o Estado passa adotar a retórica da criminalidade – um argumento adotado também por outros governos

brasileiros (SOUZA, 2008) – como justificativa da discrepância de serviços fornecidos entre bairros de uma mesma região urbana.

De modo a concluir o entendimento sobre a periferia, diante do exposto pelos outros moradores, um dos jovens atribui à periferia a resistência como característica:

Quando eu escuto a palavra periferia, eu penso em resistência. Basicamente, são pessoas tentando viver as suas vidas, à margem das políticas públicas mais básicas que são: saneamento, educação, segurança, iluminação, o serviço de coleta de lixo, quase tudo. Mas ainda assim, é de resistência. São pessoas boas, que estão tentando viver as suas vidas da melhor forma que elas podem, tipo, do melhor jeito que elas conseguem (Morador jovem do bairro do Guamá).

Nota-se, assim, a tendência de identificação do território periferia como espaço de carências e privações, mas também resistência, sendo o “resistir” no sentido do morador periférico se incumbir de estratégias de sobrevivência, capazes de leva-lo a habitar uma zona socialmente ignorada através de longas décadas, apesar das condições insalubres à sobrevivência humana.

Sobre a sociedade nos moldes atuais, Sergio Adorno percebe que,

Em uma sociedade como a brasileira, na qual não se universalizou o modelo contratual de organização societária, e não prevalece o reconhecimento do outro como sujeito de direitos, no qual muitos se encontram à mercê de poucos, em que vige, sem interditos, acentuada assimetria no acesso aos recursos, bem como a sua distribuição, e a vida de muitos não tem o mesmo valor e significado da vida de alguns, somente pode ser instituída a “guerra de todos contra todos” como modo de funcionamento regular e normal. Daí que a violação de direitos humanos não seja menos escandalosa que a desigualdade social e o espectro de pobreza (ADORNO, 2002, p. 128).

Em um espaço urbano onde a supremacia de aspectos econômicos são os principais instituidores de desequilíbrios sociais, ao ponto de tender mais intensamente aos grupos “superiores” (ELIAS, SCOTSON, 2000), as relações conflituosas entre Estado e periferia ganham escala similar, quando partimos da interpretação das falas dos moradores. Até porque, se traçarmos uma breve reflexão, o poder de governar e determinar os caminhos do desenvolvimento urbano é atribuído também aos grupos socialmente e economicamente superiores. Conseqüentemente, o reflexo de históricas desigualdades social segue refletindo diretamente nas ações do Estado, quando este despreza as necessidades fundamentais, coletivas e individuais, da população periférica.

## 5 CONCLUSÃO

A periferia, muito mais do que a violência amplamente divulgada, é espaço de um cotidiano corriqueiro, tanto quanto qualquer outro bairro considerado central (talvez até mais intensamente, se considerarmos os intensos fluxos de comércios, trabalhos, festejos e rotinas característicos de muitas periferias). Para os de dentro, a criminalidade comum aos espaços urbanos é realidade compartilhada por toda a cidade e não exclusividade de um único espaço, ou seja, da periferia. É, da mesma forma, espaço de todos os tipos de moradores da cidade, especialmente em se tratando de indivíduos, tornando impossível homogeneizá-los na totalidade sob a justificativa de pertencerem a um grupo.

Na periferia, há ainda a convivência de todas as classes sociais, ainda que de modo segregado, com a presença de condomínios fechados. Por fim – mas não somente, já que caracterizar a periferia demanda muito mais páginas do que admite uma conclusão –, é espaço de experimentação das raízes culturais de uma sociedade, bem como do surgimento de novas vertentes da cultura, resultando na formação de indivíduos críticos e resistentes às imposições sociais.

A partir desta pesquisa, pude ter um contato mais próximo com os estudos desenvolvidos por Elias e Scotson (2000), e relacionar com as periferias aquilo que detectaram nas relações entre os estabelecidos e *outsiders* de Winston Parva. As concepções quanto ao índice de coesão relacionado ao excedente de poder de um grupo em relação ao outro, passaram a fazer mais sentido quando associadas às consequências sociais geradas a partir das formações impostas pelos estabelecidos, de um modo que é possível associar essas descobertas nas relações entre outros tipos de grupos, mesmo que em níveis diferentes. Assim, trazendo o mesmo entendimento para as relações entre a periferia e os “de fora”, compreende-se que as melhores posições de poder, mantêm-se reversadas aos integrantes de um mesmo grupo, excluindo “dessas posições os membros dos outros grupos — o que constitui, essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos-outsiders” (ELIAS, SCOTSON, p. 22, 2000). Essa ação que se repete tanto em Winston Parva, quanto na região urbana de Belém, promove um ciclo de exclusões e dificuldades na ascensão de grupos socialmente inferiores.

Mesmo diante da diversidade e complexidade de um grupo considerado inferior, “ainda não se aprendeu a lição de que, num mundo cada vez mais interdependente, a dominação de um setor da humanidade sobre os outros está fadada a ter um efeito de bumerangue” (ELIAS, SCOTSON, p. 34, 2000). Desse modo, o persistente processo de

exclusão reflete em efeitos profundos, seja pelo aumento de índices de criminalidade ou pela imposição dos mais altos obstáculos de crescimento social para àqueles que vivem à margem de direitos básicos que, em tese, deveriam ser comuns a todos da sociedade.

Ainda que habitada por indivíduos como qualquer outro da cidade, é por meio de processos históricos, sociais, econômicos que as estigmatizações se prolongam. Nesse contexto, os jornais policiais surgem para reforçar e amplificar esse olhar, ignorando os efeitos negativos reais por trás da busca pela audiência.

Afinal, a atuação do jornalismo é de caráter exógeno, ou seja, é quem fala da e sobre a periferia, de modo a se manter ao exterior dela e não integrada às vivências desse espaço e de seus moradores. Com isso, é impossível ao jornalista abordar nas páginas policiais assuntos tão relevantes, como a segurança pública, de modo a ser um recorte íntegro da realidade. O que ocorre é que as apurações de notícias sobre crimes que envolvem o morador periférico e a periferia, são obtidas por terceiros, como pelos agentes de segurança pública ou por boletins de ocorrência. O resultado desse processo são reportagens descompromissadas com uma das regras mais fundamentais da ética jornalística, ou seja, a de ouvir todas as versões dos envolvidos – especialmente quando envolve pessoas em situações mais vulneráveis – para então discorrer de um texto com equilíbrio de versões da realidade.

É diante dessa característica preocupante do jornalismo policial paraense, que esta pesquisa, por outro lado, buscou seguir a linha endógena, de modo a possibilitar um olhar de dentro; possibilitar que a periferia fale sobre si.

Portanto, muito mais do que refletir sobre estigmas a partir de uma página policial, é indispensável ir além. É necessário que, cada vez mais, a academia abandone os muros da universidade para dar voz aos que não tem voz – ou aos que têm, mas seguem sendo ignorados. Sair do campo teórico para a observação na prática, é possibilitar uma ampliação de olhar para campos antes inexploráveis.

Mas ainda que a prática seja fundamental, a pesquisa bibliográfica age como uma preparação quanto às possíveis questões nas quais o pesquisador pode se deparar em campo. No que tange esta pesquisa, pensadores que discorrem inquietações quanto a pobreza, violência e processos da segregação urbana auxiliaram no esforço para o direcionamento de um olhar fora do senso comum.

Ao enunciar as perguntas para os moradores do grupo focal – posteriormente executando as análises das respostas e associando esta fase com as experimentações provenientes do contato face a face com os moradores –, pudemos observar de imediato

a rotina da periferia muito ligada ao que os teóricos possibilitaram vislumbrar antes desses contatos.

A estigmatização e os preconceitos tomaram conta de quase toda a fala dos moradores, expondo os seus incômodos quanto as relações na periferia e, principalmente, com os de fora dela. Uma relação, por vezes, conflituosa, percebida em vários momentos pelos relatos pessoais.

Assim, pode-se concluir com mais segurança que grupos socioeconomicamente superiores, de modo geral, tendem a menosprezar a diversidade de identidades daqueles considerados inferiores a eles. E as mídias jornalísticas, ao serem comandadas por esses mesmos grupos que estão no poder, são incentivadas a seguir pelo mesmo pensamento. Todos ignoram que “as estruturas sociais históricas particulares engendram tipos de identidade, que são reconhecíveis em casos individuais” (BERGER, LUCKMANN, p. 229, 2004). É da socialização imperfeita, ou seja, não linear, que a heterogeneidade emerge. “Logo que existe uma distribuição do conhecimento mais complexa em uma sociedade a socialização imperfeita pode resultar de diferentes outros significativos mediatizarem diferentes realidades objetivas para o indivíduo” (BERGER, LUCKMANN, p. 221, 2004).

Considerando a complexidade das relações humanas, reforço que não há possibilidade de a formação de indivíduos ser completamente similar, de modo a igualá-los a um mesmo estigma. Isso seria ignorar suas vivências pessoais. Mas ainda que tais indivíduos, detentores de identidades distintas, busquem espaço de igualdade social em relação a outros indivíduos, a possibilidade de se deparar com pré-conceitos e ações com base na classe social ou pelo índice de criminalidade – amplamente divulgada pela mídia – do bairro onde vive, é quase certa na rotina do periférico.

Um outro caminho para se tentar entender a discrepância de influência social e de imposição de estigmas em relação ao outro, está no que Elias e Scotson (2000) concluem. Segundo eles, tentar promover reações de mesmo nível aos seus julgadores nunca possuem o mesmo efeito. Isso porquê, “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. [...] enquanto o equilíbrio de poder entre eles é muito desigual, seus termos estigmatizantes não significam nada, não têm poder de feri-los” (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 23).

Além dos efeitos a nível social, as consequências pela separação territorial também ganharam espaço nos relatos dos moradores, de modo equivalente às

assimilações das consequências dessas divisões citadas por Caldeira (2000), Lira (2014), Anjos e Chaveiro (2007) e Pequeno (2008). As referências de uma atuação insuficiente no bairro por parte do Estado, torna a periferia precária de serviços básicos de qualidade. Isso quando há. Por vários momentos, participantes do grupo focal citaram exemplos de mais esta forma de menosprezo contra a população periférica. Segundo eles, ainda quando há asfalto, falta saúde. Ainda quando há coleta de lixo, falta educação. Se há educação e saúde, apontam ser, em suma, por esforço dos próprios moradores, por meio de ações individuais e de espaços culturais, o que alegam não ser explorado pelas mídias jornalísticas quando citam a periferia.

Observamos, assim, o reflexo do estigma territorial (BEZERRA, 2011) oriundo das divisões espaciais das cidades. Bem como, fica evidente a generalização equivocada de uma parcela da população, oriunda de tal percepção separatista.

As estigmatizações da população da periferia resistem ao longo dos anos a partir de um constante reforço, por meio de diversos setores representativos da sociedade. Um deles, de inegável significância, é o do jornalismo, explorado aqui através das páginas policiais de jornais impressos.

Na verdade, compreendemos que o jornalismo impresso local em questão, ao transformar violência em notícia sensacional, exerce um papel distante do de informar, tornando-se uma fonte propícia na propagação de preconceitos e colaborando para o isolamento da periferia, apontada como zona de intensos conflitos.

A realidade vivida por muitos desses moradores - quanto à pobreza, violência e preconceitos - torna-se um reflexo da precariedade dos braços do Estado em atuar nessas áreas - o que já foi dito aqui -, bem como construções sociais pautadas na exclusão. Os jornais agem em cima desse problema, incentivando - propositalmente ou involuntariamente - a visão de uma periferia como território inabitável, violento e com indivíduos perigosos.

O estímulo de uma percepção de cenário de guerra que atinge tanto quem está do lado de fora, quanto quem está dentro vivendo ao lado dos crimes diários dos cadernos policiais e sendo vítima deles, causa um mal-estar (CANDIANI, 2007) generalizado, adoecendo a vivência dos moradores com seu território vivido (BEZERRA, 2011) e com o outro, em metrópoles como Belém. Percebe-se que os meios de comunicação "estão reordenando percepções de espaço, de tempo e anulando distinções entre realidade e representação" (LEITE, 2004, p. 02).

Cabe à pesquisa, a partir daquilo que foi experienciado com moradores, incorporar esses resultados como um reforço crítico ao atual fazer jornalístico.

Conclui-se que o poder amplificador da imprensa deve exaltar e incentivar aspectos positivos, sem deixar de lado a violência, mas tratando-a com responsabilidade. É dever dos jornais ir contra a tendência do pensamento segregalista e a espetacularização de mazelas, de maneira a agir como auxiliar na exposição de problemáticas sociais, ouvindo e dando verdadeiramente voz, de maneira responsável, àqueles que mais necessitam falar.

Ao direcionar o olhar aos jornais quanto a visibilidade do morador a partir da fala dos fatos – ou as fontes –, o que se percebe atualmente é a concentração, na maioria das reportagens, da polícia como fonte principal e, em segundo plano, em outros representantes do governo (RAMOS; PAIVA, 2007; COSTA, 2013; 2014; 2015). Os verdadeiros envolvidos no acontecimento são desconsiderados ou considerados em último plano – mesmo nesse último caso, a sua presença na matéria não recebe importância devida, ou muitas vezes, é ironizada na construção do texto. Tal fato, faz com que a constante presença da periferia nos jornais policiais cause uma falsa impressão de que os veículos dão voz à essas pessoas. Falsa porque o pobre que ganha destaque nos cadernos, na verdade, só se torna visível quanto à tragédia em um breve recorte dos jornais da realidade. As estratégias de venda dos dias de hoje, resumem-se no anseio pela morte de indivíduos, que nesse sentido é melhor para os jornais, pois permite explorar de maneira mais espetacular a desgraça humana.

Finalmente, dissertar sobre a periferia envolve níveis de complexidade por vezes difíceis de abarcar. Agora, relacionar periferia com outros temas tão complexos quanto, induz a questionamos de profundidade ainda maior. Ao tomar como decisão relacionar as multiplicidades da periferia e a perspectiva de seus habitantes quanto ao jornalismo policial impresso, não imaginava que a medida que avançaria na pesquisa, muitos outros caminhos se abririam para mim. Além disso, o bairro do Guamá, por sua formação complexa e historicamente habitado pela população socioeconomicamente excluída, demonstrou ser a exemplificação ideal da periferia de Belém.

É fato que, em uma dissertação de mestrado, a dificuldade de aprofundar a pesquisa do modo como desejamos tange a impossibilidade. Porém, o “breve” que levantamos aqui possibilitou o vislumbre de discussões não antes exploradas. Portanto, encerro com o estímulo de levar a pesquisa adiante, a nível de doutorado, como forma de explorar caminhos que ao longo do percurso do mestrado não puderam ser explorados.

Mas ressalto também para a necessidade de outras pesquisas explorarem as ruas e moradores, abrindo espaço para que falem a própria vivência, de modo a contornar suas opiniões formadas sobre a Universidade – expostas aqui no capítulo anterior –, de que a instituição, com seus muros e pesquisadores, ainda é local à parte da periferia – por mais que tome posse de um território periférico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1996.
- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**. Porto Alegre, 2002.
- ADORNO, Sérgio. Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: MICELI, Sergio. **O que Ler na Ciência Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Sumaré, 2002.
- ALESSI, Gil; MARTÍN, María. Brasil, um grande e nebuloso vendedor de armas até para ditadores e Governos autoritários. EL PAÍS, 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/15/politica/1505499172\\_880938.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/15/politica/1505499172_880938.html)>. Acesso em: 18 nov 2018.
- ALVES, Leonardo de Souza. Violência e homicídios na cidade de Belém-PA: Análise comparativa dos bairros da Batista Campos e Jurunas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**. 2017.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Anistia Internacional Informe 2015/2016: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo**. Rio de Janeiro: Grafitto Gráfica e Editora, 2016. Disponível em <[https://anistia.org.br/wpcontent/uploads/2016/02/Informe2016\\_Final\\_Web-1.pdf](https://anistia.org.br/wpcontent/uploads/2016/02/Informe2016_Final_Web-1.pdf)>. Acesso em 24 fev. 2016.
- ANJOS, Antonio Fernandes dos; CHAVEIRO, Eguimar Felício. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, 2007.
- ANGRIMANI, Danilo Sobrinho. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.
- ARAÚJO, Israel; ALVES, Vitória; COSTA, Alda Cristina. O jornalismo fora de foco: reflexões das narrativas do jornal Diário do Pará. **Anais do XIII Intercom Norte**. Belém/PA, 2014. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0600-1.pdf>>.
- ARAÚJO JUNIOR, Antônio Carlos; AZEVEDO, Adriane Karina. Formação da Cidade de Belém (PA): Área Central e seu Papel Histórico e Geográfico. In: **Espaço Aberto**. Rio de Janeiro, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- AZEVEDO, Ana Paula. **O jornalismo policial contemporâneo: a construção do discurso no caderno de polícia**. 2011.
- BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados**. V Jornada Internacional de políticas públicas. São Luís, 2011.

BOAVENTURA, Katrine Tokarski; MARTINO, Luiz C. **Estudos Culturais Latino-Americanos: Convergências, Divergências e Críticas**. Revista In texto. v. 1, n. 22, Porto Alegre: UFRGS, jan/jun, 2010.

BORDIN, M. **Territórios da Violência: Percepções Sobre a Criminalidade Urbana em Curitiba, Paraná, no Início do Século XXI**. 2009. Disponível em: <[http://www.academia.edu/1863370/Territ%C3%B3rios\\_da\\_Viol%C3%Aancia\\_Percep%C3%A7%C3%B5es\\_Sobre\\_a\\_Criminalidade\\_Urbana\\_em\\_Curitiba\\_Paran%C3%A1\\_no\\_In%C3%ADcio\\_do\\_S%C3%A9culo\\_XXI](http://www.academia.edu/1863370/Territ%C3%B3rios_da_Viol%C3%Aancia_Percep%C3%A7%C3%B5es_Sobre_a_Criminalidade_Urbana_em_Curitiba_Paran%C3%A1_no_In%C3%ADcio_do_S%C3%A9culo_XXI)>. Acesso em 11 jun. 2019.

BORGES, C. D.; SANTOS, M. A. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. In: **Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

BRASIL. **Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil**. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2014.

BRASIL. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Brasília: Secom, 2014.

BUORO, Andréa; SCHILLING, Flávia; SINGER, Helena; SOARES, Marina. **Violência urbana: dilemas e desafios**. São Paulo: Atual, 1999.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

CANDIANI, Heci Regina. **A mensagem recalcada: o mal-estar cultural em textos jornalísticos sobre violência**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

COELHO, Geraldo M.. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1010): dirigindo os olhares. In: **Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa)**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 141-168, 2011

COSTA, Alda Cristina Silva. **Mídia e Violência: uma relação complexa**. Belém, 2011.

COSTA, Alda; DIAS, Erica; SAMUEL, Kristopher. **O Jornalismo e a Violência: Algumas Reflexões sobre as construções nos jornais impressos paraenses**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Manaus, 2013.

COUTO, Aiala Colares. **Redes criminosas e organização local do tráfico de drogas na periferia de Belém**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. 2014. Disponível em: [http://www.cbq2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404053687\\_ARQUIVO\\_REDESCRIMINOSASEORGANIZACAOLocalDOTRAFIGODEDROGASNAperiferiadeBELEM.pdf](http://www.cbq2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404053687_ARQUIVO_REDESCRIMINOSASEORGANIZACAOLocalDOTRAFIGODEDROGASNAperiferiadeBELEM.pdf). Acesso em: 15 ago 18.

COUTO, Aiala Colares. **DO PODER DAS REDES AS REDES DO PODER: Necropolítica e Configurações Territoriais Sobrepostos do Narcotráfico na metrópole de Belém-PA**. 2018.

- DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS JR, José do Espírito Santo. **Cultura Popular no Guamá: Um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro de periferia de Belém**. Dissertação de mestrado apresentado ao PPGHSA/IFCH/UFPA, Belém, 2009.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos Estudos Culturais. In: **Revista Famecos**. Porto Alegre, 1998.
- ESPINDULA, Daniel Henrique Pereira et al. **Perigoso e violento: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico**. 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v7n2/v7n2a03.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. In: **Revista de Antropologia**. 2010.
- FERREIRA JÚNIOR, Sergio; MENEZES, Alana. Individualização do acontecimento e mortes violentas: as narrativas policiais da mídia impressa paraense. **Temática**. Ano X, n.11. nov. 2014.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- HABERMAS, J. O Conceito de Poder de Hannah Arendt. In: FREITAG, Bárbara; ROUANET, Sérgio Paulo (orgs). **Habermas – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993, p. 100-118.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org). Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasília, 2018.
- HENN, Ronaldo C. et al. Notícias: dos crimes às transmutações de sentido. In: **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)**, 14. 2005, Niterói. ANAIS [eletrônicos]. Compós, 2005. Disponível em: <[http://www.compos.org.br; http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_844.pdf](http://www.compos.org.br;http://www.compos.org.br/data/biblioteca_844.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- IBGE. Aglomerados subnormais: primeiros resultados. In: **Censo demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2010.
- IPEA. Distribuição Percentual da População por Cor/Raça, segundo Situação de Pobreza Definida com Base no Programa Brasil sem Miséria e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2013. **Retrato da Desigualdade**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2013. Disponível em<[http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_pobreza\\_distribuicao\\_desigualdade\\_renda.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_pobreza_distribuicao_desigualdade_renda.html)>. Acesso em 02 fev. 2016.

- LEITE, Sidney Ferreira. **Reflexões sobre comunicação e sociedade:** as contribuições de Douglas Kellner. In: E-compós, ed. 1, dezembro de 2004.
- LEMOS, Cláudia R. F. **Narrar a violência: cobertura policial num jornal popular dos anos 1990.** Anais do 24. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/21651607925568800827769863048177835512.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- LIMA, José Júlio. Segregação socioespacial e forma urbana: Belém no final dos 90. In: **Brasil Urbano.** MAUAD Editora, 2º ed. Rio de Janeiro, 2011.
- LIMA, Renato Sérgio; BORGES, Doriam. Estatísticas criminais no Brasil. In: Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghringhelli de Azevedo (Org.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.
- LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas.** 2. ed., Rio de Janeiro. Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014.
- LOPES, Bernarda Elane Madureira. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. In: **Revista educação e políticas em debate,** v. 3, n.2, dezembro de 2014.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Uma metodologia para a pesquisa das mediações. In: **Coletânea Mídias e Recepção/2000.** São Leopoldo : UNISINOS/COMPÓS, 2000. p. 119-139.
- KABUENGE, Nathan Nguangu; COSTA, Alda Cristina. **A “Sociedade de bem” e a Exclusão do outro: enunciados narrativos do programa paraense Rota Cidadã 190.** Anais de XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2015.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: Jornalismo como produção social da segunda natureza.** São Paulo, 2ª edição, 1989.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O que todo cidadão precisa saber: violência das massas no brasil.** São Paulo: Editora Global, 1986.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.
- MELÉM, Viviane de Nazaré de Oliveira. **Jornalismo Policial: Uma Análise dos Critérios de Noticiabilidade do Caderno Polícia, do Jornal Diário do Pará.** Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia. Belém, 2011.
- MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal1: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”.** Lua Nova. São Paulo, 2010.
- MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. **A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: Um debate oportuno.** Porto Alegre, 2013.
- PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo Policial Responsável.** Mafra, 2005.
- PATROCÍNIO, Paulo Roberto. **Favela, periferia e subúrbio, territórios da diferença.** Anais do XV Congresso Internacional Abralic. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <

[http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2017\\_1522191585.pdf](http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522191585.pdf)>. Acesso em: 15 ago 2019.

PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências**. 2008.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. In: **Sociologias**. 2006.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, jan. 2009.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo Policial: indústria cultural e violência**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RONDELLI, E. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos A. M. (Org.) **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p.152-160.

SARGES, Maria de Nazare dos Santos. **Memórias do "velho" intendente: Antonio Lemos- 1869-1973**. 1998. 304f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280055>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

SILVEIRA, A. C. M. **Modos de ver e devorar o outro: a ambivalência na cobertura jornalística das periferias**. In: Ghrebh, 2 (14), 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Vendas da indústria farmacêutica crescem 13,1% em 2016, diz Interfarma. **G1 Economia**, 20 jan. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/receita-com-vendas-de-remedios-cresce-131-em-2016-diz-interfarma.ghtml>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

ZALUAR, Alba. Violência: questão social ou institucional? In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.). **Insegurança pública: reflexões sobre criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Instituto Braudel: Nova Alexandria, 2002.

WESTPHAL, M. F.; BÓGUS, C. M.; FARIA, M. M. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. In: **Boletim Oficina Sanitária Panamericana**, v. 120, n. 6, p. 472-482, 1996.

**APÊNDICES****APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E**  
**AMAZÔNIA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Dados de identificação**

**Título do Projeto:** A periferia e o jornalismo policial paraense: Construções e percepções dos moradores do bairro do Guamá

**Pesquisador Responsável:** Fábيا Maria Sepeda Brabo

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “A PERIFERIA E O JORNALISMO POLICIAL PARAENSE: As construções e percepções de moradores do bairro do Guamá”, de responsabilidade da pesquisadora Fábيا Maria Sepeda Brabo.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

**Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:**

1. O trabalho tem por objetivo levantar um debate sobre a construção do jornalismo policial paraense, especialmente dos cadernos de polícia dos jornais “O Liberal”, “Diário do Pará” e “Amazônia”. O debate é promovido entre moradores do bairro do Guamá a partir de uma troca de opiniões sobre essa categoria de jornalismo.

2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder aos questionamentos da pesquisadora de acordo com a minha opinião e debatendo com outros moradores do grupo. O debate, academicamente denominado como grupo focal, será realizado no Espaço Cultural Nossa Biblioteca (Travessa 25 de junho, nº 214 – Guamá), com grupos de jovens de 19 a 30 anos e lideranças comunitárias. Todo o encontro será registrado por áudio.

3. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo com os estudos do jornalismo policial e dos seus efeitos aos moradores de bairros periféricos de Belém.
4. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.
5. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido.
6. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
7. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.
8. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Fábica Sepeda, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (91) 9 88391772, e-mail: fabiasepeda@hotmail.com.

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

Assinatura do participante

**APÊNDICE B – FORMULÁRIO****1. Nome****2. Gênero**

- Feminino
- Masculino
- Outro

**3. Idade****4. Escolaridade**

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

**5. Renda Familiar Mensal**

- Menos de 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- de 2 a 5 salários mínimos
- 6 a 10 salários mínimos
- Mais de 11 salários mínimos

## **APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS DO GRUPO FOCAL**

### **Orientações iniciais:**

- 1. Explicar a finalidade do grupo focal;**
- 2. Explicar como vai ser o formato da discussão e o termo de consentimento;**
- 3. Dizer que a discussão é informal. Divergências de opinião são bem-vindas.**

### **ROTEIRO:**

1. Na sua opinião, é ou não é importante existir os cadernos de polícia? Por quê?
2. Qual o seu interesse ao ler noticiário policial? O que lhe chama mais atenção?
3. Você se vê como se fosse um dos personagens nas matérias ou que poderia acontecer com você conforme noticiado nos cadernos policiais?
4. Qual a sua opinião sobre as manchetes, as fotos e os textos que são exibidos nos cadernos de polícia?
5. O que é a periferia de Belém para você?
6. Na sua opinião, como são representadas as periferias de Belém e dos seus moradores nas notícias veiculadas nos cadernos policiais?



### Fações criminosas exercem domínio nas cadeias, diz novo titular da Susipe

Para Jarbas Vasconcelos, não restou dúvida de que a situação das prisões no Estado não é satisfatória. Ele afirmou que a situação da cadeia pública é preocupante e que a polícia também está por dentro do sistema. Ele afirmou que a situação da cadeia pública é preocupante e que a polícia também está por dentro do sistema. Ele afirmou que a situação da cadeia pública é preocupante e que a polícia também está por dentro do sistema.



“O preso provisório de se torna um soldado, das organizações criminosas e o Estado precisa cuidar também desta pessoa”, pondera.

“Aí você tem um sistema de segurança pública. De acordo com Jarbas Vasconcelos, que é titular da população carcerária do Pará (99,2%) e a população de 19,23 milhões é formada por detentos que estão em uma situação de fazer com que não possam nem comprar, prida, doar ou vender a segurança pública. Ele afirma que o sistema de segurança pública é preocupante e que a polícia também está por dentro do sistema.

**BALANÇO FINAL DA OPERAÇÃO OPIUS**

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| • Apães socas:   | - 0124 apreensões judiciais  | - 0124 apreensões judiciais  | - 0124 apreensões judiciais  |
| • Revólveres/Armas:  | - 0100 apreensões judiciais, 0100 apreensões judiciais (100,000, Heptatec B/C) | - 0100 apreensões judiciais, 0100 apreensões judiciais (100,000, Heptatec B/C) | - 0100 apreensões judiciais, 0100 apreensões judiciais (100,000, Heptatec B/C) |
| • 0100 apreensões judiciais, 0100 apreensões judiciais (100,000, Heptatec B/C) | - 0100 apreensões judiciais, 0100 apreensões judiciais (100,000, Heptatec B/C) | - 0100 apreensões judiciais, 0100 apreensões judiciais (100,000, Heptatec B/C) | - 0100 apreensões judiciais, 0100 apreensões judiciais (100,000, Heptatec B/C) |

### RESTOS MORTAIS TATUAGEM É ENCONTRADA

Pedaços de corpo foram achados em dois canais de Belém. Tatuagem estava em uma das pernas

Polícia Civil divulgou a imagem de uma das pernas encontradas, onde se vê uma tatuagem. Até agora foram localizadas as pernas, os braços e o tronco, sendo que a cabeça da vítima, que ainda foi baleada, segue desaparecida.



na palmeira e de difícil compreensão. Já a segunda vítima - é uma vítima que pode ser encontrada como uma vítima de deus da Justiça, dos raios e do fogo. Por conta disso, a Polícia Civil investiga se os restos mortais são de um homem adulto ou se são de uma criança.



### Tráfico de drogas: mãe e filho são presos

Segundo o delegado Marcos Cruz, se trata apenas de tráfico de drogas. A mãe e o filho foram presos em Belém. A mãe e o filho foram presos em Belém. A mãe e o filho foram presos em Belém.



### TERRA FIRME TIROS, BALEADOS E 1 MORTO

As vítimas jogavam bilhar, na área externa de um estabelecimento comercial, quando os matadores chegaram em um carro prateado. O dono da casa foi atingido de raspão

Firme, Grande Belém, na noite de ontem. Ele foi identificado como Cleber de Souza Macedo, 22, Wagner Alexandre Macedo, 26, um homem que não teve a identidade revelada, que foram atingidos e acertados, e Luan Patrick Cabral Pinheiro, 22, que morreu na hora.

### “CONEXÃO TIPICAL II” QUARTETO NA CADEIA

Polícia Civil divulgou, na quarta-feira (23), os resultados da operação “Conexão Tipical II”, realizada para prender integrantes de uma associação criminosa vinculada em assaltos a bancos, tráfico de drogas, homicídios e assassinatos de vítimas de crimes de trânsito e em empresas, na região de Santarém. Os quatro presos são: Wagner Alexandre Macedo, 26, um homem que não teve a identidade revelada, que foram atingidos e acertados, e Luan Patrick Cabral Pinheiro, 22, que morreu na hora.

Um inquérito policial foi instaurado por policiais civis da Divisão de Homicídios (DH) para que o acusado seja apurado. Os autores do crime são os envolvidos na operação “Conexão Tipical II”, realizada para prender integrantes de uma associação criminosa vinculada em assaltos a bancos, tráfico de drogas, homicídios e assassinatos de vítimas de crimes de trânsito e em empresas, na região de Santarém.

### GRANDI PORTI QUATRO INVESTIGADORES

Os quatro investigadores são: Wagner Alexandre Macedo, 26, um homem que não teve a identidade revelada, que foram atingidos e acertados, e Luan Patrick Cabral Pinheiro, 22, que morreu na hora. Um inquérito policial foi instaurado por policiais civis da Divisão de Homicídios (DH) para que o acusado seja apurado. Os autores do crime são os envolvidos na operação “Conexão Tipical II”, realizada para prender integrantes de uma associação criminosa vinculada em assaltos a bancos, tráfico de drogas, homicídios e assassinatos de vítimas de crimes de trânsito e em empresas, na região de Santarém.





# ANEXO C – CADERNO DE POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 01 NOV. 2019

Diário do Pará

24h de notícias - www.diariodopara.com.br | BELÉM PA, 01/11/2019

**POLÍCIA**  
SEXTA-FEIRA

PLANTÃO 24H  
Fale agora com nossos (91) 3363-0122  
3388-0120  
@diariodopara

**BAIRRO DO MARCO**

## ASSASSINADO COM NOVE TIROS

Ítalo Silva tinha 27 anos e, segundo testemunhas, foi morto por dois homens que fugiram em um carro branco. O crime foi ontem de tarde, em Belém.

Páginas 4 e 5

Diário do Pará

24h de notícias - www.diariodopara.com.br

**2 Polícia** SEXTA-FEIRA  
Belém PA, 01/11/2019

## ELE TINHA ACABADO DE SAIR DA CASA DA MÃE TRIO MATA ESTUDANTE

A vítima tinha 23 anos e era estudante de Educação Física. Policiais civis abriram um inquérito para apurar o caso. O rapaz ainda chegou a ser socorrido, mas morreu na UPA da Terra Firme

SÃO LAZARO

Alexandre Nascimento  
alexandre.nascimento@diariodopara.com.br

**D**aysson Vitor Ferreira Fernandes, 23 anos, foi assassinado à tiros. O crime aconteceu no final da noite de ontem, no bairro de Guamá, na Grande Belém.

Segundo policiais civis, a vítima estava na passagem São Lázaro, onde havia acabado de sair da casa da mãe quando foi abordado por três homens, que o chegaram atirando.

Devido ao ocorrido no local após os tiros, Ele foi socorrido e levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Terra Firme, mas não resistiu aos ferimentos.

A Polícia Civil vai abrir inquérito para apurar o caso, já que a vítima era estudante de Educação Física, não teria cometido nenhum crime e estava em uma rotina normal de vida.

As investigações da PC também vão focar na identificação dos autores, já que eles fugiram do local do crime sem serem identificados pelas testemunhas.

VIA TWITTER

Informações complementares:  
Mortuário: 3363-0122  
#diariodopara

Daysson Vitor Ferreira Fernandes, de 23 anos, ainda foi socorrido e levado à UPA da Terra Firme (Foto), mas não resistiu aos ferimentos e morreu na unidade.

Diário do Pará

24h de notícias - www.diariodopara.com.br

SEXTA-FEIRA  
Belém PA, 01/11/2019

**Polícia 3**

## INTERVENÇÃO POLICIAL MORTO A TIROS EM OUTEIRO

Segundo o registro feito por policiais militares, na Seccional de Icoaraci, a vítima teria tentado atirar contra eles e então foi baleada e morta. O caso aconteceu ontem de madrugada

ENVIOVIMENTO

J.R. Azeiteiro  
jrazeiteiro@diariodopara.com.br

**J**ailson Oliveira dos Santos, que, segundo o relato de policiais militares, não se rendeu aos policiais militares, na Seccional de Icoaraci, tentou atirar contra eles, matando um agente e ferindo outros dois, antes de ser morto a tiros.

Segundo o relato, os policiais da Rotam foram até a residência do suspeito e, assim que entraram nela, ele teria tentado atirar contra eles, matando um agente e ferindo outros dois.

O homem foi encaminhado à Unidade de Pronto Atendimento de Icoaraci, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. A arma dele foi apreendida durante o procedimento na Seccional de Icoaraci.

Os militares contam que ele tentou atirar para a frente.

Segundo as informações prestadas no registro da ocorrência, os policiais receberam uma denúncia que apontava Jailson como envolvido em tráfico de drogas em uma residência na Lázaro, bairro da Beviláxia, em Icoaraci.

As informações levadas ao local de crime e policial militar participaram na morte do suspeito da reserva da PM Airton Carlos da Silva Sousa, crime que tem sendo investigado pelo Divisão de Homicídios de Agência Policial.

Clamora de segurança, no local, gravaram toda a situação, segundo a polícia, Jailson apareceu na imagem dentro da estabelecimento com arma na mão, sendo um dos indivíduos contra os quais Jailson já estava preso por roubo no Centro de Tráfico da Marabá.

Segundo o relato, os policiais da Rotam foram até a residência do suspeito e, assim que entraram nela, ele teria tentado atirar contra eles, matando um agente e ferindo outros dois.

O homem foi encaminhado à Unidade de Pronto Atendimento de Icoaraci, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. A arma dele foi apreendida durante o procedimento na Seccional de Icoaraci.

Os militares contam que ele tentou atirar para a frente.

Segundo as informações prestadas no registro da ocorrência, os policiais receberam uma denúncia que apontava Jailson como envolvido em tráfico de drogas em uma residência na Lázaro, bairro da Beviláxia, em Icoaraci.

As informações levadas ao local de crime e policial militar participaram na morte do suspeito da reserva da PM Airton Carlos da Silva Sousa, crime que tem sendo investigado pelo Divisão de Homicídios de Agência Policial.

Clamora de segurança, no local, gravaram toda a situação, segundo a polícia, Jailson apareceu na imagem dentro da estabelecimento com arma na mão, sendo um dos indivíduos contra os quais Jailson já estava preso por roubo no Centro de Tráfico da Marabá.

Nas imagens, o crime em que Jailson Santos era acusado, a arma que com ele estava e o rapaz já sem vida.

Diário do Pará

24h de notícias - www.diariodopara.com.br

SEXTA-FEIRA  
Belém PA, 01/11/2019

**4 Polícia**

## GRANDE BELÉM EXECUTADO COM 9 TIROS

O assassinato aconteceu ontem de tarde, no bairro do Marco, em Belém. Os matadores fugiram em um carro branco

SURPRESA

Luiz Guilherme Ramos

**N**o bairro Marco, em Belém, um homem foi executado com nove tiros. O crime aconteceu ontem de tarde, no bairro do Marco, em Belém. Os matadores fugiram em um carro branco.

Segundo o pai dele, Airvaldo Silva, o crime aconteceu na madrugada de ontem, quando ele estava em casa com a esposa e os filhos. Ele ouviu tiros e saiu para ver o que estava acontecendo. Ele encontrou o filho morto no chão, com nove tiros.

De acordo com o pai do executado, o jovem foi baleado com nove disparos, enquanto tentava correr em direção à casa da mãe, e, ao cair no chão, foi surpreendido por dois tiros na cabeça.

"Ele estava correndo para casa da mãe, e os matadores o balearam com nove tiros. Ele caiu no chão e foi baleado novamente com dois tiros na cabeça", explicou o pai do executado.

Atualmente, ele recebeu três disparos na cabeça, por isso, ele não consegue falar e está em estado crítico.

De acordo com o pai do executado, o jovem foi baleado com nove disparos, enquanto tentava correr em direção à casa da mãe, e, ao cair no chão, foi surpreendido por dois tiros na cabeça.

"Ele estava correndo para casa da mãe, e os matadores o balearam com nove tiros. Ele caiu no chão e foi baleado novamente com dois tiros na cabeça", explicou o pai do executado.

Atualmente, ele recebeu três disparos na cabeça, por isso, ele não consegue falar e está em estado crítico.



**Taís Assunção Costa Neves Silva, de 27 anos, chegou a casa para voltar a cuidar dos filhos. Mas eles a acusaram e mataram em menos de uma hora.**



### 6 Polícia

## ROUBAVAM E ESTUPRAVAM CLIENTES EM MOTÉIS QUARTETO EM CANA

As informações são do delegado Jason Wutke. Ele conta que três dos suspeitos, detidos no Pará, foram recambiados para o estado do Tocantins

#### AUGUSTINÓPOLIS

##### Da Redação

**N**a madrugada de ontem, a Polícia Civil do Estado do Tocantins, por meio da 12ª Delegacia de Polícia (Augustinópolis), sempre mandada de prisão preventiva, prisão temporária e habeas e apreensão em função de quatro suspeitos de integrantes uma associação criminosa especializada na prática de crimes de roubo e estupro em motéis. As prisões aconteceram simultaneamente nos estados do Pará e Goiás.

Conforme o delegado titular, Jason Wutke, no início de setembro, em Augustinópolis, por aproximadamente quatro horas, os clientes de um motel foram sequestrados, deslocados aos quarteis e posteriormente resgatados. Os suspeitos teriam praticado crimes após terem feito um barato na paróquia da localidade.

Jason Wutke explicou que a operação aconteceu após uma investigação interrompida pela Polícia Civil e contou com o apoio das Divisões Especializadas de Repressão ao Crime Organizado de Araguaína e Gurupi, bem como do Grupo de Operações Táticas Especiais (GOTE). E teve o apoio também



do Ministério Público do Estado do Tocantins. O delegado esclareceu que as investigações sobre o caso continuam. Adverte, ainda, que, se necessário, as penas mínimas para os crimes praticados pelos investigados nos referidos casos ultrapassam cem anos de reclusão. Os três suspeitos que foram presos no Pará já foram recambiados para o Tocantins e encontram-se na cadeia Pública de Augustinópolis. Enquanto o suspeito preso em Goiás deve ser recambiado em breve. (Com informações da Polícia Civil do Tocantins)

**VIA TWITTER**  
Integração com redes sociais: @diariodopara



### 10 Polícia

## PRF prende homem que transportava cocaína em van

A prisão ocorreu na manhã desta quarta-feira (30), no BR-230, na zona rural de Marabá. Homem estava transportando drogas em tablets de cocaína para Imperatriz, no Maranhão

#### EM MARABÁ

##### Alexsandra Gonçalves

##### URGENTE

**A** Polícia Rodoviária Federal (PRF) prendeu em uma van, um homem que estava transportando cocaína

para Imperatriz, no Maranhão. A prisão ocorreu na manhã desta quarta-feira (30), no BR-230, na zona rural de Marabá. O acusado foi identificado como Márcio Régis Silva Carvalho. Em poder dele foi encontrado uma caixa com 12 tablets de cocaína, sendo apreendida durante um quilômetro. O delegado Vinícius Cardoso

explicou que os agentes da PRF abordaram a van, que fazia linha Itaipava-Marabá, quando encontraram a caixa com o entorpecente. O motorista do veículo apontou que a droga pertencia a Márcio e em razão disso, ele recebeu uma detenção e foi apreendido na Seccional de Polícia. "Ele agente de Itaipava no município de Imperatriz e tudo indica que o município maranhense seria o destino final da droga", afirmou o delegado Vinícius.



**Em poder do acusado foi encontrado uma caixa com 12 tablets de cocaína, sendo apreendida durante um quilômetro.**

Márcio Régis Silva Carvalho foi autuado em flagrante por tráfico de drogas e está à disposição da Justiça.

### Dupla é presa acusada de promover arrastão

#### NOVA MARABÁ

##### Alexsandra Gonçalves

##### URGENTE

**Uma dupla foi presa em flagrante pela Polícia Militar acusada de promover um arrastão em um canal na Pólis 27, na Nova Marabá. Os acusados fo-**

ram identificados como William Henrique da Silva Santos e Jesuê Rodrigues Amorim. O delegado Vinícius Cardoso, da Polícia Civil, explicou que a Polícia Militar foi acionada após um acidente com um canal. Na ocasião três homens, portando uma arma de fogo simulam uma resistência, fizeram o canal de reclusão e a levaram vários objetos, além de um veículo. Após serem acionados, os militares passaram a diligência e conseguiram identificar dois dos acusados, Jesuê e William, na Nova Marabá. Durante o abordagem, eles se recusaram em uma casa, mas foram capturados posteriormente. Em poder da dupla, os militares flagraram quatro munições.

que os acusados confessaram terem usado no crime. Eles foram conduzidos para a Seccional de Polícia onde foram autuados em flagrante por tráfico qualificado. O delegado Vinícius informou que o primeiro preso após o flagrante é terceiro acusado, que fugiu e recuperar os objetos roubados das vítimas. Ainda segundo a polícia, William foi apreendido duas vezes quando menor, mas agora completou 18 anos e a Justiça ordena a sua transferência para o sistema prisional de Jurema. Ele havia ganhado o benefício de não responder ao crime desde que não mais responder.

**SEXTA-FEIRA****QUARTETO É PRESO POR ESTUPROS EM MOTEIS**  
PÁGINAS 6 E 7

Diário do Pará

**POLÍCIA****AVALIADA EM R\$ 50 MIL****FLAGRADOS COM COCAÍNA PURA****GUAMÁ****Wesley Costa**

**P**oliciais civis prenderam, na manhã de ontem (31), um casal suspeito de traficar e armazenar drogas dentro da própria residência, localizada na passagem Presidente Vargas, no bairro do Guamá, em Belém. Com os dois foram apreendidos cerca de 800 gramas de cocaína pura.

A polícia chegou ao endereço após receber uma ligação pelo "Disque Denúncia", número 181. Segundo o diretor da seccional, delegado Rodrigo Leão, o entorpecente estava armazenado em um local de fácil acesso, próximo a cama onde o casal dormia. Ted Henrique Santos Batista, 31, já tinha passagem pela polícia e cumpria pena por roubo. Atualmente, o suspeito trabalhava dentro do Tribunal de Justiça do Estado, através de um projeto de ressocialização.

A companheira dele, Erica Patrícia da Silva Costa, 37, que



**Ted Batista, 31, e Erica Costa, 37, foram presos com entorpecentes**  
FOTOS: MAURO ÂNGELO



estava dentro da casa no momento da abordagem policial, negou que tivesse algum envolvimento com o crime. Mas segundo o delegado, só o fato de ela ter conhecimento da droga que estava dentro da casa e não ter feito nada, é o suficiente para enquadrar na lei de associação criminosa.

O casal foi levado para a delegacia do Guamá onde foi ouvido. Em seguida, os suspeitos foram encaminhados para a audiência de custódia. A pena pelo crime cometido pode variar entre três e dez anos de prisão. A polícia estimou que o valor do material apreendido pode chegar a R\$ 50 mil.

## ANEXO D – REPORTAGEM DO CADERNO POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 27 DEZ. 2019

Diário do Pará  
24h de notícias • www.diarioonline.com.br

SEXTA-FEIRA,  
Belém-PA, 27/12/2019

**Polícia 7**

# GUAMÁ HOMEM SOFRE ATENTADO

O caso aconteceu ontem, no final da manhã. O homem foi à passagem José Chaves buscar a companheira quando os criminosos, em um carro prateado, contra ele atiraram. Os homens fugiram

### TIROTEIO

J.R. Avelar e  
Denilson D'almeida

Uma tentativa de homicídio interrompeu o clima de tranquilidade pós-Natal no bairro do Guamá, ontem (26). Ocupantes de um carro prata, cujo modelo e a placa não foram identificados, pelas testemunhas, balearam Diogo Augusto Ferreira Brito, de 25 anos. O crime aconteceu na passagem José Chaves, próximo à passagem Marinho, no final da manhã. A vítima estava numa motocicleta e tido ao local buscar a companheira quando foi abordada pelos suspeitos. De acordo com a mulher, quatro tiros foram disparados contra Diogo, mas ela não sabe quantos o atingiram. O atirador usava um capuz, o que dificultou o reconhecimento dele. Um boletim de ocorrência policial foi registrado na Seccional Urbana do bairro, onde um inquérito será instaurado para investigar o caso.

A vítima foi socorrida por populares e levada numa motocicleta para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Terra Firme. O estado de saúde dele não foi divulgado pela família e nem pela Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo testemunhas, havia poucas pessoas transitando pela via na hora do atentado, o que pode ter facilitado o trabalho dos criminosos. Policiais militares do 20º Batalhão estiveram no local e levantaram as primeiras informações sobre o que aconteceu.

Qualquer informação que possa ajudar a polícia a desvendar o crime pode ser repassada através do telefone 181, o Disque-Denúncia. A identidade da pessoa é mantida sob sigilo.

### ANTECEDENTES

A polícia levantou a ficha criminal de Diogo Augusto Ferreira Brito e constatou que em julho de 2017 ele foi preso por crime de roubo qualificado (majorado). Na ocasião ele e um comparsa – identificado por Leandro Gomes Verreira, 20 anos – foram autuados em flagrante após roubar uma mochila contendo R\$ 2 mil de um senhor. A dupla ameaçou apontando-lhe uma arma contra a cabeça.

Diogo foi condenado a cinco anos e quatro meses de reclusão e multa de treze dias-multa pelo crime de roubo majorado. Mas recorreu. Ele aguarda o recurso em liberdade. Já Leandro, voltou a ser preso posteriormente por crime de tráfico de drogas. O paradeiro dele atualmente é desconhecido pela Justiça.



Diogo Brito, de 25 anos (na garupa da moto) foi socorrido. Mas seu quadro clínico é desconhecido  
FOTO: REPRODUÇÃO

## ANEXO E – REPORTAGEM DO CADERNO POLÍCIA NO JORNAL AMAZÔNIA, 18 OUT. 2019

AMAZÔNIA (/amazonia)

POLÍCIA (/policia)

### Dois assaltantes são baleados no bairro do Guamá

Criminosos tentaram atirar contra policiais

<https://www.facebook.com/sharer/sharer.php?u=https://www.oliberal.com/policia/dois-assaltantes-sao-baleados-no-bairro-do-guama-1.204466>

[https://twitter.com/intent/tweet?text=Dois assaltantes são baleados no bairro do Guamá&url=https://www.oliberal.com/policia/dois-assaltantes-sao-baleados-no-bairro-do-guama-1.204466](https://twitter.com/intent/tweet?text=Dois%20assaltantes%20s%C3%A3o%20baleados%20no%20bairro%20do%20Guam%C3%A1&url=https://www.oliberal.com/policia/dois-assaltantes-sao-baleados-no-bairro-do-guama-1.204466)

[https://www.whatsapp.com/send?text=Dois assaltantes são baleados no bairro do Guamá https://www.oliberal.com/policia/dois-assaltantes-sao-baleados-no-bairro-do-guama-1.204466](https://www.whatsapp.com/send?text=Dois%20assaltantes%20s%C3%A3o%20baleados%20no%20bairro%20do%20Guam%C3%A1%20https://www.oliberal.com/policia/dois-assaltantes-sao-baleados-no-bairro-do-guama-1.204466)

Redação Integrada

18.10.19 12h34



Dois homens foram baleados após uma tentativa de assalto registrado no final da madrugada desta sexta-feira (18), no bairro do Guamá, em Belém. Era por volta de 5h quando policiais do 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM) foram acionados para apurar a informação de que dois homens, que estavam em uma motocicleta, estaria cometendo roubos na avenida Tucunduba. A viatura da PM intensificou as rondas na localidade e encontrou os dois suspeitos. A dupla reagiu à prisão e tentou fugir.

O assaltante que estava na garupa da motocicleta tentou sacar uma arma de fogo para disparar contra os policiais, mas foi baleado no ombro. Caído no chão, o suspeito passou por revista policial. Foi constatado que a arma usada por ele era falsa.

Os dois assaltantes foram socorridos e levados para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Terra Firme. Ainda não há informações sobre o estado de saúde deles.

## ANEXO F – REPORTAGEM DO CADERNO POLÍCIA NO JORNAL AMAZÔNIA, 29 OUT. 2019

**AMAZÔNIA** (/amazonia)

**POLÍCIA** (/policia)

### Testemunhas de acusação mudam versão e denunciam tortura antes depor sobre Chacina

A defesa dos acusados entrou com pedido de revogação da prisão preventiva dos PMs, o que deve ser definido na próxima sexta-feira 1°.

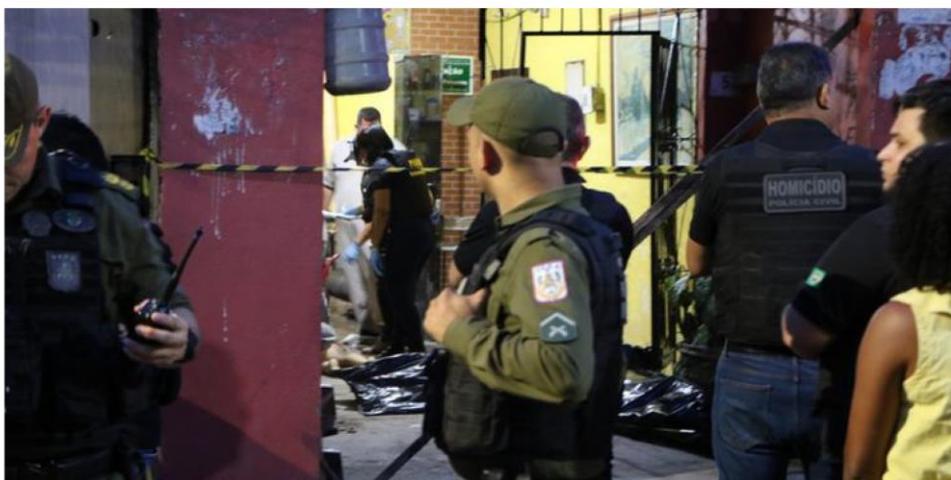
<https://www.facebook.com/sharer/sharer.php?u=https://www.oliberal.com/policia/testemunhas-de-acusacao-denunciam-tortura-a-justica-militar-antes-depor-sobre-chacina-do-guama-1.207893>

[https://twitter.com/intent/tweet?text=Testemunhas de acusação mudam versão e denunciam tortura antes depor sobre Chacina&url=https://www.oliberal.com/policia/testemunhas-de-acusacao-denunciam-tortura-a-justica-militar-antes-depor-sobre-chacina-do-guama-1.207893](https://twitter.com/intent/tweet?text=Testemunhas%20de%20acusacao%20mudam%20versao%20e%20denunciam%20tortura%20antes%20depor%20sobre%20Chacina&url=https://www.oliberal.com/policia/testemunhas-de-acusacao-denunciam-tortura-a-justica-militar-antes-depor-sobre-chacina-do-guama-1.207893)

<https://www.oliberal.com/policia/testemunhas-de-acusacao-denunciam-tortura-a-justica-militar-antes-depor-sobre-chacina-do-guama-1.207893>

Redação Integrada

29.10.19 20h29 - Atualizado em 29.10.19 21h18



Bar do Guamã onde ocorreu a chacina (Cláudio Pinheiro)

A Justiça Militar realizou, nesta terça-feira (29), a primeira audiência de inquirição de testemunhas sobre o envolvimento de quatro policiais militares (PMs) que estão presos acusados de participação no assassinato de 11 pessoas no "Wanda's Bar", em 19 de maio de 2019, no crime que foi chamado de a "Chacina do Guamã". Ao todo, foram ouvidas seis testemunhas de defesa e quatro de acusação. A previsão é que o julgamento do caso na Justiça Militar ocorra até à segunda quinzena do mês de dezembro deste ano. A Polícia Civil do Pará informou que, em relação a denúncia de excessos cometidos pelos policiais civis, a instituição ainda não foi comunicada oficialmente sobre o caso.

De acordo com a promotoria militar, hoje, deveriam depor as seis testemunhas de acusação mas duas não foram localizadas - a promotoria continuará tentando localizá-las. Das quatro testemunhas de acusação que foram apresentadas, todas elas já estão presas e são réus na Justiça Comum, acusadas de terem planejado a chacina, executada por PMs. Uma delas se recusou a depor, e as outras três delas disseram, em juízo, que foram torturadas psicologicamente por

oito delegados de polícia, antes de prestar depoimento à polícia, ainda na fase do inquérito policial.

Segundo essas pessoas, os delegados as ameaçavam dizendo que elas seriam presas junto com a milícia e seriam mortas. À época, elas contaram sobre o crime com riqueza de detalhes. Hoje, mudaram a versão. Sob essa justificativa de tortura/ameaça de morte, pouco falaram à Justiça Militar.

O promotor militar, Armando Brasil, acredita que isso foi uma estratégia da defesa dessas pessoas. Ele afirmou que não ficou preocupado com a mudança de versão porque a Justiça Militar tende a dar maior relevância às provas técnicas do que às testemunhais. E segundo Brasil, o processo está repleto de provas técnicas.

---

Já a defesa dos acusados entrou com pedido de revogação da prisão preventiva dos PMs, o que deve ser definido na próxima sexta-feira (1º). A previsão é que o julgamento do caso na Justiça Militar ocorra até à segunda quinzena do mês de dezembro de 2019.

A Polícia Civil do Pará informou que em relação à denúncia de excessos cometidos pelos policiais civis, a instituição ainda não foi comunicada oficialmente sobre o caso. Os policiais acusados são Leonardo Fernandes de Lima, Pedro Josimar Nogueira da Silva, José Maria da Silva Noronha e Wellington Almeida Oliveira.

#### **Relembre a "Chacina do Guamá"**

Onze pessoas foram mortas a tiros, na tarde do domingo, 19 de maio de 2019, na passagem Jambu, no bairro do Guamá, em Belém. Todos os executores entraram encapuzados no "Wanda's Bar". Das 11 pessoas assassinadas, cinco eram mulheres e seis homens.

A Polícia Civil prendeu Edivaldo dos Santos Santana e Aguinaldo Torres Pinto dois dias após a chacina, no momento em que os dois desmontavam um veículo em uma oficina no bairro da Pedreira. Após essas duas prisões, outras ocorreram em sequência, a exemplo da detenção de um comerciante, dono de uma padaria, também acusado de envolvimento nas mortes no Guamá.

## ANEXO G – REPORTAGEM DO CADERNO POLÍCIA NO JORNAL AMAZÔNIA, 25 ABR. 2019

**AMAZÔNIA** (/amazonia)

**POLÍCIA** (/policia)

### Três homens morrem após confronto com a polícia em Belém e Ananindeua

Dois rapazes atiraram contra os policiais e foram baleados no Guamá. A outra vítima reagiu à abordagem no Aurá, em Ananindeua. Todos morreram em unidades de saúde

<https://www.facebook.com/sharer/sharer.php?u=https://www.oliberal.com/policia/tr%C3%AAAs-homens-morrem-ap%C3%B3s-confronto-com-a-pol%C3%ADcia-em-bel%C3%A9m-e-ananindeua-1.122969>

[https://twitter.com/intent/tweet?text=Três homens morrem após confronto com a polícia em Belém e Ananindeua&url=https://www.oliberal.com/policia/tr%C3%AAAs-homens-morrem-ap%C3%B3s-confronto-com-a-pol%C3%ADcia-em-bel%C3%A9m-e-ananindeua-1.122969](https://twitter.com/intent/tweet?text=Tr%C3%AAs%20homens%20morrem%20ap%C3%B3s%20confronto%20com%20a%20pol%C3%ADcia%20em%20Bel%C3%A9m%20e%20Ananindeua&url=https://www.oliberal.com/policia/tr%C3%AAAs-homens-morrem-ap%C3%B3s-confronto-com-a-pol%C3%ADcia-em-bel%C3%A9m-e-ananindeua-1.122969)

<https://www.oliberal.com/policia/tr%C3%AAAs-homens-morrem-ap%C3%B3s-confronto-com-a-pol%C3%ADcia-em-bel%C3%A9m-e-ananindeua-1.122969>

Redação Integrada  
25.04.19 21h38



Armas, drogas e celulares apreendidos com dupla no Guamá (Divulgação PMPA)

Dois jovens morreram após trocarem tiros com a polícia na tarde desta quinta-feira (25), no bairro do Guamá, em Belém. Identificados apenas pelos apelidos "Xibé" e "Bibi", eles chegaram a ser socorridos para a unidade de saúde, mas não resistiram aos ferimentos. Segundo informações preliminares, a dupla reagiu à abordagem e atirou contra a guarnição. No Aurá, em Ananindeua, um homem também morreu em confronto com policiais.

O primeiro fato ocorreu por volta das 17h30 na passagem Fé em Deus, entre as passagens Napoleão e São José, no Guamá. Policiais do 20º Batalhão da PM receberam informações de que dois homens, conhecidos como "Xibé" e "Bibi" e, um terceiro, identificado como Gustavo Martins de Lima, de apelido "Cara de Águia", estavam se organizando, naquele endereço, para uma emboscada a viaturas da Polícia Militar.

As equipes policiais iniciaram diligências na área e, quando chegaram ao local indicado, foram recebidas com disparos de arma de fogo. Na troca de tiros, "Xibé" e "Bibi" foram atingidos. Já o terceiro envolvido, "Cara de Águia", conseguiu fugir do cerco policial.

Com a dupla, foi apreendido um revólver calibre 32 e uma arma de fabricação caseira, de calibre 38, além de munições, 30 papalotes de maconha, cerca de 200 gramas de maconha prensada e aparelhos celulares. Os homens foram encaminhados para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Terra Firme, onde morreram. O registro do fato foi feito na Seccional Urbana da Cremação.

Já por volta das 20h30, no bairro do Aurá, em Ananindeua, outro homem foi morto em confronto com a polícia. De acordo com autoridades, ele também teria reagido a uma abordagem policial, desta vez no conjunto Pousos dos Aracangas. O homem, ainda não identificado, foi socorrido e levado para a UPA da Cidade Nova, mas não resistiu. O caso foi registrado na Seccional Urbana da Cidade Nova.